

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA**

**Rochiel Paulino de Albuquerque**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NO  
ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL**

Santa Maria, RS

2022

**Rocheliel Paulino de Albuquerque**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NO  
ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Administração Pública**.

Orientador: Prof. Dr. Eric Charles Henri Dorion

Santa Maria, RS  
2022

ALBUQUERQUE, ROCHELIEL PAULINO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A PRODUÇÃO  
AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL /  
ROCHELIEL PAULINO DE ALBUQUERQUE.- 2022.  
108 p.; 30 cm

Orientador: Eric Charles Henri DORION  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2022

1. Políticas Públicas 2. Produtos Florestais não  
Madeiráveis-PFNM 3. Agroextrativismo 4. Cooperativismo  
5. Amazônia I. DORION, Eric Charles Henri II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ROCHELIEL PAULINO DE ALBUQUERQUE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Rocheliel Paulino de Albuquerque**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NO  
ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública-PPGAP, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Administração Pública**.

Aprovado em 30 de maio de 2022



---

**Eric Charles Henri Dorion, Doutor (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**



---

**Luciana Flores Battistella, Doutor<sup>a</sup> (UFSM)**



---

**Mariluce Paes De Souza, Doutor<sup>a</sup> (UNIR)**

Santa Maria, RS  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por me permitir ter chegado até esta etapa da vida; enfim, por ter concluído mais esse ciclo.

Ao companheiro Jean Marcos pelo apoio constante e paciência que teve comigo. Em vários momentos difíceis, sempre estive segurando minha mão e me encorajando a seguir em frente, sempre me apoiando em tudo, até chegar à conclusão desta etapa.

Em especial, à minha avó, Terezinha Albuquerque, que sempre me incentivava a continuar estudando; por me ensinar valores de vida fundamentais que carrego até hoje, como respeito ao outro e responsabilidade com os compromissos.

Às minhas irmãs, Rocheliane, Rayane, Keslen pelo estímulo a continuar buscando conhecimento; e pela motivação a buscar de uma vida melhor.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eric Charles Henri Dorion por sua paciência, dedicação, orientação segura e respeito. Sempre me encorajando e me incentivando, o que contribuiu para me deixar muito seguro em minhas potencialidades, bem como me ajudou a seguir em frente.

À Prof. Dr<sup>a</sup>. Luciana Battistella que me deu um norte a ser perseguido; por sempre estar disponível para sanar dúvidas e dificuldades.

Aos Professores do programa PPGAP da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM e a todo o corpo técnico envolvido. Esses profissionais, mesmo durante a pandemia, me ajudaram a prosseguir; acolheram-me e propiciaram desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos meus colegas Renata Miranda, Suéllen Santos, Oziel Rodrigues pela ajuda ao proporcionarem conversas de distração em momentos de preocupação.

À cooperativa Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado - RECA e todas as famílias que se dispuseram a participar da pesquisa, me proporcionaram acolhimento e momentos inesquecíveis.

A todos os meus amigos que passaram pela minha trajetória e, portanto, contribuíram para que eu chegasse até a fase de conclusão e crescimento.

## RESUMO

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL

**AUTOR:** Rocheliel Paulino de Albuquerque

**ORIENTADOR:** Eric Charles Henri Dorion

As Políticas Públicas estão presentes no dia a dia, tendo como papel principal: solucionar os problemas existentes na sociedade. No contexto dos produtores florestais e seus produtos não madeiráveis não é diferente, pois as políticas devem dar respostas às demandas desse setor. Com isso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de apoio a produção agroextrativista no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. O presente estudo justifica-se pela contribuição aos gestores de políticas públicas, pois por meio dos resultados pode-se verificar se, de fato, os agroextrativistas estão cientes das políticas existentes e se estão usando ou usufruindo delas, cumprindo, assim, o papel de políticas públicas. A presente pesquisa foi conduzida pelo método de análise de conteúdo, com abordagem qualitativa e entrevistas semidirigidas. Como embasamento conceitual, foram utilizadas as teorias de políticas públicas. Verificou-se que os entrevistados possuem fortes interações com o denominado projeto *Reca* -Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado. Comercializando seus produtos florestais não madeiráveis. Observou-se que as políticas públicas mais presentes nas vivências dos agroextrativistas foram o PRONAF e PAA. Logo, os entrevistados têm a tendência de compreender uma política pública, quando essa se trata de uma modalidade de utilização direta, isto é, aquelas que demandam alguma forma de provocação por parte do beneficiário que deseja acessá-la. Conclui-se que as políticas públicas de acesso indireto, como aquelas que relacionadas à prestação de serviços por parte o Estado não são vistas pelos entrevistados como uma política. Além disso, a tendência dos entrevistados é conceituarem política públicas como ajuda do governo em termos de transferência de renda, isto é, em termos de política redistributivas. Diante desse diagnóstico, sugere-se que os indivíduos entrevistados devam melhorar suas condições educativas, sendo incentivados a acessar as políticas públicas, bem como receber o apoio para terem condições de se beneficiar das políticas existentes e contribuir para melhorias da formulação de políticas.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas. Produtos Florestais não-Madeiráveis-PFNM. Agroextrativismo. Cooperativismo. Rondônia. Amazônia. Brasil.

## ABSTRACT

### PUBLIC POLICIES TO SUPPORT AGROEXTRACTIVIST PRODUCTION IN THE STATE OF RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRAZIL

**AUTHOR:** Rocheliel Paulino de Albuquerque  
**DISSERTATION DIRECTOR:** Eric Charles Henri Dorion

Public Policies are present in our day to day, having the main role of solving the existing problems in society. It is no different in the context of forest producers and their non-timber products, as policies must respond to the demands of this sector. This research aims to analyze public policies to support agroextractivist production in the state of Rondônia- Amazônia-Brazil.. The present study is justified by the contribution to public policy managers, because through the results they can verify whether agroextractivists are actually aware of existing policies and whether they are using or enjoying them, thus fulfilling the role of public policies. This research was conducted using the content analysis method, with a qualitative approach and semi-structured interviews. The analysis was performed using the IRAMUTEQ software. As a conceptual basis, public. It was found that the interviewees have strong interactions with the so-called RECA project, marketing their non-timber forest products. It was observed with this research that the public policies most present in the experiences of agroextractivists were PRONAF e PAA. It is concluded that the interviewees tend to understand a public policy when it is a direct use modality, that is, those that demand some form of provocation on the part of the beneficiary who wants to access it. This leads to the conclusion that public policies of indirect access, such as those related to the provision of services by the State, are not seen by the interviewees as a policy. In addition, the tendency of the interviewees is to conceptualize public policy as government aid in terms of income transfer, that is, in terms of redistributive policy. Given this diagnosis, it is suggested that the individuals interviewed should improve their educational conditions, being encouraged to access public policies, as well as receiving support to be able to benefit from existing policies and contribute to improvements in the formulation of policies.

**Keywords:** Public Policies. Non-Timber Forest Products-PFNM. Agroextractivism and Cooperativism. Rondônia. Amazônia. Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Composição da prática política .....	17
Figura 2	Diagrama de abordagem sistêmica do estudo da vida política de Easton (1970)	30
Figura 3	Processo do empreendedor no desenvolvimento do seu negócio .....	53
Figura 4	Mapa do Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho – RO .....	58
Figura 5	Distrito de Nova Califórnia- RO, em situação de seca .....	59
Figura 6	Processo de desidratação da castanha para retirada do óleo .....	60
Figura 7	Dendrograma das classes obtidas a partir do <i>corpus</i> .....	67
Figura 8	Semelhança nas palavras e suas classes .....	68
Figura 9	Agrupamento de palavras por proximidade .....	72
Figura 10	Agroextrativistas e familiares cooperados ao RECA .....	79
Figura 11	Conhecimentos e utilização dos agroextrativistas sobre políticas públicas	87
Figura 12	Eficiência nas Políticas Públicas de acesso aos PFNMs .....	89



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura da Pesquisa .....	08
Quadro 2	Precursos Teóricos, Análise e definição de Políticas Públicas .....	10
Quadro 3	Dimensões de Políticas Públicas .....	25
Quadro 4	O processo da Política .....	28
Quadro 5	Referencial das Políticas de apoio do Fomento .....	33
Quadro 6	Síntese das Políticas Públicas da agricultura familiar, dor área de atuação.	34
Quadro 7	Instrumentos Jurídicos .....	37
Quadro 8	Delimitamentos do estudo .....	56
Quadro 9	Definição constitutiva e aplicada das variáveis .....	65
Quadro 10	Orgão da Gestão Ambiental .....	71
Quadro 11	Conceito de PFNMs na concepção dos entrevistados .....	80
Quadro 12	Processo de Aprendizagem da atividade extrativa .....	81
Quadro 13	Análise de políticas .....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal não-madeiráveis .....	44
Tabela 2	Termologia e características dos empreendedores .....	54
Tabela 3	Perfil dos entrevistados .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PRONAF	Programa de Financiamento da Agricultura Familiar
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
RECA	Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado
PFNM	Produtos Florestais Não Madeiráveis
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ONU	Organização das Nações Unidas
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
RESEX	Reserva Extrativista
CONDRAF	Conselho Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COVID	Corona Vírus Doença
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
SAFs	Sistema Agroflorestais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
CHD	Classificação Hierárquica Descendente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
1.1	OBJETIVOS .....	6
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>6</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>7</b>
1.2	JUSTIFICATIVA.....	7
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	7
1.4	Limites e Limitações da pesquisa .....	8
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>10</b>
2.1	POLÍTICA PÚBLICA: PRECURSORES TEÓRICOS .....	10
2.1.1	<b>Definição de Política Pública</b> .....	<b>17</b>
2.1.2	<b>Dimensões de Política Pública</b> .....	<b>21</b>
2.1.3	<b>Modelos de Políticas Públicas</b> .....	<b>27</b>
2.1.4	<b>Análise de Políticas Públicas</b> .....	<b>30</b>
2.1.5	<b>Políticas Públicas Voltadas aos PFNMS</b> .....	<b>32</b>
2.2	EXTRATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA .....	38
2.3	PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIRÁVEIS (PFNM) .....	40
2.4	AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
2.5	COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES.....	49
2.6	EMPREENDEDORISMO FAMILIAR NO BRASIL .....	51
<b>3</b>	<b>MÉTODO do estudo</b> .....	<b>56</b>
3.1	A CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....	57
3.1.1	<b>O território de atuação dos agroextrativistas</b> .....	<b>57</b>
3.1.2	<b>Produtores Agroextrativistas</b> .....	<b>61</b>
3.2	A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	63
3.2.1	<b>As Entrevistas Semi Dirigidas e Coleta de Dados</b> .....	<b>63</b>
3.2.2	<b>A Análise dos Resultados</b> .....	<b>64</b>
3.2.3	<b>O Percorso de Codificação dos Dados</b> .....	<b>66</b>
3.2.4	<b>A Categorização de Políticas Públicas Agroextrativistas</b> .....	<b>69</b>
<b>4</b>	<b>A DISCUSSÃO</b> .....	<b>78</b>
4.1	AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA.....	78
4.2	OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGROEXTRATIVISTAS ....	82
4.3	OS AGROEXTRATIVISTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO .....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade extrativa consiste no processo de retirada de recursos da natureza com o propósito de transformação destes em produtos, entre os quais se destacam os produtos da sociobiodiversidade: açaí, babaçu, castanha-da-amazônia etc. Há dois termos fundamentais nessa atividade: i) extrativismo, caracterizado pela atividade de exploração comercial e cultural dos recursos naturais; e ii) extrativista, que designa o indivíduo capaz de promover o extrativismo, é o agente que acessa os produtos da sociobiodiversidade dentro das florestas, realiza o manejo e faz o preparo inicial do produto para consumo.

O extrativista, chamado nesta pesquisa de coletor, consiste no indivíduo que assume o papel de coleta de produtos florestais e vegetais. O coletor pode ocupar o extrativismo em diferentes biomas, incluindo Mata Atlântica, Cerrado ou Floresta Amazônica. Em Rondônia, existe a predominância do bioma amazônico na mesorregião madeira-guaporé. A economia da região vem, em parte, dos produtos da sociobiodiversidade.

Nesse pensar, pesquisas realizadas por Souza-Filho *et al.* (2011), Pedrozo *et al.* (2011) e Paes-de-Souza *et al.* (2014) apontam que as cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Estado de Rondônia são pouco estruturadas com destaque para diversos problemas envolvendo, sobretudo, o elo primário, isto é, o extrativista. Há pouca presença de tecnologia na cadeia produtiva contribui para essa incipiência do setor.

As pesquisas realizadas por Silva-Jean (2015) indicaram que as etapas atuais do processo de produção da Castanha-da-amazônia não se diferenciam quando comparadas às etapas praticadas no início do século XX. Com isso, o trabalho extrativo, ainda permanece de forma análoga ao trabalho desenvolvido pelos pais e avós dos extrativistas entrevistados. Ainda que a tecnologia tenha evoluído nos últimos anos, esse conhecimento parece não ter alcançado a produção extrativa. Em função disto, torna-se necessária a ação do Estado, por meio de políticas públicas, a fim de fomentar esta atividade e, por parte da academia, cabe analisar as iniciativas em termos de políticas públicas e estudar esse contexto produtivo visando a compressão da realidade vivenciada.

Para Queiros (2004), a agricultura familiar tem um papel bastante importante na economia do Brasil, porém é desprovido de ferramentas de gestão adequada para auxiliar na construção para um melhor desempenho reduzindo as incertezas existentes. No mesmo pensar, BATALHA *et al.* (2005) aponta que o modo mais coerente de fortalecer a agricultura familiar é incorporar valor adequado aos produtos, tais valores podem ser de inseridos de modo individual a cada família.

Para Cunha (2019), existem barreiras para que isso possa acontecer, como: dificuldade de os agricultores ter acesso às modernas tecnologias, à falta de informação, à falta de oportunidade de capacitação escolar dos agricultores familiares e à falta de qualificação de adequada por parte dos gestores na assistência aos produtores. Tal dificuldade existe por falta de informações referente a tecnologias e ferramentas apropriadas para a realidade socioeconômica e a produção da agricultura familiar. De acordo com Drummond (1996), essas atividades têm pouco investimento financeiro e, até mesmo, de acesso à tecnologia estando em situação bem precária, este trabalho requer um elevado uso da mão de obra dos agroextrativista. Para Bispo; Diniz (2014), a atividade requer um alto uso da mão de obra, corrobora com o modelo de produção das atividades agroextrativistas e agrícolas, feitas especialmente por agricultor familiar, produzindo uma atividade econômica sustentável.

Carvalho (2006) demonstra que para o agricultor familiar, que está dentro de diversas técnicas de produção e comercialização, a utilização do bioma e toda a sua biodiversidade é mais benéfica, pois há a ajuda, como atividade acrescenta de forma viável, tanto como seu consumo próprio, quanto para geração de renda para a familiar dos agroextrativistas. Melo (2013) aponta que às atividades agroextrativistas não é vista tão somente como coletores que retiram produtos da floresta, mas como uma ligação de atividades agrícolas exercidas no meio rural, que suas atividades estejam entrelaçadas a conversação do meio ambiente, colaborando para o bem-estar de vida da população.

Diante deste contexto, esta pesquisa objetivou responder à seguinte questão: Quais são as políticas públicas de acesso aos Produtos Florestais não Madeiráveis-PFNMs, a partir da conjuntura e experiências agroextrativistas no Estado de Rondônia?

O agroextrativismo é importante para a economia da sociedade, sendo uma atividade geradora de renda, conversação e manutenção do meio ambiente, além de ajudar na preservação da cultura dos povos indígenas. Contudo, ainda carece de uma boa gestão e visibilidade, além de iniciativas do governo para o seu desenvolvimento (SILVA-JEAN, 2015).

O presente projeto de pesquisa atua neste sentido, com os seguintes objetivos:

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas de apoio a produção agroextrativista no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Diagnosticar políticas públicas de apoio aos agroextrativistas.
- Descrever os efeitos das políticas públicas para os agroextrativistas e suas famílias.
- Demonstrar as políticas públicas produções agroextrativistas no Estado de Rondônia.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Os produtos florestais não madeiráveis é uma das alternativas da agricultura familiar para as famílias agroextrativistas e, em boa parte, é a única opção de sustento que os trabalhadores tem. Logo, o estudo vem contribuir para que os agroextrativistas possam conhecer as políticas públicas brasileiras voltadas aos PFNMS e, além disso, possa trazer um fortalecimento nas condições de vida das famílias agroextrativistas que dependem dos produtos e das políticas para poder sobreviver.

Tal estudo pode contribuir ainda para os gestores de políticas públicas que poderão nortear o conhecimento das leis e políticas públicas aos agroextrativistas, tornando-os conscientes delas. Por isso, as pesquisas científicas, como esta, podem contribuir para este planejamento de políticas por constituir-se em dados que devem embasar a tomada de decisão dos fazedores de políticas.

Do ponto de vista acadêmico, é notório salientar que o tema de políticas públicas brasileiras, voltadas aos PFNMs, precisa ser estudado e analisado em diferentes concepções e linhas de pesquisa. Portanto, a justificativa consta na importância das políticas públicas para os agroextrativista e os PFNMs e ao mesmo tempo instigar outros pesquisadores a se aprofundar mais no assunto.

## 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação foi constituída em seções. A parte inicial, que engloba a introdução, já apresentada, teve como foco o tema a ser estudado, o problema de pesquisa, o objetivo geral e específico e a justificativa para a realização da pesquisa. Além da introdução, o trabalho estruturou-se em: Referencial teórico, em seguida, apresenta-se os métodos, uma análise dos resultados e por fim, uma discussão dos achados da pesquisa. Por fim, as considerações finais e a referências utilizadas.

A estrutura descrita nesta seção é representada graficamente no Quadro 1, demonstrado a seguir:

**Quadro 1:** Estrutura da pesquisa

<b>Capítulo</b>	<b>Conteúdo</b>
1: Introdução	Apresenta-se o problema, objetivos, justificativa, limitações e limites da pesquisa, estrutura da dissertação
2: Referencial teórico	Apresenta os conceitos fundamentais à pesquisa: Extrativismo, Produtos Florestais não-madeiráveis, cooperativa, empreendedorismo e políticas públicas.
3: Método	Discorre sobre os métodos e técnicas empregados na pesquisa.
4: Apresentação e análise dos resultados	Exibe os resultados obtidos na pesquisa
5: Conclusões e recomendações	Apresenta as conclusões evidenciadas pela pesquisa e as recomendações para ações futuras.

**Fonte:** elaboração do autor

Apesar do esforço, por parte deste pesquisador em superar as limitações e limites que se impõe a quaisquer pesquisas, ainda foi possível perceber algumas dificuldades, conforme subseção 1.4.

#### 1.4 LIMITES E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os limites e limitações da referente pesquisa estão inseridos no levantamento e mensuração do extrativismo, cooperativas, empreendedorismo familiar, produtos florestais não madeiráveis e políticas públicas de uma população tradicional na cidade de Nova California no interior do Estado de Rondônia. Nesse contexto foi analisados as narrativas das famílias que dependem dos produtos a florestais não-madeiráveis e tiram da agricultura o seu sustento familiar.

Com intuito de contribuir para pesquisas futuras, apresentam-se as dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa:

- Dificuldade nos ramais/linhas, para coleta de dados com os agroextrativistas, dificultando a locomoção por causa de ruas intrasitável .



- Devido a pandemia da covid-19, muitas famílias tinham medo do contato físico com o pesquisador, pois perderam parentes ou conhecidos próximos.
- A formulação do conceito a respeito dos produtos florestais não madeiráveis devido a pouco material de autores no Brasil, por conta disso implicou adentrar mais no assunto PFNMs brasileiros.

Diante do exposto, buscou-se realizar uma considerável carga de leitura das referências disponíveis que pudessem amenizar tais dificuldades na condução desta pesquisa. A sistematização destas leituras e reflexões estão disponíveis no capítulo de referencial teórico a seguir.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Utilizaram-se como autores de base, os autores: Poulantzas (1968) e sua interpretação sobre a prática política e sua relação com o Estado. As definições de Easton (1981), a respeito do Estado e seu papel na formulação das políticas públicas, e das considerações de Lindblom (1959) e Dye (1984) sobre políticas públicas. Abordaram-se, ainda, os conceitos de agroextrativismo conforme Paes-de-Souza *et al.* (2011) e Silva-Jean (2015).

### 2.1 POLÍTICA PÚBLICA: PRECURSORES TEÓRICOS

O campo de estudos sobre políticas públicas é composto por uma gama bastante ampla de estudos teóricos. Desde os marxistas, passando pelos institucionalistas até os atuais estudiosos sobre o tema, percebe-se que cada um desses focou em determinados aspectos de análise. Em função desta amplitude, o quadro 2 foi elaborado visando agrupar esses autores e suas principais contribuições à área de políticas.

A partir do quadro 1, é possível apontar algumas direções de estudo e análise da forma como as políticas públicas acontecem, orientando-se pela definição de políticas.

A definição de Política é abordada na literatura por um de seus precursores, o cientista político Poulantzas (1968). A política na visão deste autor está relacionada às questões de Estado e classes sociais, conforme apontado em Marx (1982). Enquanto o Estado é materializado nas superestruturas jurídico-políticas (espaço onde ocorrem as lutas políticas de classes), a política é consequência dessa forma de estruturação. No quadro 2 apresenta os precursores teóricos das políticas públicas.

#### **Quadro 2:** Precursores teóricos, análise e definição de políticas públicas

##### **PRECURSORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Estado e as classes sociais - Marx e Engels (1998).  
Definição do Estado – Poulantzas (1968).  
Mão invisível - Smith (19759).  
Sistema Produtivo – Proudhon (1847).

##### **DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Teoria da ação pública – Muller (2005); Palier e Surel (2005).  
Teoria das elites – Mosca (1982); Mills (1973).  
Neomarxistas – Miliband (2008); Offe (1984); Habermas (1966).  
Abordagem neocorporativa – Schmitter (1974).  
Tipologias de políticas públicas – Lowi (1964).  
Neoinstitucionalismo - Marsh e Olson (1983).

##### **ANÁLISES DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Racionalidade limitada – Simon (1986).

Abordagens políticas – Lindblom (1959).  
A metáfora da Caixa Preta – Easton (1985).  
Abordagens centradas nos atores – Dye (1975).  
Sistema político – Easton (1965).  
Política Social – Marshal (1967).  
Modelos de políticas públicas — Laswel (1936).  
Abordagens neoinstitucionalistas — Ostrom(1990); Hardin (1990)  
Neomarxistas – Miliband (2008); Offe (1984); Habermas (1966).

---

**Fonte:** elaboração do autor.

Simon (1957) incorporou o conceito de racionalidade limitada, formadores públicos (*policy makers*), relatando que tal limitação seria capaz de ser reduzida pelo conhecimento racional. Lindbom (1959) analisou o pensamento de Laswell (1936) e Simon (1986) e acrescentou outras variáveis como a formulação e análise de políticas públicas. O princípio das políticas públicas é a específica existência dos direitos sociais, direitos que são fundamentais e que são encontrados na Constituição.

Para Simon (1957), a racionalidade dos decisores públicos sobre limitação como informação incompleta ou insuficiente, tempo para tomar uma decisão, auto interesse dos decisores etc. Contudo, a racionalidade, segundo Lindbom (1959) pode ter sua maximização com ajuda de instrumentos satisfatórios, que enquadram o comportamento dos responsáveis pelo conjunto de regras e incentivos, alcança o resultado desejado, já que aplica na prática com auxílio dos instrumentos.

De acordo com Gomes e Ferreira (2018), o conceito de políticas públicas se refere a programas que têm a realização de seu objetivo, com grau de importância significativa, como foco principal. Em uma última análise, as políticas públicas são objetivas de modo coletivo responsável, ou seja, é uma problemática de direito público.

Para Freitas (2016, p.198), as políticas públicas “são programas constitucionais que incumbe ao agente público implementar, de maneira estilisticamente nuançada, mas sem retrocessos, sob pena de omissão específica lesiva”. Fonseca e Filho (2019) descrevem que as políticas públicas se efetivam quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem-estar da sociedade, levando, de fato, ações para serem resolvidas, de forma eficiente e eficaz. Vale frisar que tais ações devem ser realizadas de forma pensada e planejada, sendo bastante racional para que os problemas do dia a dia dos cidadãos sejam solucionados.

Veigas *et al.* (2020) aponta que as políticas públicas são o começo, no qual o agente público, que está por trás das leis, decretos, normas, regras e programas, encontra uma forma de se manifestar em prol de solucionar ou minimizar problemas públicos da sociedade.

Os direitos fundamentais baseiam-se em liberdade, já os direitos sociais têm como base os poderes de Estado impondo obrigações favoráveis (GIANINI, 1991). A incumbência do Estado de gerenciar os serviços públicos e entidades privadas para o cumprimento dos direitos das pessoas tais como: à liberdade, à igualdade, à saúde, à habitação, à segurança, à previdência, à educação são direitos reais, legitimando a sociedade, pois são direitos essenciais para o convívio das pessoas (BOBBIO, 1992).

Vale ressaltar que existem inúmeras outras políticas, como políticas de apoio aos pequenos agricultores, política de fomento, política de energia, industrial, transporte entre vários outras que não se constituem como direitos sociais. Essas políticas são vistas como políticas de desenvolvimento e sua principal função são: levar o bem-estar, a harmonia e elevar a qualidade de vida das pessoas, conforme aponta Comparato (1989).

Atualmente, as políticas têm, como precursora, a ação de governo – *government by policies*, que desenvolve e melhora tais políticas junto à sociedade, buscando resolver problemas existentes da população. Poulantzas (1972) começa a desenvolver suas ideias a partir do materialismo histórico e materialismo dialético. Basicamente, o autor reforça que são disciplinas unidas, porém distintas, para os autores Lukács, de Korsch etc, seja tratado como a mesma disciplina. De acordo com Poulantzas (1972), o materialismo histórico se traduz na prática histórica, enquanto que o dialético trata-se do processo de pensamento, sendo a teoria da ciência.

Marx (1965) analisa a sociedade perante: as classes sociais, a relação entre o indivíduo e a sociedade e delimita a classe social em que ela está posicionada. Para Marx (1965), a sociedade está dividida em duas classes: Burguesia e Proletário. Marx chama a classe Burguesia conhecida como Super estrutura/Classe dominante. Essa classe, para o autor, propagaria a ideologia principal que seria assumida pela estrutura/classe dominada, ou seja, pelo proletário. O pensador afirma que a ideologia da classe dominante que circula na sociedade é falsa e que se institui de cima para baixo.

Marx (1965) relata que não se podem analisar as coisas por mero acaso, pois não é um acaso, visto que acontecem, porque tem um posicionamento na classe social. Uma pessoa que nasceu na classe burguesa tem sua história de vida totalmente diferente da pessoa que nasceu na classe trabalhadora ou proletária. Com isso, é possível entender o que é materialismo está ligado à materialidade real das pessoas.

Na visão de Marx (1965), a história diz muitas coisas e ela se transforma através da dialética. Esta nada mais é do que a contradição que existe na sociedade, a contradição entre as classes Burguesia e Proletário. Marx fala ainda que a existência desse conflito acaba fazendo a

transformação na história. Desde os séculos passados, a sociedade vai se transformando com o decorrer do tempo, por isso que se usa o materialismo histórico-dialético como método de análise da sociedade, porém, ressalta-se que isso não impede a utilização dos outros métodos. Assim sendo, para que essa transformação acontecesse foi necessário que a classe dos proletários recebesse incentivos para promover mudanças na sociedade e, a partir do momento em que eles deixassem de ser alienados pela classe burguesa, a mudança ocorreria.

De acordo com Poulantzas (1972), a teoria de Marx do livro *O capital* define vários conceitos e ordena o campo de investigação, tais como: de produção, formação social, apropriação real, de propriedade, política e de transição. Esses conceitos ajudam a definir seu conceito de objeto: o conceito de história.

Segundo Poulantzas (1972, p. 12) o objeto de materialismo é:

O estudo das diversas estruturas e práticas ligadas e distintas (economia, política e ideologia), cuja combinação constitui um modo como teorias regionais. O materialismo histórico compreende igualmente teorias particulares. (teorias dos modos de produção escravista, feudal e capitalista etc) cuja combinações das estruturas e práticas, que definem modos de produção e formação sociais distintas: a) A distinção dos processos reais e dos processos de pensamento, do ser e do conhecimento. b) O primado do ser sobre o pensamento, do real sobre o seu conhecimento.

O fazer teórico inicia de uma matéria prima formada não por algo existente-concreto, mas através de conhecimentos, fundamentos, ciência, porém, utilizam-se instrumentos cuja definição é o resultado de um objeto. Os conceitos mais palpáveis, no qual nos leva ao saber de uma criação social em um determinado ponto de seu progresso, não são objetos palpáveis, mas sim, a matéria prima do método de pensamento. Tais resultados são de algo mais abstrato, tendo como consequências a elaboração da ideia mais concreta, direcionando ao saber dos objetos reais, concretos e singulares.

Podem-se utilizar, como exemplo, dois conceitos fundamentais do materialismo que mostram a diferença entre o modo de produção e de formação social. O modo de produção, Marx (1965) concebe um objeto inexistente, a maneira de elaboração capitalista, feudal, escravista concebe de forma igual objeto de abstratos – formais (inexistentes). Contudo, apenas existe uma formação social, no sentido amplo, ocorrida em momentos consagrados, tais como a Revolução Industrial na Inglaterra. Por mais que existam combinações particulares na construção de uma formação social, haverá uma sobreposição dos modos de produção.

A formação social concebe a ela própria uma unidade com superioridade em relação aos outros componentes com as quais é constituída, a qual foi comandada de maneira capitalista, a exemplo a Alemanha de Bismarck que tinha o modo de produção em sua formação social

capitalista. Tal domínio, no modo de produção em sua formação social, faz que tenha delimitação em sua formação.

Logo, uma formação social é caracterizada por uma junção específica, índice esse que tem uma dominância de vários graus e esfera (político, econômico e teórico) e leva em consideração as diferenças, que se encontra, no caso, a do modo de produção que domina. Com isso, tem como reflexões o objeto político, sendo mais claro a estrutura do Estado no modo de sua produção capitalista.

Na teoria do materialismo histórico, há uma definição de ligações entre várias instâncias (o político, econômico, ideológico, social) definindo, assim, a relação dos fundamentos de modo de produção, social e estrutura com seu dominador (POULANTZAS, 1972). Não é possível descrever o conceito mais significativo dos preceitos teóricos sem mencionar o modo de produção.

Na visão de Poulantzas (1972), o político é capaz de conceber um objeto de teoria regional, na proporção em que ela é recortada, em determinado momento da produção. A construção de seu conceito independe da natureza, depende do seu lugar e da função na concordância própria em seu modo de produção. Logo, esse patamar posicionado, exerce a posição determinada, exatamente, ao político, ao seu conceito abstrato, em que ao erguer o conceito da ciência política, transitado em diversas áreas, desde as mais pobres até as mais ricas, conjectura-se a definição do político em diversos patamares, instâncias e em determinados modos de produção.

A partir daqui, espera-se que se tenha, a unificação no materialismo histórico e a teoria político e teoria particulares, logo, tem-se as teorias de vários modos de produção. Tal junção dessas teorias não é algo proposital, e sim, uma legitimação no processo de pensamento. A posição denominada ao político, na forma de produção capitalista, submete-se a teoria particular de tal modo, tipo próprio de articulação, índice de dominância, como no livro de Marx (1965), *O Capital*.

Assim como o modo de produção capitalista e o político, o Estado, além de tudo, é extremamente capitalista e tem como objetos abstratos formais, as elaborações capitalistas historicamente particulares. O método do pensamento tem por fim a razão de ser o desenvolvimento das ideias mais sólidas, ou seja, mais ricas em medidas teóricas, em que se permite compreensão, ensinamento dos objetos reais sólidos e singulares, característico de cada criação social própria.

A política, na visão de Poulantzas (1968), integra todos os elementos de um sistema social. Essa premissa leva a uma conclusão elementar: a política não pode, portanto, ela própria

ser definida como um desses elementos em específico, pois representa uma totalidade social (POULANTZAS, 1968). Além de ser a luta política de classes a motivação do materialismo-histórico de Marx.

Essa leitura de Poulantzas (1968) relacionando política à luta de classes é decisiva para a compreensão da dinâmica social. A presença de diferentes classes instiga a presença de diferentes atores defendendo seus interesses, contexto em que levará vantagem a classe com maior capacidade de poder que, para Marx, é representada pelos proprietários dos meios de produção. Ao passo que os proletários, donos da força de trabalho, ficam em desvantagem.

A ciência política foi, assim, influenciada pelas obras de Marx; Engels (1998), ao romper com a dialética hegeliana que vislumbrava uma ciência teórica pautada em problemas desconexos da realidade e não tocavam a realidade das coisas que estavam acontecendo. O autor propõe o materialismo-histórico, isto é, uma dialética baseada na vida real das pessoas. A realidade começa na matéria, no trabalho e no cotidiano e não nas ideias como defendia Platão (MARX; ENGELS, 1998).

Os proprietários dos meios de produção utilizam a força de trabalho dos proletários para obterem sua produção. Para Marx, esses agentes do sistema se utilizam das superestruturas jurídico-políticas (direito, instituições, Estado) para validar esse sistema social. A classe dos capitalistas representa a tese, os trabalhadores são a antítese, pois por possuírem justamente a força de trabalho a oferecer, em condições precárias, é a classe que deseja mudanças (a síntese). Este é o grande conflito de classes que Marx (1965) escreve em sua obra *A Ideologia Alemã*. É neste movimento que o Estado atua e a história é construída em uma dinamicidade natural. Portanto, o motor da história de Marx é a luta de classes.

Poulantzas (1968) afirma ser esta luta política de classes o motor da história, isto é, as desigualdades entre os elementos de um sistema social. A esse respeito, a citação de Poulantzas sintetiza uma ideia central:

Os diversos níveis de uma formação social são caracterizados por um desenvolvimento desigual, traço essencial da relação dessas temporalidades diferentes na estrutura, por defasagens que são o fundamento da inteligibilidade de uma formação e de seu desenvolvimento (POULANTZAS, 1968, p. 43).

As especificidades da política pública estão nessa dinamicidade de contradições e desigualdades, cujo objeto é o momento atual, o lugar em que se mesclam essas diversas contradições dos diferentes níveis do sistema de desenvolvimento desigual. O objeto da política é a configuração do lugar que se relacionam com essas contradições, sendo o espaço que se pode agir sobre essas relações desiguais, com vistas à transformação sob o ponto de vista

econômico, ideológico, social, conceitual (POULANTZAS, 1968).

Poulantzas (1968) descreve que a práxis política apresenta, como produto, a transformação de uma realidade em seus diversos estágios. O autor, contudo, faz uma ressalva sobre o cuidado ao compreender o ‘político’, enquanto prática de transformação de realidades. Para Poulantzas (1968), é necessário incluir outro ingrediente nesta análise, sob pena de se identificar o político como: tudo que transforma uma realidade dada.

Poulantzas (1968) refere-se ao objetivo da prática política, isto é, a estrutura do Estado, ou seja, a tomada do poder político. O Estado é conceituado em Poulantzas (1968), como: a estrutura organizativa capaz de garantir a manutenção dos formatos de produção, que se instrumentaliza no direito e na burocracia. Para o autor, o Estado não se torna uma estrutura de classes em função de seus funcionários, mas em decorrência da função que desempenha diante do papel político entre as classes, a fim de garantir o modelo de produção capitalista. Nesta estrutura do Estado, impera os conflitos políticos entre classes dominantes e classes dominadas, eventualmente com a presença das classes intermediárias.

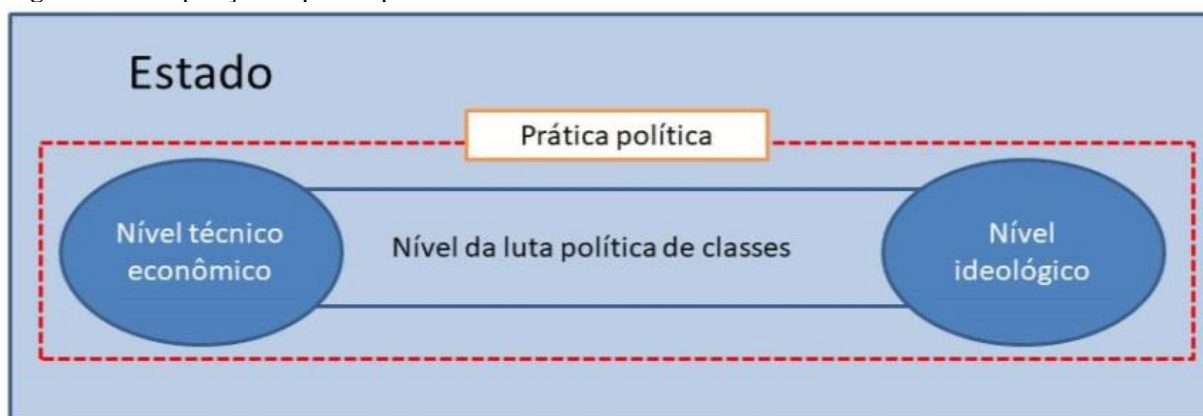
Nesse pensar, Poulantzas (1968) expõe a visão marxista de que era preciso tomar o poder e eliminar o Estado é contraditória sob o ponto de vista do materialismo-histórico do próprio Marx (1845). Essa crítica apresentada por Marx (1965) sugere que a estrutura do Estado deve ser ajustada em um contexto de práxis política, como fator de coesão entre os diferentes níveis do sistema social. Ao contrário, trata-se de uma condição necessária, um lugar onde ocorre a condensação das contradições, não podendo, portanto, ser eliminado.

O Estado é um produto de uma sociedade que se envolve em tantas contradições consigo mesma, a ponto de serem inconciliáveis, tornando necessário o papel do Estado como um poder oriundo da sociedade, mas acima dela capaz de atuar para que as classes sociais não se destruam mutuamente (POULANTZAS, 1968).

Essa contextualização, sobre as funções do Estado, apresenta como desfeixo três diferentes níveis: função técnico-econômica (nível econômico); função propriamente política (nível da luta política de classes); função ideológica (nível ideológico). Entretanto, “a função técnico-econômica e a função ideológica do Estado são sobredeterminadas pela função propriamente política, aquela referente à luta política de classes” (POULANTZAS, 1968, p. 51).



**Figura 1** – Composição da prática política



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de Poulantzas (1968).

Na figura 1, fica evidente que a prática política contém três níveis. Contudo, estes níveis estão entrelaçados e sobrepostos, pois não se trata de uma construção linear. Poulantzas (1968) argumenta que existe uma função global de coesão do Estado. É a partir desta concepção sobre a prática política apresentada em Poulantzas e a partir de suas leituras de Marx que as definições de políticas públicas adquirem sustentação teórica nas obras de Lowi (1964); Laswell (1936); Simon (1986); Lindblom (1959); Easton (1965).

### **2.1.1 Definição de Política Pública**

Easton (1981) é um dos autores mais representativos na definição e análise de políticas públicas. Em um de seus trabalhos mais relevantes, assim como Poulantzas, o autor aborda questões específicas do Estado como um elemento crucial no processo da prática política. Easton (1981) trata da ideia de Estado de uma perspectiva marxista. Enquanto Poulantzas vislumbra o Estado enquanto local que ocorre a prática política, Easton (1981) foca na concepção de Estado para fins de análise das políticas públicas.

Easton (1981) expõe que a definição de Estado é bastante complexa. Ele chega a referir-se ao termo como um ‘mistério indecifrável’, o autor aponta que é possível até apresentar muitas características do termo: como se origina, as formas que assume, a natureza de suas partes constituintes, as funções que supostamente devem servir e as consequências (políticas e resultados) às quais pode dar origem. No entanto, ainda não foi possível definir com exatidão este conceito.

Easton (1981) faz esta ressalva sobre a definição. O teórico afirma que é válido definir o que não é o Estado. Para ele, este termo não equivale aos aparelhos governamentais sobre os quais atua e onde as classes sociais podem lutar pelo controle. O Estado não pode ser uma

espécie de peça de uma máquina passível de competição entre as classes sociais pelo seu controle, muito menos um ser personificado em uma figura que lhe permitiria servir como árbitro ou conciliador entre as classes sociais (EASTON, 1981).

Schmidt (2018) aborda que a política pública é o conjunto de deliberações e atos que foram postos por instituições públicas e com apoio dos cidadãos, com o mesmo propósito, para juntos solucionarem problemas no dia a dia da sociedade. Datti (2020) declara que as políticas públicas são programas do governo, tendo seu papel se coordenar através do Estado junto às entidades privadas, a realizar ações, cujo objetivo é social e importante para a sociedade.

Para Mastrodi & Ifangir (2019), a definição de políticas públicas é compreendida de forma funcional: é preciso funcionar, que passe por muitas transformações, mas que ela seja alcançada no seu propósito final. Para Lima e D'ascenzi (2018), a definição de política pública é o campo de saberes que buscam, de modo simultâneo “colocar o governo em ação ou analisar sua ação” (SOUZA, 2006, p. 26).

O Estado é um produto e está intimamente envolvido na sociedade. Conforme Easton (1981, p. 308):

Tudo está claro então. O estado não é sua estrutura empírica, nem um instrumento nas mãos de nenhuma classe. Também não é um “Sujeito” ou ator que pode controlar as várias classes independentemente de todas elas. Nem é uma entidade acima e à parte do resto da sociedade, de alguma forma pairando sobre ela e regulando-a.

Desta definição, percebe-se que o Estado não pertence a uma classe em particular, mas a uma sociedade que, coincidentemente, está dividida em classes. Contudo, mesmo que não seja o propósito, acaba por atender às classes dominantes. Isto ocorre, porque a sociedade dividida em classes obriga o Estado a servir aos interesses dos dominantes, por mais que se procure mascarar essa realidade em função das lutas de classes. O Estado é quem condensa esses conflitos de classes, por meio da prática política, isto é, das políticas públicas.

Para Santos (1994), a política social iniciou no século XIX na Alemanha, mas foi com Marshall (1967) que criou forças para conquistar um grau de significância maior, ao ter a ligação de concepções dos direitos sociais da cidadania. Em uma conferência em 1949, através da coletânea Cidadania, classe social e status, Marshall (1967) iniciou suas observações sobre política social: a educação primária pública no séc. XIX. Na mesma coletânea, ele mostra que o Estado do bem-estar social persuadiria e iria atuar ou até mesmo ir além do mercado e, assim, a política social assumiria o dever de ajudar a sociedade.

Marshall (1967) ressalta que política social não seria um termo adequado, como demonstra Santos (1994), a política social está ligada a problemas sociais e a política de governo está influenciando na economia de mercado, tendo como objetivo o bem-estar da população. Ainda, o núcleo central da política social é composto por: educação, habitação, serviços assistenciais médicos e sociais, seguro social e assistência pública.

Marshall (1967) faz comparação política social com a cidadania, em que o Estado é o principal regulador da cidadania que tem vinculações às atividades de trabalho. Ele faz menção em duas políticas: preventivas e compensatórias. Aquela é quando o Estado deve adotar medidas para diminuir ou tentar minimizar a desigualdade (emprego, violência, saúde, educação e saneamento básico). Esta, por sua vez, é quando o estado visa diminuir a carência no estado de vida das pessoas mantendo o equilíbrio derivados de acumulações (INPS e IPASE). A política social é destinada ao bem-estar da população redistribuindo benefícios sociais para as pessoas da pobreza (PIS-PASEP, FGTS, FUNRURAL, BPC, PETI).

Bresser-Pereira (1998) busca detalhar as políticas sociais, utilizando a classificação e Lowi (1964) em que aborda as políticas contributivas, contratuais, mercadorizáveis (tendo como fator principal o mercado, no que tange ao aspecto contratual), distributivas, não contratuais, não mercadorizáveis (o Estado como papel principal junto com toda a população). Behring *et al.* (2008) destaca seus desacordos com Marshall (1967) falando sobre os fatores principais e, comparando diretamente a Keynes e ao projeto social-democracia, que censuram a clareza do esquema e a tentativa abrangente a partir da Inglaterra.

As especificações de Lowi (1964), referentes a políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constituintes não foram expostas no seu texto de 1964, mesmo o autor sendo citado, porém suas políticas se tornaram públicas. Sancho (2003) descreve que tais políticas têm suas diferenças estabelecidas no fundamento da estrutura de coerção pelo Estado e as consequências sobre os cidadãos provenientes de suas intervenções.

De acordo com Lowi (1964), o reconhecimento, os tipos e até as áreas de políticas públicas seriam problema e somente sua definição se basearia mediante um impacto na sociedade. Já no ano de 1970, Lowi destaca a relevância da coerção distinguindo os diferentes modelos de políticas e ressalta que a administração é algo comum na coerção e o Estado, seu alicerce.

Na visão de Lowi (1972), as políticas podem se transformar em outra, quando o projeto se desprende do distributivo para o redistributivo ou até mesmo do distributivo para o regulatório. Tais indicadores utilizados para verificar e estudar o tipo de política que detém os projetos do Governo e do Legislativo.

Na concepção de Dye (1984), o termo ‘Políticas Públicas’ traduz o somatório das ações do governo e age diretamente ou não na vida de toda a população. É o que o governo faz para minimizar ou solucionar os conflitos da sociedade. Políticas públicas são decisões e ações mediante os problemas da sociedade visando a solução de problemas, ou ao menos na tentativa de amenizá-los.

Portanto, política pública é elaborada em conjunto com vários entes federativos, entre eles: o Estado, a sociedade, a esfera federal, estadual e municipal, envolvendo vários departamentos (DYE, 1984). Tais políticas podem ser elaboradas em parceria com a iniciativa privada, como se verifica recentemente (DYE, 1984). A política é formada por quatro componentes principais: dependem da envoltura do governo, da identificação do problema, da definição do objetivo do problema e do aspecto do processo de ação (DYE, 1984).

Para Laswell (1936), a tentativa de definir política tinha como intuito: agregar conhecimento científico/acadêmico às experiências dos governos e manter um diálogo entre governo, cientistas e comunidade interessada.

Lindblon (1959), as teorias do racionalismo de Laswell e Simon realçam a incorporação de outros fatores à formulação e à análise das políticas, tais relações de poder e integração ocorrem em diferentes momentos do processo, os quais não seriam necessários haver um começo ou um fim, já que, as políticas públicas introduzem outros métodos/elementos no seu desenvolvimento e no seu estudo de ir além das indagações de racionalidade, como comunidade de interesse, trâmites administrativos e papel das eleições.

Easton (1965) define política pública como um sistema, no qual existe uma interação entre o desenvolvimento, os resultados pretendidos e o ambiente trabalhado. De acordo com Easton (1965), as políticas públicas processam *inputs* (entradas) de vários meios, tais como comunidades interessadas e da própria mídia, que induzem os efeitos e, até mesmo, os resultados.

As políticas públicas proporcionam programas e ações de melhoria para a comunidade, garantindo o bem-estar das pessoas. Políticas Públicas não se referem somente à gestão dos governantes, pois envolvem toda uma esfera, tais como: governo, estado, iniciativa privada e várias organizações civis (EASTON, 1957).

As políticas públicas são um conjunto de atuações e decisões do governo, direcionadas para a solução ou não de dificuldades da sociedade, por isso, várias concepções são expostas por Souza (2006) e como a de Lynn (1980) que define como um grupo de ações do governo que criam efeitos específicos; além a de Peters (1986) que é a somatória das ações do governo procedendo diretamente ou através de representação e induzem no dia a dia da sociedade.

Outros autores tradicionais, como Laswel e Easton, alguns contemporâneos são bastante representativos quanto ao conceito de Políticas Públicas. É o caso de Dagnino *et al.* (2013). Para este autor, política é um termo frequentemente utilizado para referir-se: ao 1) envolvimento governamental, 2) ao objetivo desejado, 3) ao resultado, 4) ao modelo que visa explicar a relação entre ações e resultados.

Na ótica de Dagnino *et al.* (2013), a formulação de uma política é um processo árduo, pois os fazedores de políticas possuem racionalidade limitada, impedindo-os de conhecerem o mundo social totalmente. A consequência é, em muitos casos, a ocorrência de erros nas decisões tomadas.

Desta forma, cabe ao fazedor da política entender essa realidade social visando ao conhecimento das situações-problemas para evitar, dentro das limitações, possíveis equívocos na formulação de políticas (DAGNINO *et al.* 2013). Esse contexto social funciona como um jogo, com regras, leis e costumes que precisam ser compreendidos. Portanto, os modelos de políticas podem ser uma alternativa para redução de equívocos.

### **2.1.2 Dimensões de Política Pública**

A discussão sobre sustentabilidade pode ser entendida a partir daquilo que Elkington (2006) denomina de Três Grandes Ondas da Sustentabilidade. O autor apresenta em seu estudo que a primeira onda tem início na década de 1960, com a fundação da Anistia Internacional e conquista o seu pico em 1970 com a celebração do Dia da Terra e a fundação do *Greenpeace*.

A primeira onda foi caracterizada por um amadorismo na gestão da agenda ambiental. As ações em termos de cuidado com o meio ambiente estavam atreladas apenas a apoiar projetos e movimentos sociais voltados ao meio ambiente. Assim, apresentava apenas decisões externas à empresa. Contudo, como destaca Elkington (2006), é quando se inicia a discussão.

A segunda onda, denominada onda ‘Verde’, se inicia em 1984 com o Desastre de Bhopal, na Índia. Esta catástrofe refere-se a um vazamento de gás que ocorreu na Índia e atingiu cerca de 500 mil pessoas. A segunda onda alcança o seu pico com o evento Rio Eco-92 ocorrido no Brasil em 1992. Este evento consitui um marco para o fortalecimento da sustentabilidade.

Por fim, a terceira onda, intitulada ‘Onda da Globalização’, tem o seu pico em 1997, com o Protocolo de Kyoto e é caracterizada por uma responsabilidade social empresarial mais

madura do ponto de vista das ações das empresas. É quando as corporações começam a desenvolver ações coordenadas para alcançar propósitos ambientais incluindo a preocupação com a sustentabilidade em seus processos produtivos. Se insere ainda nesta terceira onda o Fórum Econômico Mundial de 2006, realizado em Davos.

As três ondas da sustentabilidade, citadas em Elkington (2006), contribuem para uma concepção de sustentabilidade em três dimensões: social, econômica e ambiental. Atualmente, pensar o desenvolvimento sustentável implica em gerar valor nesses três aspectos primordiais. Esta concepção envolve questões éticas, direitos humanos, corrupção e mudanças climáticas.

Para Leff (2011), a sustentabilidade ambiental se relaciona a hábitos que visam a preservação ambiental, no tocante a assuntos econômicos, e métodos de desenvolvimento, estabelecendo classes ecológicas de produção que asseguram a continuidade das próximas gerações.

De acordo com Donaire (1999), a responsabilidade social é um compromisso com a sociedade, com a qual se assume a função de proteção ao meio ambiente, projetos sociais, igualdade para todos, serviços de forma geral, tendo sua compatibilidade com o interesse público.

Os termos mais presentes, no decorrer dos anos, são sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com uma ênfase maior no setor corporativo. Boa parte das organizações estão buscando uma relação com os recursos naturais e sociais, porém visando o lucro. Esse pensamento é uma base do conceito de *Triple Bottom Line* de Elkington (1994). Muitas coisas mudaram e é válido ressaltar que a sustentabilidade é algo que só cresce hoje em dia.

Elkington (1994) declara que o termo *Triple Bottom Line* retrata a gestão empresarial como os resultados da organização e seu impacto provocado pelas organizações no planeta. A tradução do termo em inglês significa *Linha Tripla de Fundo* - para melhor entendimento será usado como Tripé da Sustentabilidade e sua formação é composta pela perspectiva do planeta, das pessoas e do lucro. De forma mais objetiva, uma organização deve ser coordenada objetivando a parte econômica, os impactos ambientais e a sua relação com os trabalhadores.

Em consonância a Barborsa (2007), os integrantes principais para o desenvolvimento sustentável são o crescimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a igualdade social. Tais bases fundamentais, as quais visavam apenas o lucro, sofreram mudança em sua concepção para um pensamento de desenvolvimento sustentável dando origem ao Triple

Bottom Line da Sustentabilidade. Para Lélé (1991), desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento de forma contínua. Mattos (2008) aponta que o desenvolvimento sustentável é consequência da relação entre indivíduo em determinado espaço, com seus princípios culturais, com seus propósitos econômicos e acatando as organizações reconhecidas na comunidade e dando importância à conservação do meio ambiente existente.

Para Perez (2007), o desenvolvimento sustentável está muito além da proteção ambiental e do crescimento econômico, ele envolve o bem-estar e o equilíbrio social. Conforme esse autor, quando se fala em desenvolvimento sustentável, fala-se em desenvolvimento social, assim, com a diminuição da pobreza é possível o crescimento econômico. Com o desenvolvimento social, a coação sobre a natureza tendem a diminuir, pois os recursos ambientais sustentáveis ajudam no equilíbrio da sociedade.

Sachs (1993) concebe o conceito de sustentabilidade que forma seis dimensões, tendo base principal o desenvolvimento, que vai muito além do significado econômico. Posteriormente, o autor acrescentou mais duas dimensões: nacional e internacional. Sachs (2002) define desenvolvimento sustentável em oito dimensões da sustentabilidade, ressaltando que para o desenvolvimento sustentável todas as dimensões precisam ser alcançadas, sendo elas: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional. Para o autor, o desenvolvimento é uma ação natural do crescimento econômico, conhecido como efeito cascata.

A dimensão ecológica é a dimensão mais familiarizada entre os pesquisadores desde a década de 70, ela é definida pela compreensão e respeito no sistema ambiental. Para Rattner (1999), as pessoas não são donas do meio ambiente, mas fazem parte e dependem dele. Tal dimensão refere ao equilíbrio e à conservação do meio ambiente. Em acordo a Foladori (2002), quanto mais às pessoas danificam o meio ambiente, mais se diminui a sustentabilidade ecológica.

No que tange a dimensão econômica, Sachs (1993) assevera que este aspecto relaciona-se à distribuição e ao gerenciamento de recursos por meio de investimentos públicos e privados. Para esse pensador, a eficiência desse aspecto pode ser avaliada com o intuito de reduzir assimetrias no âmbito microeconômico e macroeconômico. Em relação às dimensões econômica e ecológica, aquela é mais ampla, pois sua definição está limitada ao crescimento econômico. Foladori (2002) discorre que é inaceitável o desenvolvimento não ilimitado, caso fosse, ficaria de fora a dimensão ambiental.

A dimensão social era aproveitada para ocultar o interesse acerca da sustentabilidade ecológica com o intuito de afirmar que a miséria é a responsável pelos ataques ao meio

ambiente, por falta de recursos em desempenhar técnicas para a preservação natural (SACHS, 1993).

De acordo com Rattner (1999), tais motivos não eram as causas, mas sim, efeitos e resultados da não preservação e da não conservação ambiental. Sen (2000) acredita que a dimensão social tem como objetivo a igualdade de condições para todos, de que todos podem ter acesso aos bens fornecidos pela natureza, principalmente, ter qualidade de trabalho e serviços de forma digna. Franco (1999) compreende que o desenvolvimento local e sustentável é a o meio que pode acabar com as diferenças sociais existentes.

A dimensão cultural para Sachs (1993) está direcionada aos modelos de modernizações e dos elementos rurais adaptados à produção, favorecendo o desenvolvimento e alterações no meio cultural, tornando o conceito normativo de ecodesenvolvimento em multiplicidade de soluções individuais, respeitando as diferenças de cada ser vivo, culturas e localidades.

Marrul Filho (2000) aponta que a saída para o êxito da dimensão cultural está introduzida na realização de novos planejamentos, como uma sociedade de forma mais sustentável. Deste modo, o desenvolvimento sustentável se torna benéfico para todos, por meio da colaboração e da cooperação, a fim de que todas as pessoas possam acrescentar e crescer de forma individual, tendo como princípios fundamentais: o interesse social e o respeito à cultura do próximo.

Na dimensão psicológica, Sillamy (1998) compreende como um todo a sensação de felicidade que vai além das questões sociais, pois o sentimento é um estado de espírito de cada indivíduo. A sensação está no interior de cada pessoa e é algo que a permite compreender a realidade pela qual se está passando, através de diferentes acontecimentos, motivações e experiências. No pensar de Jacobi (2003), por mais que os indivíduos estejam no mesmo ambiente, eles podem ter diferentes tipos de sensibilidade individuais e até com outras pessoas nas dimensões da sustentabilidade.

Para Jacobi (2003), comover, encorajar, chamar os cidadãos de forma ativa, ajudar no acesso de conhecimento, auxiliando no seu aprendizado diante as dificuldades e as oportunidades, vencer os hábitos de políticas de exclusão e procurar concordar nas decisões coletivas, são conhecimentos que constituem e formam a dimensão política nacional.

A dimensão política internacional tem uma pequena relação com a Organização das Nações Unidas – ONU, com o intuito de combater ou de minimizar as guerras, sendo cooperativo de forma científica e preservando o sistema internacional financeiro e de negócios.



**Quadro 2.1.2:** Dimensões de Políticas Públicas

<b>Abordagem</b>	<b>Conceito</b>	<b>Definição Aplicada</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Social</b>	<p>Refere-se a busca da homogeneidade social; acesso equitativo aos recursos e serviços sociais. Visando o pleno emprego e/ou autoemprego.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	<p>Uma política social é caracterizada por buscar resolver problemas sociais, com o objetivo de promoção do bem-estar da população. Basicamente, tem como núcleos, a educação, habitação, serviços assistenciais e assistência pública. Visa a redução das desigualdades por meio da redistribuição de renda</p> <p><b>Principais autores:</b> Marshall (1967)</p>	Política Nacional de Assistência Social
<b>Cultural</b>	<p>Respeito a tradição e a inovação. Presença de endogeneidade, contrapondo-se a simples replicação de estrangeiros. Desenvolvimento da autoconfiança sem perder de vista a abertura para o mundo.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (2002)</p>	<p>Resumem-se as intervenções feitas e realizadas pelo Estado, visando à promoção do desenvolvimento simbólico. A preservação do patrimônio histórico e o gerenciamento do aparelho burocrático. O papel do Estado nesse caso não é atuar como um ser.</p> <p><b>Principais autores:</b> Teixeira Coelho (1997)</p>	Lei Rouanet. ( <b>Lei Federal de Incentivo à Cultura</b> (Nº 8.313/1991))
<b>Ambiental</b>	<p>Relaciona-se ao ecológico, ao respeito dos ecossistemas naturais estimulando a capacidade autodepuração. É a preservação do capital natural, limitando o uso dos recursos não renováveis.</p> <p><b>Principais autores:</b> Hardin (1968), Ostron (1970), Sachs (1993)</p>	<p>A política proposta pela Estado com vistas a garantir proteção ambiental. Procura garantir a sobrevivência das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras disporem de recursos naturais. Respeitar a capacidade de uso e renovação</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	Código Florestal Brasileiro. Parque Nacional Picaás Novos. Reserva Extrativista Chico Mendes. (A Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012, estabelece normas para proteção da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados.)
<b>Econômica</b>	<p>Desenvolvimento econômico mantendo o equilíbrio, utilizando matérias modernas. Busca da capacidade de inserção no aparato produtivo; da inserção na economia mundial e na pesquisa científica e tecnológica.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	<p>São as políticas mercadorizáveis, isto é, tem no mercado seu principal interesse. Existe a presença de classes sociais em que de lado a dominante e do outro o proletário.</p> <p><b>Principais autores:</b> Marx (1982); Lowi (1964)</p>	PGPM Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Programa de Regularização do Passivo: fortalecimento das cadeias de valor – Castanha

Fonte: elaboração do autor.

**Quadro 2.1.2:** Dimensões de Políticas Públicas

Abordagem	Definição Constitutiva	Definição Aplicada	Lei
<b>Política (nacional)</b>	<p>Volta-se a apropriação dos direitos humanos de forma universal; criação de projeto nacional por parte do Estado em conjunto com atores sociais. É a busca da coesão social.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	<p>Traduz o somatório das ações do governo e agem, diretamente ou não, na vida de toda a população. É o que o governo faz para minimizar ou solucionar os conflitos da sociedade. Políticas públicas são decisões e ações mediante aos problemas da sociedade visando a solução de problemas, ou tentar amenizá-los.</p> <p><b>Principais autores:</b> Dye (1984), Easton (1981)</p>	Política Nacional do Desenvolvimento Urbano
<b>Ecológica</b>	<p>Possui relação com a preservação do potencial do capital natural, na produção de recursos renováveis e na limitação do uso dos recursos não renováveis.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	<p>Relata a compreensão e respeito às dinâmicas do meio ambiente. Exige a reflexão de que o ser humano não é dono do meio ambiente. Ao revés, é parte integrante e dependente dele.</p> <p><b>Principais autores:</b> Rattner (1999)</p>	Política nacional
<b>Política (Internacional)</b>	<p>Materializa-se em metas definidas por instituições como as nações unidas visando a prevenção de guerras, promoção da paz e cooperação internacional; acompanhamento das finanças e comércios internacionais, aparato institucional e efetivo para promover a gestão de recursos naturais e ambientais, biodiversidade, cultura e patrimônio comum da humanidade.</p> <p><b>Principais autores:</b> Sachs (1993)</p>	<p>O estado não é sua estrutura empírica, nem um instrumento nas mãos de nenhuma classe. Não é um “Sujeito” ou ator que pode controlar as várias classes independentemente de todas elas. Nem é uma entidade acima e à parte do resto da sociedade, de alguma forma pairando sobre ela e regulando-a.</p> <p>Neste sentido o Estado não serve como um amenizador nas lutas de classe, mas sim a uma sociedade.</p> <p><b>Principais autores:</b> Easton (1981)</p>	ONG

**Fonte:** elaboração do autor, com base em Sachs (1993); Sachs (2002).

Tais dimensões políticas costumam ser incrementadas no sistema político, levando-se em consideração a presença na agenda política e a presença do governo na sua concretização. Vale salientar que o modelo de sustentabilidade consiste no auxílio e na cooperação concreta entre o âmbito privado, público e a comunidade.

Frey (2002) descreve que a falta da presença da população, nas estratégias de políticas administrativas, corresponde a dificuldades relativas de limitação dos indivíduos e à interação dos indivíduos no Governo. É fundamental que o Governo adote ações e planos em prol do bem comum para todos os cidadãos.

Contudo, as declarações políticas percebidas, no Brasil e fora do país, têm testado a consolidação de tais conquistas adquiridas graças à pressão social e eventos desastrosos ao meio ambiente. Foi possível acompanhar, na última década, a revogação de importantes artigos do Código Florestal Brasileiro, o aumento de queimadas na Amazônia e a vista grossa de fazedores de políticas sobre tais acontecimentos.

Nota-se que a sustentabilidade vai muito além da preservação do meio ambiente e da diminuição de agressão no mundo. Ser sustentável é ter ideias que agregam e que se renovam de forma contínua, administrando sem explorar, tendo lucro de forma consciente e objetivando planejamento e programas que não danifiquem o ecossistema.

### **2.1.3 Modelos de Políticas Públicas**

Com o passar dos anos, na ciência política, assim como em várias outras disciplinas, acrescentaram-se inúmeros modelos para melhor entendimento das políticas públicas. Discutidos por Dye (1984), são os seguintes: Modelo de Processo, Modelo Institucional, Modelo Racional, Modelo Incremental, Modelo de grupo, Modelo de elite, Modelo de Escolha Pública e Modelo de Teoria dos Jogos.

Tais modelos representam uma importância conceitual para a literatura na ciência política. Mesmo que eles não fossem, necessariamente, a base de estudos de políticas públicas, cada um apresenta maneiras individuais de refletir sobre políticas. Dessa forma, cada modelo tem sua particularidade e não se pode dizer que um é melhor que o outro, visto que não há competitividade entre eles (DYE 1984).

Para Dye (1984), o modelo de processo é oportuno, pois ajuda na compreensão dos inúmeros exercícios envolvidos na política. Entende-se que a política tem todo seu envolvimento na identificação do problema, obstáculos na sociedade que precisam ser identificados e merecem atenção. Logo, tentar solucionar, definindo uma agenda e buscando

ser formador de políticas, formulando sugestões e elaborando opções de uma melhor política para a sociedade.

É evidente que isso envolve muitas coisas e estas precisam de apoio político, como o apoio do congresso, da presidência, do governo e da sociedade, pois por trás de tudo isso, haverá um gasto público que precisa ser prestado conta. Ainda, após esse processo, essa política precisa ser implementada e avaliada para saber se de fato ela está funcionando (DYE, 1984).

O modelo de processo ajuda a entender as atividades envolvidas nas políticas desde seu momento de elaboração até a execução. Nesse modelo, tem-se os processos de identificação do problema, definição da agenda, formulação da política, legitimação da política, implementação e avaliação. Conforme o quadro 04.

**Quadro 4:** O processo da política

Identificação do problema	Identificação dos problemas da política, por meio da sociedade, para iniciativa do governo.
Definição da agenda	Definição da agenda para decidir o que será feito com apoio dos funcionários públicos e da mídia.
Formulação de políticas	Formulação das políticas, por meio de desenvolvimento das propostas, com ajuda dos grupos envolvidos e governo.
Legitimação da política	Legitimação se dá por meio da seleção e aprovação da política com auxílio do governo.
Implementação de políticas	É feito por meio de burocracias do governo, o benefício o gasto, as diretrizes e as regulamentações.
Avaliação de políticas	O último processo da política é a avaliação que é feita pelo governo e o público em geral. Constando se de fato as políticas estão funcionando.

**Fonte:** elaborado pelo autor desta dissertação conforme a Dye (1984)

De acordo com Dye (1984), o modelo de institucionalismo caracteriza políticas públicas como produto essencial das organizações políticas. Seu componente estrutural tem toda a participação de setores, separando seus poderes e controles, mas mantendo a estabilidade entre os envolvidos: Legislativo, Executivo e Judiciário, junto ao Federalismo, estabelecendo a divisão entre a Nação e os Estados. A esfera federalista identifica que a esfera nacional e os governos estaduais originam-se de autoridades legais das cidades. Ambos tem autonomia para gerar suas próprias receitas, leis e manter seus próprios tribunais.

O modelo de racionalismo se refere ao momento em que se atinge o foco principal da política, que resulta em ganhos para toda a sociedade, apesar do seu gasto. Uma política racional é ter a capacidade das previsões para compreender os custos e os benefícios envolvidos na política.

Portanto, trata-se de um modelo prescritivo, no momento em que se responsabiliza pelos resultados pretendidos de forma planejada. As restrições do modelo são inúmeras, entre elas a capacidade de esclarecer a autonomia e o poder das pessoas para realizar escolhas. De grosso modo, a política racional é quando o custo e o benefício andam em conjunto de forma positiva alcançando o resultado e tendo retorno satisfatório (DYE, 1984).

No modelo incremental, Dye (1984) enxerga as políticas como um fator, no qual o governo atual faz algumas modificações referente ao governo e suas políticas anteriores. Os responsáveis não fazem a revisão de políticas atuais ou até mesmo das propostas, não fazem a identificação dos objetivos sociais, pelo contrário, restringem tempo, informação e o custo dificultando que os responsáveis identifiquem alternativas para as políticas e suas causas.

O modelo incrementalista é tradicionalista, pois toda sua atenção é centralizada em novas políticas, programas e, até mesmo, no aumento ou diminuição de programas atuais. O modelo da teoria do grupo é quando as decisões dependem de vários agentes para garantir o resultado desejado, tal grupo faz suas escolhas, mas as equipes são interdependentes, como as negociações no governo. Tal modelo serve para entender como as pessoas ou grupos se colocam diante das situações competitivas.

Já o modelo elitista de Dye (1984) é resultado de escolhas feitas pelo auto escalão do governo. Neste seguimento, as pessoas não teriam influência considerável nas políticas públicas. Nessa conjectura, os sujeitos não têm informações suficientes para que possam ser consideradas, os agentes públicos moldam as suas próprias ideias. Considera-se, que não haveria mudanças e alterações relevantes na política pública, mas haveria pequenos ajustes.

Para Dye (1984), no modelo da escolha pública, são feitas decisões de modo coletivo chegando a um resultado, porém cada indivíduo tem interesses particulares. Nesse modelo, qualquer agente da política busca contrair o maior benefício individual possível. No entanto, todos têm o mesmo benefício comum. Por fim, o modelo da escolha pública ajuda a esclarecer, porque agentes políticos ocultam seus interesses nas políticas públicas, deixando suas escolhas não transparentes aos seus eleitores.

O modelo sistêmico, por sua vez, identifica as dimensões importantes do ambiente que criam as demandas para o sistema político e os atributos, tornando capaz de transformar em decisões e políticas, protegendo a sua estabilidade. O modelo esclarece como os incentivos ao meio ambiente e as características do sistema político influenciam na política pública e vice-versa e as ações do sistema político por meio de *feedbacks*.

O governo é uma organização a qual sua função seria alocar benefício para a sociedade. Nesse modelo são determinadas as demandas da sociedade, sua entrada chamada

de *inputs*, depois vem o sistema político, o governo vai planejar e executar as políticas e vai dar a saída chamada de *outputs* e, por fim, o *feedback*.

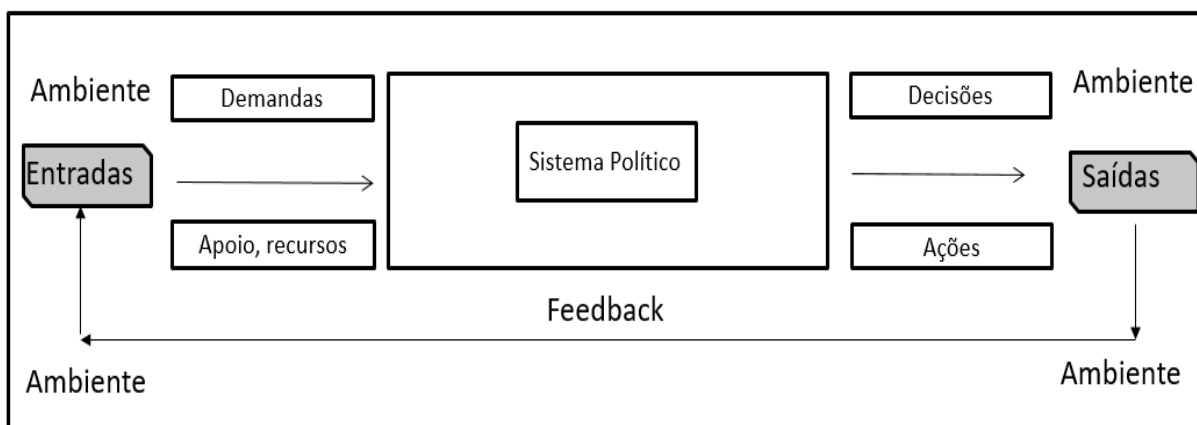
#### 2.1.4 Análise de Políticas Públicas

Analisar as políticas públicas, Dye (2005) mostra o que os governos elaboram e que diferença isso faz, ou seja, é a distinção e a explicação dos efeitos da ação do governo. A análise de políticas públicas obteve *status* de espaço do conhecimento nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX (GRISA, 2010).

Desta maneira, compreender políticas públicas, de acordo Dye (2005), é defrontar-se com as respostas de um grupo político às atividades que o representam, partindo do meio ambiente, estando à política como um produto do sistema.

Os *inputs* e *withinputs* auxiliam as variáveis, acumulando e refletindo de modo geral o que é importante na conjuntura política, marcando indicadores-chaves de modo que as condições e efeitos do contexto se alteram e mudam as operações do sistema político (EASTON, 1970). Independente da sua modalidade, os *inputs* ocorrem em vários níveis sistêmicos e subsistêmicos, um exemplo níveis nacional e internacional (RUA; ROMANINI, 2013).

**Figura 02** - Diagrama de abordagem sistêmica do estudo da vida política de Easton (1970)



Fonte: adaptado pelo autor desta dissertação em consonância a Easton (1957).

Os *outputs* auxiliam a organizar os efeitos que decorrem mais do modo dos membros do sistema do que das ações na conjuntura política (EASTON, 1970). Exibem os produtos, na partida ou nos resultados do sistema político, que estimulam atos e comportamentos na sociedade, bem como no sistema nacional e internacional (RUA; ROMANINI, 2013). É fundamental que *outputs* sejam diferentes dos resultados, pois são resultados que políticas

têm sobre a sociedade em geral (HAM; HILL, 1993).

A literatura sobre *policy analysis* faz distinção em três fases da política. Para tal distinção, essas dimensões têm abordado na ciência política a função, a definição em inglês de *polity* para identificar as entidades de políticas, *politics* para os métodos políticos e *policy* para a temática da política. A fase instituição *polity* tange à regra do sistema político, elaborado pelo sistema jurídico e é a sua estruturação oficializada pelo sistema político-administrativo (LOWI,1972).

Tais abordagens e suas diferenciações teóricas, com suas peculiaridades, têm seus pontos positivos que podem fornecer categorias bases para uma boa formação em projetos de pesquisa. Vale frisar que essas políticas têm características que podem se juntar e influenciar.

A fase temporal das políticas públicas tem uma conciliação de efeitos lineares. Pressuposto esse que tem um desacordo com a experiência empírica da realidade da correlação mútua entre as três fases da política, principalmente, entre as dimensões *policy e politics*. As contestações política e a afinidade das forças de poder incessantemente de acabaram deixando suas marcas nos programas e planejamentos desenvolvidos e implementados (LOWI,1972).

Segundo Lowi (1972), *policies* define *politics* e pode ser compreendida em um determinado campo da política, porém tem suas próprias definições e, em hipótese nenhuma, pode servir como lei universal. O crescimento da política ambiental mostra como as fases tem se inspirado de forma mútua entre elas. Os conflitos de interesse, as situações e orientações tiveram um agravante que dominou nos processos políticos, onde sofreu alterações importantes e se intensificaram os problemas ambientais. Vale frisar que todas essas dimensões das políticas públicas são sujeitas a modificações com o passar do tempo. As categorias de *policy networks*, *policy arena* e *policy cycle* ganham espaço dentro da *policy analysis*.

*Policy networks* são redes de relações sociais que se reiteram regularmente, porém são menos formais e esboçadas, comparadas a relações institucionalizadas, em que é presumida uma distribuição concreta de tarefas organizacionais. Em relação à análise de políticas públicas, as *policy networks* ou *issue networks* tem uma relevância significativa, especialmente, durante o tempo em que os fatores dos processos de desordem e de aliança no cotidiano político administrativo. Percebe-se que as realidades das políticas das democracias são mais consolidadas, que tais componentes da *policy networks* possibilitam competir, porém, terminam criando vínculos internos de apoio, que fazem com que tenham as chances de se proteger e agir contra outro *policy networks* visto como adversário.

A *policy arena* foi inserida no meio científico por Lowi (1972) e ela refere que o comportamento das pessoas é afetado por causa das políticas, já que esta tem uma reação adiantada para o procedimento político de deliberação e de pôr em prática. As perdas e os benefícios que os cidadãos aguardam das medidas ocasionam para a configuração do processo político. A *policy arena* tem como intuito o consenso, é existente dentro das inúmeras áreas de políticas e pode ser diferenciada em quatro etapas: distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, estabelecendo regras. Nesse caso, os custos e benefícios são distribuídos de forma igual à população, porém dependem de leis. Um exemplo na educação é a LDB a qual organiza a classe.

Políticas constitutivas, conforme Beck (1993), conceitualizam-se como a política modificadora de regras. Nesse sentido, ela que determina como, quem e quando tais políticas públicas podem ser criadas. Ela dita tais condições gerais entre as outras políticas. Um exemplo na educação é o Governo Federal, que é responsável pelo ensino superior.

*Policy cycle* acaba sendo um modelo investigativo com uma relevância significativa nas fases das políticas públicas. As inúmeras fases retratam uma continuação de elementos do processo político administrativo. As fases são comuns, entre elas a da formulação, da implementação e do controle das consequências das políticas.

Frey (2000) faz a distinção das políticas nas seguintes fases: percepção e definição de problemas, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e avaliação e se possível, eventualmente, uma correção. Atualmente, existem vários tipos de políticas públicas, entre elas, está as políticas públicas voltadas para os produtos florestais não madeiráveis, em que os agroextrativistas fazem ou não o uso delas.

### **2.1.5 Políticas Públicas Voltadas aos PFNMS**

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 225, relata que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e as futuras gerações”. Logo, é dever do governo e de toda a sociedade manter e zelar pela preservação, conservação e recuperação ambiental.

Os PFNMs estão presentes nas mesmas leis que regem a floresta brasileira. O IBAMA, órgão responsável pelas políticas nacionais do meio ambiente, foi criado com base na Lei



7.715 de 22 de fevereiro de 1989, sendo suas atribuições, de forma federal, o licenciamento ambiental, o controle do meio ambiente, a averiguação e o uso dos recursos. Os PFNMs podem ser regidos pela Lei de Crime Ambiental, Lei 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998, a qual trata de crimes contra o meio ambiente, podendo acarretar sanções penais e administrativas conforme for sua conduta lesiva ao meio ambiente (SOUZA, 2012).

O Código Florestal de Lei 4.771 de 15 de setembro de 2012 dispõe sobre a conservação e o manejo sustentável dos recursos ambientais. No que tange à coleta, ao comércio e ao manejo da vegetação, sujeita-se de autorização do IBAMA conforme o artº 11, 14 e 26 do código florestal. No quadro 5, é descrito algumas políticas públicas de acesso ao PFNMs, nas esferas Federal e Estadual.

**Quadro 05:** Referencial das políticas de apoio ao fomento

ESFERA	POLÍTICA	TIPO	INICIO
Federal	Criação das Resex	Constitutiva / Redistributiva	30/01/1990
Federal	SDPE - Subvenção direta ao produtor extrativista – Através da Política de garantia de preços mínimos para produção da sociobiodiversidade (pgpmbio)	Distributiva	17/09/2008
Federal	Apoio a Formação de Estoque pela agricultura familiar. Através da Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA	Distributiva	02/07/2003
Federal	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - (PNATER)	Redistributiva	11/01/2010
Estadual	Projeto florestas Plantadas - plantio de seringueiras	Distributiva	23/11/2010
Estadual	Subvenção - Projeto de Pagamento por serviços Ambientais:subsídios aos produtos florestais – borracha	Distributiva	05/07/1999
Estadual	Programa de Regularização do Passivo: FDL	Distributiva	05/07/1999
Estadual	Programa de Regularização do Passivo: Coleta de látex para preservativo	Distributiva	04/07/2006
Estadual	Programa de Regularização do Passivo: fortalecimento das cadeias de valor – Castanha	Distributiva	18/12/2001

**Fonte:** Pereira Plese (2017).

A criação das reservas extrativistas caracterizou de forma significativa um considerável amparo às atividades dos extrativistas, dando a possibilidade da população de controlar as suas terras e de conservar as suas práticas. Esse percurso iniciou com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Com o passar do tempo, um novo decreto foi estabelecido o de nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990. Nele, o Governo Federal criou a primeira reserva extrativista, a Resex do Alto Juruá, no estado do Acre. Essa regulamentação da criação das reservas foi concretizada através do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, sendo formalmente criada por meio de uma política.

Por volta do ano de 2000, pela lei nº 9.985, foi instituído o Sistema Nacional de

Unidade de Conservação da Natureza- SNUCN. Os acontecimentos com o passar do tempo foram fundamentais para o melhoramento da implementação do sistema. Em meio ao avanço do sistema, há alguns decretos que se colocam em evidência: o decreto nº 4.340/02 o qual regulamentou a lei, a normativa de nº 2 de 2007 que regularizou as diretrizes para o andamento do conselho deliberativo das reservas, o decreto de nº 6.040 de 2007 que criou a política nacional de Políticas Federais como a criação da Resex ICMBio.

Outras políticas importantes foram criadas, tais como: Política de garantia de preços mínimos (PGPMBio), Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) CONAB/MAPA – Companhia Nacional de abastecimento – Apoio a formação de estoque pela agricultura familiar, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER INCRA/ MDA e o Insitituto Chico Mendes. Todas essas políticas são importantes para assegurar a plenitude dessas áreas e das famílias que nela vivem de forma protegida.

Com base nos documentos do Conselho Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2015), as conjecturas básicas que norteiam tais políticas públicas iniciam do princípio de que agricultura familiar precisa certificar que os trabalhadores tenham qualidade de vida, a inclusão social dos trabalhadores, estímulos aos trabalhadores a participar das políticas, conceder a mudança de modelo tradicional para o agroecológico, com o intuito de assegurar o uso racional e a preservação de recursos naturais e incentivar a organização econômica dos agricultores através das associações e das cooperativas.

O quadro 06 tem uma definição resumida das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, também voltada aos assentamentos rurais, o que possibilitou um ponto de vista amplo de como estas conjecturas alcançaram nas políticas de progresso rural ou desenvolvimento rural, que envolve várias outras áreas de atuação, como: cidadania, educação, renda, trabalho, infraestrutura, mercado institucional, assistência técnica e o crédito para os trabalhadores produtores (MELO E SCOPINHO, 2018).

**Quadro 06** : Síntese das políticas públicas da agricultura familiar, por área de atuação

PRONAF	O PRONAF é o programa de fortalecimento da agricultura familiar que tem como foco principal facilitar a execução das atividades agropecuárias, a aquisição de equipamentos e a elevação da renda. Tais financiamentos podem ser aderidos de forma individual ou de forma coletiva.
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal tem como foco a inclusão social com respeito à diversidade cultural, à viabilização de atividades econômicas dinâmicas e competitivas e ao uso sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico desse enorme patrimônio brasileiro.
PNFC	O PNFC Programa Nacional de crédito fundiário tem como seu foco o financiamento de aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, locais insuficientes

	para a produção investimentos em infraestruturas, da unidade produtiva e de projetos. Sua execução principal e as localidades do semiárido.
<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	
ATER	O ATER que é a prestação de serviços de assistência técnica tem como seu objetivo ampliar o conhecimento e a tecnologia dos agricultores e de maximizar a renda e a produtividade.
<b>MERCADOS INSTITUCIONAIS</b>	
PAA	O PAA tem como foco a aquisição de alimentos da agricultura familiar, por órgãos públicos, atendendo as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. E tem como foco a inclusão social dos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar.
PNAE	O programa PNAE tem como intuito o de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), 30% do valor deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.
<b>INFRAESTRUTURA</b>	
TERRA LEGAL	O programa Terra Legal envolve vários outros programas, por meio de ações interministeriais programas, como: luz para todos, minha casa minha vida, água para todos, através de parcerias com o Estado e município.
PROINF	O programa Proinf tem como objetivo o repasse de recursos para projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos.
<b>TRABALHO E RENDA</b>	
TERRA FORTE	O programa terra Forte tem como objetivo incrementar renda nos assentamentos por meio de recursos financeiros direcionados a projetos de cooperativas e associações, obediência de equipamentos e auxílio para gestão de iniciativas coletivas.
<b>EDUCAÇÃO E CIDADANIA</b>	
PRONERA	O PRONERA tem como objetivo garantir a alfabetização do ensino básico até o superior e profissional de crianças, jovens e adultos nos assentamentos. Tem o envolvimento de entidades sem fins lucrativas, movimento sociais e sindicais, instituições comunitárias e governo.
PRONATEC	O programa Pronatec tem como foco principal oferecer cursos aos jovens e adultos de educação profissional para a sua qualificação e capacitação para o mercado de trabalho, tem como parceiros o MEC e o MDA.
PNDTR	O PNDTR está voltado para os trabalhadores rurais que não tem documentos pessoais ou necessitam fazer o registro da 2ª via dos trabalhadores. O programa faz um planejamento com o auxílio de vários órgãos para ir a comunidade realizar um mutirão de emissão de segunda documentação.
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	O programa Território da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

**Fonte:** elaborada pelo autor desta dissertação, em conforme Melo e Scopinho (2018).

Com base no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), a política de reforma agrária tem sido estabelecida em três etapas: demarcação das áreas, estabelecimento das famílias e liberação de créditos de fomento e habitação e a inserção de trabalhadores em políticas públicas de aquisição da produção, como mercado institucional. Tal mercado é determinado pelo Ministério do Desenvolvimento (MDA), como espaço de comercialização de compras públicas direto da agricultura familiar, com o intuito de ajudar as famílias em sua produção. O PAA é um dos principais programas, pois ele ajudou a induzir a criação de cooperativas e associações. Os beneficiários desse programa são apenas as famílias de agricultores com o intuito de garantir a segurança no combate à fome.

A política tem como propósito afirmar a utilização da área pelos extrativistas e suas famílias, administrada por meio de um conselho deliberativo dirigido por um órgão responsável por sua administração. A formação, a criação e o gerenciamento de reservas têm que ser precedida por meio de análises científicas e de consulta pública junto a sociedade para poder detectar a área, o tamanho e o espaço mais apropriado para a unidade.

Com a ajuda dessas políticas, a conservação da natureza tem uma proteção maior. Outra finalidade essencial da resex é garantir e defender a população e a cultura presente, certificando o manuseio dos recursos naturais da área de proteção, com foco na conservação do extrativismo. Os usufruidores dessas áreas e políticas são os moradores extrativistas.

**Quadro 7:** Instrumentos Jurídicos

<b>Instrumentos Jurídicos</b>		
<b>Anterior a política</b>	<b>Instituiu a política</b>	<b>Regulatórios</b>
<p><b>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</b>, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente;  <b>Decreto s/nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990</b>. Cria a primeira reserva a do Alto Juruá no estado do Acre.</p>	<p><b>Decreto 98.897, 30 de janeiro de 1990</b>, que dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.</p>	<p><b>Lei 9.985, de 18 de julho de 2000</b>, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;  <b>Decreto nº 4.340, 22 de agosto de 2002</b> - Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências;  <b>Instrução normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007</b> - Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável;  <b>Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007</b>, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT;  <b>Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007</b> – Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências.</p>
<b>Instrumentos da política</b>	<b>Beneficiarios</b>	<b>Período</b>
<p>Uso concedido as populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 da lei de criação com regulamentação específica. A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.</p>	<p>Populações extrativistas.</p>	<p>Permanente</p>

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor desta dissertação apoiado ao Portal da Transparência.

## 2.2 EXTRATIVISMO NA REGIÃO AMAZÔNICA

Na região Amazônica, o extrativismo faz parte do dia a dia de boa parte da população da floresta desde séculos atrás, contudo, foi a partir do século XVIII que foi instigado o interesse econômico na região, chamado como Drogas do Sertão, produtos estes: plantas, óleos, resinas, cacau, peles, frutas etc. No mesmo período, os produtos -café, algodão, cacau e vários outros- para Teixeira (2010), eram quase insignificantes comparadas com os produtos extrativos (SAULE, 2005).

Por volta do ano de 1879, ocorreu o ‘ciclo da borracha’, em que a crescente exportação para os Estados Unidos e Europa desse material teve a ocupação na região Amazônica. Mais de 300 mil vindas do nordeste do Brasil, para ajudar no atual cenário brasileiro na época. Em 1912, a Ásia começou o processo de exportação das seringas –árvores que é extraído o ouro branco- com isso, ocorreu o declínio do ciclo da borracha no Brasil (TEIXEIRA, 2010).

No ano de 1939, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, quando o extrativismo da borracha chamado ‘ciclo da borracha’ voltou novamente à exportação, várias famílias tiveram que participar para a retirada da borracha nos seringais. Logo depois do fim da guerra, o governo tentou manter uma política para incentivar as famílias ao extrativo da borracha, com o intuito de comercialização e tentar beneficiar essas famílias. Porém, os valores repassados e pagos pelos produtos não eram o suficientes para poder mandar o núcleo familiar, isso fez com que muitas famílias acabaram abandonando a atividade (RUEDA, 2006).

De acordo com Teixeira (2010), com o passar do tempo, o desenvolvimento tecnológico passou a substituir algumas substâncias naturais por produtos químicos industrializados, tal substituição contribuiu para que muitos agroextrativistas deixassem de realizar as coletas da floresta, o que muitos buscaram de outras fontes de renda para o sustento da família, tendo assim desintegração do extrativismo (GONÇALVES, 2001).

Para tentar fazer com que a situação não fosse extinta, o governo realizou projetos de colonizações em parceria com entidade privadas que implementaram a exploração agrícola e o mineral, além dos produtos extrativos, tentando visar o sustento família para as pessoas da região. (ALLEGRETTI, 1996). Teixeira (2010) aponta que a tal implantação realizada pelo governo demonstrou um resultado não foi muito favorável para o meio ambiente e nem para a população no local, prejudicando inclusive a extinção de comunidades indígenas (SILVA, 1996).

Conforme Lescure (2002), a produção do extrativismo ou extrativista é definida a exploração dos produtos oriundos da floresta, em que o objetivo dessa extração é analisar se o produto é propício a vendas em mercearia, em quintanda, em feira, praça, mercado etc. Sendo tais lugares regionais, nacionais e até mesmo internacionais, como tem sido realizado por anos, mesmo com pouco investimento e falta de tecnologia.

Segundo Coffani-Nunes e Forzza (1998), existem alguns tipos de extrativistas. O extrativista oportunista: são aqueles que vendem produtos na beira da estrada, que trabalham com pouca quantidade de produtos, apenas para ajudar na renda familiar. O Efetivo: são os que vivem de fato do extrativo dos produtos que são sua renda absoluta, possuem localidade de venda de seus produtos e retiram produtos de diversos locais no decorrer do tempo. Por fim, o Produtor: este se divide em dois grupos.

O primeiro tipo de produtor é o que se enquadra em grande produtor em larga escala, produzem produtos ou plantas em escala comercial, buscando e visando sempre a valorização e a qualidade os produtos. O segundo tipo é o de pequena escala: neste perfil entra produtores de pequenas produções, em que tentam, mesmo com pouca produção, fazer a extração e vivem daquilo, pois gostam e amam o seu trabalho. Neste caso, ele valoriza não somente a pouca quantidade, mas sim, o produto final.

Teixeira (2010) apresenta algumas características que os extrativistas devem obter ao final da produção:

- a) os produtos precisam ser competitivos comparados aos demais para ser um diferencial, ter boa qualidade e custos acessíveis a todos.
- b) ter visão ampla, uma visão macro do mercado, pois precisa atender aos mercados externo e aos internos, domésticos em crescimento.
- c) ter visão que os produtos retirado das floresta possa ser contemplado por florestas plantadas e fazer uso de materiais não madeiráveis (LESCURE, 2002).

Com o passar do tempo, os movimentos ambientais mundiais e as mudanças climáticas ganharam visibilidade na reserva extrativista – RESEX, em que o objetivo é promover os recursos naturais de forma sustentável e de conservação ao meio ambiente, preservando a biodiversidade da floresta em todo o território da Amazônia (ALLEGRETTI, 1994). Teixeira (2010) descreve que depois de tais movimentos, o extrativismo passa a ser visto como atividade coleta de recursos naturais, como: a borracha, castanha- do-pará, pinhão, babaçu, andiroba, vários outras sementes, sem prejuízo ao meio ambiente e mantendo equilíbrio do ecossistema na região.

### 2.3 PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIRÁVEIS (PFNM)

A definição é dada por vários teóricos. A primeira definição é que dada por Ferreira *et al* (2016) os produtos florestais não madeireiros (PFNMs) são recursos naturais provenientes dos sistemas agroflorestais, que não sejam madeira, podendo ser frutos, castanhas, óleos, resinas, látex, fibras, ceras, folhas, fungos, mel silvestre, sementes, cortiça, taninos, forragem, dentre outros exemplos. Tais produtos podem ser utilizados em diversos contextos, como alimentos, fármacos, roupas.

De Beer e McDemont (1989) descrevem que os PFNMs são recursos biológicos, tais como: cipó, raízes, frutos, folhas, entre outros extraídos das florestas nativas, exceto as madeiras. Shackleton e Pandey (2014), por sua vez, demonstra que a coleta dos PFNMs é bastante importante, principalmente na vida dos agroextrativistas que, em diversas regiões, coletam para seu sustento econômico e cultural. De acordo com Brites e Morsello (2016), Elias e Santos (2016), Martinot *et al.* (2017), o aumento da procura pelos PFNMs apresenta um caminho ao desenvolvimento econômico, podendo apoiar a inserção social produtiva dos agroextrativistas com a preservação de forma natural da floresta (GIATTI, 2021).

Com isso, é percebido que o mercado, para esses produtos, vem se expandindo cada vez mais, principalmente, ao colaborar para a renda de agricultores. Os estudos e pesquisas sobre o potencial destes produtos para a geração de renda e para a conservação ambiental têm aumentado com frequência (SANTOS *et al.* 2003).

Outro fator a ser salientado é a importância desses produtos que, para além da rica diversidade e das suas possibilidades de produção socioeconômica, se reflete na conservação da biodiversidade, ainda mais, quando se considera o enfoque na produção madeireira e os desmatamentos e a degradação do meio ambiente. Sendo remanejados corretamente, a extração dos PFNMs não envolveria a destruição de recursos naturais (SOUZA, 2012).

Nos Estados Unidos, os PFNMs recebem diferentes nomenclaturas, tais como produtos não madeireiros, especiais, produtos secundários e/ou tradicionais, e possuem uma grande diversidade de produtos colhidos nas florestas. Apesar de não ter tanta visibilidade como a madeira, eles vêm recebendo atenção da imprensa popular, de conferências profissionais e de jornais que indicam sua relevância de produção e sua relevância econômica (CHAMBERLAIN *et al.*, 1998).

Por muitos anos, o foco dos recursos florestais era a madeira e as produções, com outros recursos florestais, eram praticamente inexistentes, mas para muitas áreas rurais, o caminho para uma economia sustentável incluiria abordagens inovadoras para a conservação,



a utilização e a gestão dos recursos naturais (THOMAS; SCHUMANN, 1993). O debate sobre esses recursos começou a ser inserido por todo o país em 1996, inclusive no Sétimo Congresso Florestal Americano (CHAMBERLAIN *et al.* 1998).

A maioria desses produtos passa pela distribuição de *commodities* e tem uma longa tradição histórica e cultural, como é, por exemplo, a caça e coleta de produtos variados nas florestas. Para definir melhor essa categoria de produtos e de produção, tem-se utilizado vários termos e, para muitos autores, esses produtos não se caracterizam como menores, mas possuem uma lógica de distribuição como *commodities* (CHAMBERLAIN *et al.* 1998).

Muitos desses produtos foram originalmente fabricados pela população rural, inclusive muitas produções tornaram-se especialidade de comerciantes locais, pois se tratavam de produtos que poderiam se encontrados em lojas (CHAMBERLAIN *et al.* 1998).

Contudo, o maior problema na descrição desses produtos pode ser a falta de informações sobre os sistemas de distribuição que os levarão aos consumidores finais. Apesar disso, PFNMs são encontrados facilmente em pontos de vendas colocados pelos próprios produtores, embora não sejam produtos com a mesma valorização econômica igual a madeira, eles têm beneficiado gerações em sua subsistência bem como o seu comércio tem contribuído para as economias locais e regionais (CHAMBERLAIN *et al.* 1998).

Em todas as regiões do país existem *commodities* e, com isso, a oportunidade de comercialização de produtos não madeireiros é uma possibilidade para complementar e ampliar os rendimentos. Dessa forma, essas áreas rurais, para um desenvolvimento econômico rural, precisam ser exploradas para novos caminhos na produção desses produtos florestais especiais (THOMAS; SCHUMANN, 1993).

No Brasil, os PFNMs indicam diferentes produtos vegetais e animais que se obtêm de ambientes florestais. Alguns autores apontam que a expressão econômica dos produtos que não seja tão extensa, como a madeireira, ainda, assim, representa contribuição significativa na conservação da Floresta Amazônica e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais da região. Contudo, para que essa produção ocorra, é imprescindível que haja a conservação das áreas, no entanto, percebe-se que está acontecendo o contrário, visto que o grande número de desmatamentos tem provocado impactos na produção e nos preços dos produtos, levando a maiores dificuldades de extração (FERREIRA *et al.* 2016; SANTOS *et al.* 2003).

Elias e Santos (2016) e Santos *et al.* (2003) apontam que foi no início do século XX que o uso dos recursos florestais obteve um crescimento nos estados da região Sul do Brasil. Apesar disso, o desenvolvimento florestal tem se ampliado somente para a madeira,

resultando na destruição e no detrimento do ecossistema florestal, gerando perdas iminentes de recursos naturais. Desse modo, o desenvolvimento florestal tem se limitado à utilização dos recursos madeireiros, em detrimento da constante desconsideração do restante do ecossistema florestal. Neste processo, gera-se perda iminente de importantes componentes da agregação de valor aos recursos naturais.

Sem dúvida o manejo de PFCM é mais sustentável para as florestas, além de torná-las mais rentáveis. Diante disso, para o incentivo dessa produção bem como para sua expansão, existem políticas públicas para populações rurais em que o objetivo é a manutenção das florestas e a redução da pobreza e a miséria (FERREIRA *et al.* 2016).

Elias e Santos (2016) destacam que os produtos florestais não madeireiros se constituem como um meio de subsistência para muitas comunidades e, além disso, fazem parte de uma prática ancestral, não somente de geração de renda, mas de aspectos culturais da própria comunidade, sendo, ainda, elementos significativos para a economia rural e regional. De tal modo, o manejo sustentável destes recursos gera benefícios para a população local, além de promover a conservação dos ecossistemas florestais, o que vem levando a um interesse comercial para o mercado global devido aos seus objetivos socioeconômicos e ambientais.

Santos *et al.* (2003) aponta que os maiores desafios na produção dos PFCMs, no Brasil, são a correta quantificação e a projeção de valor dos produtos não madeireiros, levando a transformação desses produtos para alternativas de mercados, sociais e ecológicas e outras formas de desenvolvimento. Souza (2012) destaca que os PFCMs ainda não apresentam valores expressivos na economia, o que contribui para a sua insuficiência no mercado.

No Brasil, a maior parte dos PFCMs comercializados vem da produção extrativista que, se administrada por um rendimento sustentável, pode gerar lucros bem como preservar a biodiversidade e valorizar a cultura da comunidade local. Este aspecto é essencial nessa produção, pois a comunidade tradicional possui formas de extração e de comércio local que não degradam o meio ambiente e que, se fortalecidas por incentivos fiscais, colaboram para o desenvolvimento socioeconômico do país (SOUZA, 2012).

A Amazônia é uma região de forte potencial diante do mercado da biodiversidade e as florestas. Em suas diferentes composições, elas possuem diversas gamas de espécies: animais, plantas, frutas, bem como a própria fauna silvestre. Em geral, os produtos madeireiros são os que têm maior rendimento econômico para o país, contudo os demais “produtos florestais não madeireiros, são fundamentais para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista, tendo em vista o fácil acesso destas populações”

(FREITAS, 2013, p. 39). Fiedler, Soares e Silva (2008), nos últimos dez anos ocorreu um grande interesse pelos PFNMs, por se compreender que a economia das florestas naturais pode ser fonte de renda significativa aos agroextrativistas e pode incentivar contra o desmatamento.

Dentre os produtos não madeireiros que são exportados e possuem uma importância econômica para o país, destaca-se a Castanha-do-Brasil, além dos energéticos (guaraná), do marfim vegetal (jarina), dos princípios ativos como rutila e jaborandi, da matéria-prima para perfume (pau-rosa) e diversas resinas e óleos, do palmito, de diversos fitoterápicos e fitocosméticos, do couro vegetal, do artesanato de capim dourado e do artesanato indígena. Alguns autores apontam que esses recursos são essenciais para a sobrevivência de populações tradicionais da Amazônia, estando ligados a tradições e culturas do lugar. De acordo com Carneiro Filho (2000) e Lescure (2000), a coleta dos PFNMs é uma das principais fontes de renda dos agroextrativistas e, em boa parte, é a única fonte de acesso ao bens de consumo da família.

Gama (2005) aponta as dificuldades de acesso nas regiões dos PFNMs que são inúmeras e se tornam empecilho e causadoras de transtornos na hora da retirada de grandes quantidades dos produtos. Até porque, ao serem disponibilizados à venda, esses produtos não agregam valor algum devido ao exorbitante preço do transporte até a chegada ao comércio e ao consumidor final.

FAO (1997) descreve que existem mais de 150 tipos de espécies de PFNMs, que têm um valor bastante expressivo na economia comercial. Entre esses produtos estão os azeites, os bambus, o latex, as resinas, os produtos para cosméticos, os produtos medicinais entre outros. Entre esses produtos, os da natureza alimentar tem um valor bastante significativo, até porque, suprem as necessidades das famílias mais carentes e ainda tem o poder de comercialização, chegando ser até exportado para fora do país indo pra Estados Unidos, Europa, Japão e outros países industrializados.

Muitos dos produtos e insumos representa em sua comercialização, alternativas para melhorar a economia do país, gerando até renda e trabalho para as famílias que estão disponíveis para o mercado de trabalho. Entre os produtos explorados, o babaçu tem um destaque no valor de sua venda a exportação (R\$ 91.362 milhões), açaí (R\$ 694.306 milhões), piaçava (R\$ 12.345 milhões), erva-mate nativa (R\$ 559.696 milhões), Castanha-do-pará (R\$ 98.551 milhões) e látex (R\$ 6.641 milhões) (IBGE, 2021). Na tabela 1, segue os produtos da extração e valores.

**Tabela 1:** Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal não-madeireira, safra 2020.

<b>Produto</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Quantidade (toneladas)</b>	<b>Valor (1.000 R\$)</b>
Babaçu (amêndoa)	<i>Acromia aculeata</i>	47 640	91 362
Açaí (fruto)	<i>Euterpe oleracea</i>	220 489	694 306
Piaçava	<i>Attalea funifera</i>	7 912	12 345
Erva-mate	<i>Ilex paraguariensis</i>	425 970	559 696
Castanha-do-Pará	<i>Bertholletia excelsa</i>	33 118	98 551
Carnaúba (pó)	<i>Bertholletia excelsa</i>	19 453	235 192
Borracha (látex)	<i>Hevea brasiliensis</i>	925	6 641
Castanha de caju	<i>Anacardium occidentale</i>	1 922	5 898
Pinhão	<i>Araucaria angustifolia</i>	10 605	40 984
Copaíba (óleo)	<i>Copaifera longsdorffii</i>	163	4 218

**Fonte:** adaptada pelo autor de IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2021).

De acordo com Teixeira (2010), os produtos, como óleos naturais, têm aumentado bastante no mercado. Eles estão sendo utilizado pelas indústrias para vários meios desde cosméticos até para meio medicinais, o aumento com a venda dos produtos foi bem significativo.

As dificuldades expostas, como o acesso na hora da retirada dos produtos, problemas com os transportes entre outros, tais problemas dificultam uma melhor condição na distribuição e comercialização dos produtos para o consumidor final, contudo, mesmo com todas as dificuldades e problemas enfrentando diariamente, os produtores não deixam de fazer a coleta dos produtos na floresta, pois em boa parte é o seu único sustento. A falta de estradas de boa qualidade e boa pavimentação dificulta muito na hora da sua retirada, alguns tentam se ajudar emprestando, às vezes, caminhão e dividindo carros para poder fazer a retirada dos produtos (BALZON, SILVA E SANTOS, 2006).

Para Balzon, Silva e Santos (2006), por conta da dificuldade da entre eles já relatados, a base inicial da comercialização dos produtos fica no interior da floresta, quando se dá início a cadeia de comercialização, sendo o valor desatualizado, não passando a mão de obra, o valor do produto adequado, o sistema de extração. Nos estudos de Freitas (2013) “o autor aponta que as dificuldades nas relações de produções dos recursos não madeireiros se dão por problemas na organização das cooperativas”.

## 2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

Na literatura, o conceito de agricultura familiar depara-se com vários pensadores e suas diversas vertentes de análises. Dentre as diferentes perspectivas, pode-se destacar duas variantes: uma que relata que a moderna agricultura familiar teve suas transformações desenvolvidas pela sociedade capitalista e a outra que protege a agricultura familiar como um conceito em evolução, que tem seu significado e suas raízes marcantes e históricas.

Segundo Abramovay (1992), uma agricultura familiar conectada na sociedade, agregando tecnologias e políticas de apoio não pode ser definida como camponesa. Ele continua a dizer que há uma diferença conceitual e o começo de todo o conceito estaria em diferentes ambientes, como: econômico, social e cultural, caracterizando cada um deles.

Wanderley (1994) aponta que a primazia de agricultores modernos, é tida como um acontecimento recente, o qual não tem relação alguma com seu passado. Ele entende os agricultores individuais modernos, por exemplo: um novo sujeito, diverso do camponês.

No segundo pensamento, a agricultura familiar, ela mantém uma tradição, adaptando e fortalecendo as exigências postas pelas sociedades. Veiga (1991), Lamarche (1998) e Wanderley (1999), a agricultura familiar envolve várias situações exclusivas e o campesinato é uma de suas particularidades. Os teóricos relatam que a produção familiar é como um meio social e legítima na economia. Esses estudos nortearam os pensamentos de Tedesco (2001) e Anjos (2003) relatando como atividades não-agrícolas e a pluriatividade na agricultura familiar.

O Wanderley (1999, p.52) relata que “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, porque, fragilizado nas condições da modernização brasileira, continua a cantar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”, isso demonstra empatia a situação produtores.

O conceito de campesinato foi construído, historicamente, pela sociologia rural e tem base marxista. Nessa lógica, falar de campesinato é falar sobre tudo o que envolve o território rural e, além disso, apontar os que precisam dessa subsistência, ou seja, a classe trabalhadora e os povos do campo, que tem como principais fundamentos a índole da família, o objetivo de produtividade, a organização e a cooperação. Tudo isso é materializado na terra, trabalho e capital (WANDERLEY, 1999; 2014)

Compreendendo, historicamente, a economia primitiva, o ser humano usufruía da natureza a partir de seus recursos disponibilizados, partindo da caça ou do uso de alimentos que não precisassem de seu envolvimento para produção. O desenvolvimento da agricultura

ou da apropriação do solo e suas formas de produção levaram ao surgimento de duas divisões a social do trabalho e a divisão da sociedade em classes, que ocorre disputas por parte do Estado. Foram criadas as bases materiais, sociais e políticas, no início, da população agrícola e as transições agrícolas e comerciais (WANDERLEY, 2014).

Dessa maneira, as famílias, que vivem da agricultura familiar, se denominaram, organizaram e se desenvolveram no meio rural e são demarcadas por estratégias que resultam das ações políticas e econômicas implementadas no Brasil (ANJOS, 2019). Ainda, no país, desde tempos mais antigos até os dias de hoje, os agricultores familiares são chamados de diversos tipos de nomes.

Para Martins (1986), em algumas regiões ou cidades, o agricultor familiar é conhecido como roceiro, caipira, tabaréu e caboclo. Todas essas palavras fazem menção ao agricultor que reside no campo e, para o autor, elas têm duplo sentido, em que são pejorativas e relacionadas à preguiça. No Período Colonial e Imperial, o Brasil teve cinco grupos que nortearam a agricultura familiar atual: os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus.

Desse modo, conhecer como a agricultura familiar se constitui dentro do campesinato é significativo nos estudos sobre a questão agrária. Tendo esse ponto como premissa, é importante compreender que a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Assim, é importante ter em vista que o campesinato corresponde a formas particulares da agricultura familiar, constituindo como um modo específico de produzir e de viver em sociedade (WANDERLEY, 2014).

A agricultura familiar, dentro do contexto socioeconômico, passa por modificações devido ao fato da produção social estar se expandindo. Ao longo do tempo, a obrigação e a entrada na lógica de produção capitalista fez romper com a forma de produção substancial, tradicional na vida no campo.

Altafin (2005) articula que agricultura familiar está em grande progresso desde suas origens históricas, tendo vínculo com a geração camponesa. Já os autores, Cole (2003) e Schneider (1999), apontam que agricultura familiar está atrelada a fatores vinculados a reprodução social. Conforme Altafin (2005), as famílias ainda possuem tradições anteriores que fortalecem as novas imposições postas pela sociedade e governo.

Guerra *et al.* (2007) descreve que agricultura familiar não é um grupo antigo que com o passar do tempo está se adaptando a novas tecnologias, mas sim, as exigências e renovações em diversos setores. No que tange ao contexto político, tem a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, auxiliando e fortalecendo os agricultores, o que facilita no

processo de adaptação.

Para Bianchini (2005), o programa de cooperação entre o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi essencial para o crescimento da agricultura familiar, tendo uma contribuição bastante promissora. Segundo o autor, os agricultores familiares foram divididos em quatro categorias: Tipo A – agricultor familiar capitalizado, Tipo B- agricultor familiar em processo de capitalização, Tipo C- agricultor familiar em níveis de reprodução mínima, Tipo D- agricultor familiar abaixo da linha da pobreza. Tal divisão é essencial para uma futura implementação de políticas públicas diferenciadas para cada tipologia.

Porto (1997, p.44) ressalta que foi a partir dos anos de 1950 que iniciou o diálogo sobre agrária brasileira já que “é o momento a partir do qual não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político”. Com o passar do tempo, o crescimento das lutas e atuação das políticas esquerdistas ocorreu à politização do conceito camponês, o qual abrange uma expressiva diversidade de trabalhos e de acesso a terra.

O programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) com o auxílio da Lei 11.326 sancionada em 24 de julho de 2006 tratam das características da agricultura familiar sua normativa no Brasil a lei considera:

[...] agricultura familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não tenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Assim sendo, pode-se afirmar que a agricultura familiar no Brasil, atualmente, tem diversas características, as quais passaram por transformações com o decorrer do tempo, assim, como as ocupações de terras. Cada grupo pertence a uma categoria na agricultura familiar e tem suas individualidades predominantes em cada região. Esses agricultores que desenvolvem e contribuem com as suas atividades para o crescimento da região são cidadãos de direitos, os quais têm uma grande influência quando o assunto é política socioambiental e econômica (LIMA; FILHO, 2020). Além disso, o artesanato foi um meio para a obtenção de emprego e de renda para muitos agricultores familiares.

O artesanato é uma das atividades mais antigas do mundo e, atualmente no XXI, ela recebe do Estado e de organizações não governamentais (ONGs) incentivos fiscais. No Brasil, as diretrizes do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) têm por objetivo gerar empregos

através da prática artesanal e torná-la um elemento de potencial expressivo para a economia social.

Em relação à este aspecto econômico, alguns autores ressaltam que se trata de uma questão delicada, na medida em que o artesanato é um trabalho que envolve relações, identidade, cultura, história, dentre outros aspectos e se questiona quais seriam os impactos das ações empreendedoras sobre a subjetividade do trabalho para os/as trabalhadores/as que vivem nesse ramo (MARQUESAN; FIGUEIREDO, 2014).

O autor Garcia Jr (1983) analisa o trabalho familiar, enfatizando as atividades não agrícolas e mencionando o artesanato doméstico como um trabalho familiar e fonte de renda. Couto (1997) realça que o artesanato sempre esteve presente nas atividades não agrícolas, fazendo parte do dia a dia dessas famílias, sendo como algo diferente que não pode ser adquirido no mercado. Com o passar do tempo, os autores Ribeiro (1983) e Grangeiro e Silva Júnior (2013) ressaltam que as características dos produtos artesanais vêm sofrendo mudanças, pois há uma concorrência com os produtos industrializados.

No final do século XIX e início do século XX, o artesanato passou a ser uma produção alternativa à indústria, devolvendo ao trabalhador a habilidade, o domínio completo do seu processo de produção, bem como a possibilidade de criação, qualidade e dedicação ao produto (MARQUESAN; FIGUEIREDO, 2014). Para Filgueiras (2005), o artesanato pode ser uma atividade competitiva, comparada a produtos industrializados por apresentar peças personalizadas.

Outro elemento abordado é a resignificação do trabalho que, ao entrar nessa esfera de produção, ganha sentidos para a economia que norteiam os rumos da produção e as formas com que serão produzidas. Marquesan e Figueiredo (2014, p.78) descrevem que as formas de “ocupação, a geração de renda e o conseqüente aumento do potencial de compra por parte desse grupo são funcionais à manutenção do atual modelo econômico brasileiro”. Contudo, não é para garantir outro acesso a outras formas de cidadania que não seja a norteada pelo consumo, mas sim, a uma tendência a negligência da representação e simbolismos que o trabalho de artesão traz para os povos tradicionais que vivem dessa atividade.

Diante disso, é possível considerar que o controle geracional de produção leva a uma padronização na área artesanal, levando a descaracterização da atividade enquanto produto subjetivo, visando-o apenas como produto para lucro. Esse fator pode ser enxergado como uma característica do capitalismo. Porém, segue na lógica das produções menos valorizadas e/ou que não influenciam com tanto ardor na economia, acabando por reproduzir os mecanismos de desigualdades sociais.



Com isso, pensando em formas de operacionalizar esse trabalho, a levar em consideração os seus aspectos identitários e subjetivos, sejam eles de cunho individual e coletivo, deve-se pensar no trabalho com a arte, enquanto uma prática emancipatória, além da possibilidade do trabalho artesão continuar exercendo sua atividade sem adentrar nos padrões de mercado.

Nessa constante, formas de organização como cooperativas são caminhos a se pensar sobre como retornar ao trabalho artesão sem o peso do capitalismo, o que não implica exatamente em retirar do mercado nacional e deslocar a produção de artesanatos da economia nacional, mas ampliá-la para que o trabalho consiga se manter nas duas esferas.

## 2.5 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

A forma de organização cooperativista teve início na Inglaterra durante o século XIX, chegando ao século XX no Brasil. Sua implementação foi motivada pelos imigrantes e, com o tempo, recebeu incentivo do governo já que colaborava para economia social do país. Atualmente, os maiores ramos das cooperativas no Brasil são: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer, sendo que dentre esses, o que mais se destaca é a cooperativa agrícola, devido ao histórico econômico do país de exportação (ALVES *et al.* 2020).

Duarte (2002) aponta que os pequenos produtores se reúnem em associações e cooperativas, e o que se tem percebido é que essas experiências de organização social são bem sucedidas. Tais práticas vêm se tornando cada vez mais frequentes e, com isso, vem recebendo incentivos através de políticas públicas e de programas no governo. Nesse pensar, Crúzio (2001) descreve que as cooperativas vêm tendo uma visibilidade importante no meio dos pequenos produtores, pois sua relação de trabalho é bastante acessível e tem seu potencial econômico. O autor define que a cooperativa é a harmonia entre um grupo de pessoas, com propósitos iguais de trabalho ou de prestação de serviços em grupo.

Conforme Moraes e Schwab (2019), as cooperativas são organizações autênticas, com princípios e conceitos próprios e, por esses motivos, elas se diferem na sociedade. As cooperativas têm um papel bastante importante na vida dos pequenos produtores, pois ajudam no seu desenvolvimento, reunindo forças e ganhando espaço no mercado. Para Costa *et al.* (2015), o cooperativismo é uma forma bastante interessante para o agricultor familiar, pois o ajuda, de alguma forma, a colocar seu produto no mercado competitivo ajudando, dessa

forma, a concorrência empresarial.

Veigas e Carbonar (2003) dão a entender que a cooperativa é visualizada como uma associação de voluntários, com propósitos econômicos, na qual todos buscam o mesmo objetivo em comum. Com esse delinear de pensamento, a Lei n. 5.764 de 16 dezembro de 1971, que tange à Política Nacional de Cooperativismo define o cooperativismo como: “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídicas, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

A partir disso, é significativo compreender como se estabelecem as cooperativas no Brasil. Santos (2014) destaca que, no Brasil, as primeiras experiências de cooperativa agrícola iniciaram em Veranópolis, Rio Grande do Sul no ano de 1892, e que, a partir dessa experiência, outros empreendimentos começaram a surgir no campo rural brasileiro. Outros fatores que colaboraram para o fortalecimento do cooperativismo foram à migração europeia, uma vez que, ela trouxe os primeiros traçados do cooperativismo para o país, além da Proclamação da República e, principalmente, as dificuldades de compra de matéria-prima.

Com isso, o cooperativismo, no Brasil, vai ganhando proporções ao longo do tempo, sendo de fundamental importância para a economia do país. Destaca-se que o cooperativismo passa a se instituir por diferentes formatos, dentre eles pelas cooperativas populares, que consistem na organização coletiva de produção. Esta se classifica por cooperativas de assentados, conhecidas por Cooperativas de Produção Agropecuária – (CPAs), e estão ligadas as necessidades dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. Há cooperativas de agricultores familiares, estando direcionadas a produções agrícola menores (SANTOS, 2014).

O cooperativismo no Brasil se expandiu e contribuiu significativamente para a economia do país, porém, houve dificuldades nesse percurso. Alguns autores apresentam que dentre as problemáticas que o cooperativismo no Brasil enfrentou, uma delas foi a de princípios e costumes já que, em geral, as cooperativas não podiam se organizar a partir de fins lucrativos, podendo requerer ao governo apenas quando precisassem, o que levou maximização de resultados econômicos para alcance de resultados sociais (SANTOS, 2014).

Outro elemento a ser considerado com um dos percalços para a consolidação do cooperativismo no Brasil e para sua potencialização econômica foi às intervenções no cooperativismo, uma vez que, para integrarem os associados, os cooperativistas rurais passaram a disponibilizar outros serviços para além da comercialização das empresas associadas, dentre eles: “prestar auxílio aos agricultores na preparação de suas terras, aquisição de insumos, aplicação de defensivos agrícolas, compra de equipamentos para beneficiamento, disponibilizar transporte adequado e assegurar subsistência às famílias dos

sócios”, o que acaba por descaracterizar o modelo de funcionamento autônomo que das cooperativas (SANTOS, 2014, p. 16).

A cooperativa é definida por ter duas características, e sendo uma entidade social, que contém algumas deliberações são realizadas perante sócios em acordo coletivo, e outra como empresa, contudo tem que ser e ter eficaz e eficiente (SINGER, 2002); (VEIGAS; CARBONAR, 2003). As sociedades cooperativas têm como base valores de ajuda recíproca entre os associados, os quais precisam agir de forma solidária, democrática e participativa (VEIGAS; CARBONAR, 2003).

Diante de tudo isso, entende-se que o cooperativismo é sem dúvidas um mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar. As cooperativas são organizadas a partir do próprio desenvolvimento regional e local e permite, dentro do meio rural, a possibilidade de comercialização das produções, bem como o acesso aos mercados institucionais, o que leva a uma sucessão familiar rural (MORAES, 2019).

Outros autores indicam que o cooperativismo tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais e, assim, contribui significativamente para a economia do país. O próprio governo reconhece esse segmento como uma importante estratégia para a economia social, ampliando a diversidade de maneira produtiva e segura sem comprometer os diferenciais culturais da região e colaborando para o desenvolvimento sustentável (ZANCO *et al.* 2019).

Lima Gomes e Cezar (2018) apontam que a tentativa de compreensão das inúmeras políticas, leis e decretos que afetam agricultores familiares se configura como uma importante pauta nessa discussão. Dessa maneira, a valorização, através de políticas e incentivos fiscais para as cooperativas, é a possibilidades de ampliar a economia rural e a do país, visando uma melhor ampliação econômica. Ressalta-se que a articulação entre as cooperativas e as esferas políticas é importante nessa aliança, visando à melhoria nas produções e em suas formas de comercialização de modo que mantenha a essência do trabalho camponês.

## 2.6 EMPREENDEDORISMO FAMILIAR NO BRASIL

No passar dos anos, o interesse por compreensões sobre empresas familiares tem aumentado significativo (Sharma *et al.*, 2012). Com isso vários autores realizaram estudos na área da literatura para compreender sobre o assunto entre os autores estão: Dyer e Sancez (1998), Bir *et al.* (2002), Sharma (2004), Oliveira e Melo (2008), Benavides-Velasco *et al.*

(2013) e Borges et al. (2015), tais autores apresentam suas análises ordenadas dos estudos realizados.

Segundo Dyer e Sánchez (1998) revisaram 186 artigos publicados na *Family Business Review*, tais artigos foram analisados durante o ano de 1988 e 1997, neles foram observados que os temas mais estudados sobre empresas familiares foram: dinâmica da interação entre família e empresa, desempenho, consultoria, sucessão e desenvolvimento da empresa familiar entre outros (BORGES *et al.*, 2016).

Bird *et al.* (2012) aponta que o objetivo em seu campo de conhecimento era voltado a outros temas. Em sua revisão feita de 148 artigos publicados no período de 1997 a 2002, temas esses identificados mais presentes foram estratégias e práticas de gestão, sucessão, elementos distintivos das empresas familiares entre outros. Sharma (2004) descreve que ao fazer suas análises, separou por níveis: individual, interpessoal, organizacional e societal. Com isso, a autora conseguiu identificar temáticas bastantes significativas: sucessão, estratégia, conflitos e desempenho tendo uma visão ampla de sua pesquisa.

Mesmo com algumas diferenças encontradas em seus estudos citados, os trabalhos buscam analisar a diversidade na temática de pesquisas sobre empresas familiares. Apesar de percepções diferentes, mas quando focada em sucessão, dinâmica, estratégia, governança, desempenho, conflitos e entre outros, ao reunir todas essas temáticas proporciona a teoria da empresa familiar de acordo com Cherman, Chua e Sharma (2005).

De acordo com Hoy e Verser (1994), eles pesquisaram evidenciar, estudos sobre empreendedorismo em empresas familiares. Com base em suas análises, os autores constataram várias temáticas de associação relacionadas à participação da família na construção e abertura de novos negócios, desempenho do empreendedor, a vontade de crescimento, ao desenvolvimento da inovação e entre outras. Com isso, os autores apresentaram temáticas elevadas com o intuito de reunir elementos da teoria de empreendedorismo e às organizações familiares (HOY E VERSE, 1994).

Em consonância com Dyer e Hander (1994), os autores evidenciaram que existem duas temáticas principais para análise, a dinâmica empreendedora- evidenciando as características do empreendedor e suas ações-, a outra a dinâmica familiar- evidenciando a manutenção do negócio, a sobrevivência futura. Borges *et al.* (2016) observou que é possível debater a geração sucessora e manter a mesma característica e espírito do empreendedor, contudo, criando e inovando ideias desenvolvendo uma boa empresa familiar.

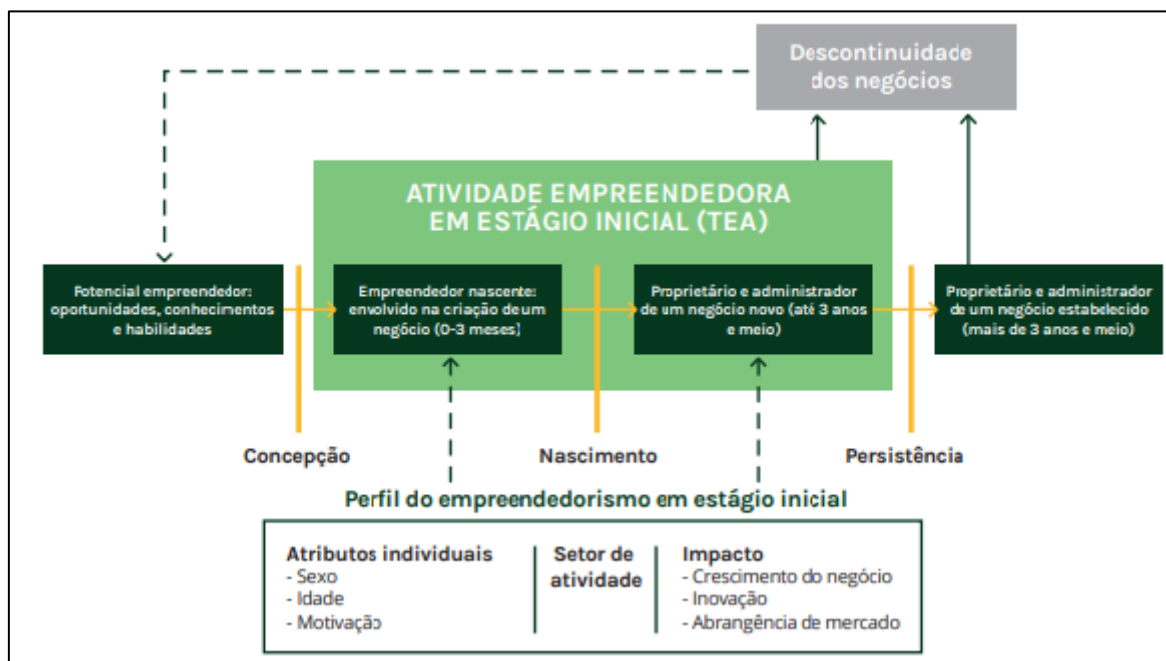
Dornelas (2001) afirma que o empreendedorismo familiar evidenciou, no ano de 1990, a abertura da economia, proporcionando a criação de algumas entidades, tais como: SEBRAE

(Serviço Brasileiro de Apoio as micro e pequenas empresa). O empreendedorismo sempre existiu, contudo, não era visto, ficando de lado num cenário nada visado, que com o passar dos anos, muitos empreendedores melhoraram ainda mais suas finanças, gestão e até mesmo a forma de mostrar seus produtos para o cliente (LIMA, 2019).

De acordo ao GEM (2019), empreendedorismo é: qualquer tentativa de criação de um novo negócio seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.

No Brasil, o SEBRAE é importante para os pequenos empreendedores e, até mesmo, para os que estão pensando em iniciar um negócio, pois ele auxilia o empreendedor dando todo o suporte para abertura de sua empresa e acompanha através de consultorias, a desenvolver e evitar possíveis problemas que possa surgir. A seguir, está exposto o processo do empreendedor na criação e desenvolvimento do seu negócio.

**Figura 3:** Processo do empreendedor no desenvolvimento do seu negócio



**Fonte:** Gem (2019)

Segundo Dornelas (2001), o autor apresenta ações de capacitação para o empreendedor, como os programas: Empretec, Jovem Empreendedor do SEBRAE, e ainda o programa Brasil empreendedor do Governo Federal, proporcionando um melhor desenvolvimento para os empreendedores do Brasil, dirigindo, também, incentivos financeiros para os empreendedores, com ajuda das políticas públicas.

Muitas vezes para empreender, a motivação vem da necessidade ou a oportunidade do momento que está passando. Quando o empreendedorismo vem por necessidade, é por não ter melhores oportunidades de emprego, com isso, acaba empreendendo com o intuito de gerar uma fonte de renda para à sua família. Quando o empreendedor busca empreender por oportunidade, detecta a oportunidade de iniciar o negócio no mercado, mesmo tendo alternativas de emprego, contudo, observa que tem a possibilidade de poder dar certo então acaba empreendendo (GEM, 2015).

O modo de como as pessoas avalia a atividade de empreender, é com base a aceitação social e com a intenção do indivíduo em empreender. Com o passar dos anos, os meios de comunicação é fundamental no negócio do empreendedor e tem um papel bastante importante no desenvolvimento na organização. Orgãos como Endeavor, o IBQP e o SEBRAE, e os orgãos governamentais, atuam junto ao desenvolvimento do empreendedor para juntos poder obter um bom desempenho. A **tabela 2** mostra a terminologia e características dos empreendedores no Brasil.

**Tabela 2.** Terminologia e características dos empreendedores

<b>Características sociodemográficas</b>		
Empreendedor	Masculino	Taxa específica __ %
	Femenino	Taxa específica __ %
Empreendedores por faixa etária	18- 24 anos	Taxa específica __ %
	25-34 anos	Taxa específica __ %
	35 – 44 anos	Taxa específica __ %
	45- 65 anos	Taxa específica __ %
Empreendedorismo por escolaridade	Faixa 1	1º grau completo, __ %
	Faixa 2	2 ° grau Completo _ %
	Faixa 3	Ensino superior _ %
<b>Características dos empreendimentos</b>		
Setor da atividade econômica	Indústria extrativa	% (extração de matéria-prima da natureza)
	Indústria de transformação	% atividade é industria de transformação
	Serviços orientados para negócio	% serviços orientados para negócio.
	Serviços orientados para cliente	% serviços orientados para cliente

**Fonte:** adaptada pelo autor (GEM BRASIL, 2015)

Observa-se que o Brasil é um país classificado pela eficiência (GEM, 2015). Nota-se que tiveram uma amostra de pessoas com suas idades que variam de 18 a 64 anos, ambos os sexos, grau de escolaridade e setor da atividade econômica. Com o passar dos anos, teve uma alterações na economia do Brasil, com o aumento das taxas de crescimento da economia de 2009 até 2014, esse anos tiveram uma desaceleração econômica, que envolve vários fatores, mercados externos, políticas, entre outros.

Contudo, houve, também, a fase de situações favoráveis nas atividades empreendedoras, na expansão dos empregos, empreendedores explorando novos produtos, empreendedores tendo acesso ao crédito e políticas de apoio de incentivos. Mesmo nessa fase de prosperidade para os empreendedores, a desaceleração da economia vem prejudicando toda a população em geral, deixando em condições desagradáveis ao empreendedorismo de forma geral. Com o apoio dos órgãos governamentais, através das políticas públicas, muitos empreendedores poderão desenvolver ainda mais o seu negócio familiar.

### 3 MÉTODO DO ESTUDO

Nesta etapa é descrito o método adotado na pesquisa, composto da tipologia, definições quanto à abordagem, objetivo, delineamentos, área de estudo e, ainda, os procedimentos da pesquisa, como população e amostra, coleta e análise de dados. No Quadro 8, consta um resumo geral dos procedimentos utilizados.

**Quadro 08:** Delineamentos do estudo

Tipos de Pesquisa		Definições		
Quanto à abordagem	Quanto ao objetivo	Quanto aos delineamentos	Gerais	Indicador
Qualitativo	Exploratória Descritiva	Bibliográfico	Artigos, Dissertação, Livros Tese	Pesquisa bibliográfica
		Documentais	Dados do IBGE, FAO, RESEX	Dados secundários
		Dados primários e secundário	Entrevista de Forma semi-dirigida aos agroextrativista	Entrevista semiestruturada

**Fonte:** Elaborado a partir de Gil (2008); Creswell (2010) e Flick (2009).

Com base em Gil (2008); Creswell (2010) e Flick (2009) e nos dados apresentados no quadro, foi desenvolvido o método de análise da pesquisa, com uma abordagem qualitativa e como foco exploratório-descritivo. De acordo com Creswell (2010), um dos atributos da pesquisa qualitativa é a coleta de dados visto que se vai a campo e se pode vivenciar de perto o problema de pesquisa. Porém, é importante ressaltar que esse movimento pode ser realizado de forma remota, ainda mais considerando o momento da pandemia da Covid-19 no Brasil.

Quanto ao foco exploratório-descritivo, utilizado nesta pesquisa, Gil (2008) afirma que essa abordagem é aplicada em assuntos ainda pouco explorados e, mesmo que haja pouco conteúdo a respeito da temática, faz-se necessário conhecer esse material, a fim de elucidar a compreensão. O autor ainda relata que, na pesquisa descritiva, se faz a definição das características da população, da região e do fenômeno. Logo, na pesquisa descritiva é possível fazer cruzamento dos dados a fim de obter outras informações sobre o tema e proporcionar um novo entendimento sobre a temática estudada.

A articulação dos dois conceitos anteriores tem por intuito responder os objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, busca-se retratar as políticas públicas brasileiras de apoio aos agroextrativistas, partindo da conceitualização do princípio de políticas públicas até sua



execução, com o objetivo de verificar se os agroextrativistas, do Estado de Rondônia, estão sendo assistidos por essas políticas.

Os métodos e as abordagens de pesquisa são apontados em Flick (2009) como complementares, na medida em que o pesquisador pode escolher utilizar mais de um ao mesmo tempo. Seguindo esta orientação, no planejamento desta pesquisa, optou-se pelo estudo bibliográfico, documental e pelo estudo de campo.

Em relação à técnica de análise dos dados, foi aplicada a análise de conteúdo que, conforme Flick (2009) refere-se a uma técnica que possibilita a interpretação de textos. No tocante aos materiais analisados, foram utilizados documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e entrevistas de campo. Ambos os recursos foram explorados por meio de categorias, seguindo orientação de Bardin (2006).

### 3.1 A CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

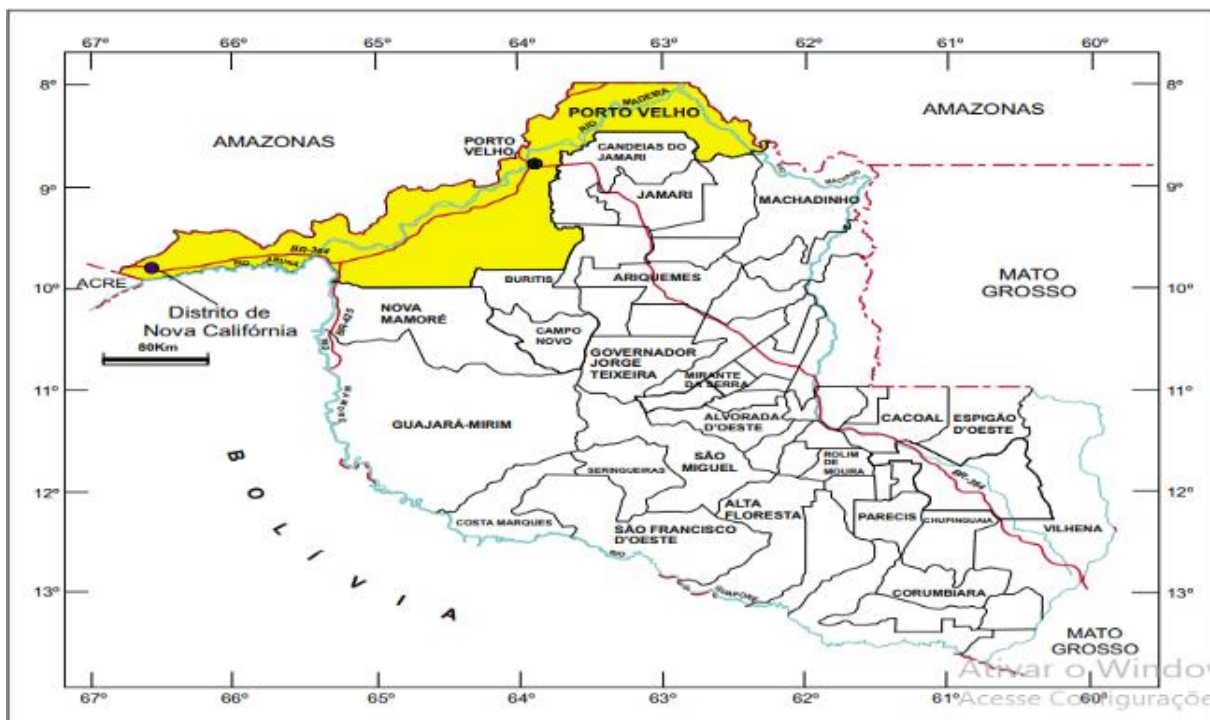
Neste capítulo, apresenta-se o objeto de estudo desta pesquisa. O capítulo divide-se nas seguintes subseções: 3.1.1 O território de atuação dos agroextrativistas e 3.1.2 Produtores agroextrativistas. Espera-se ao final do capítulo esclarecer as características dos agroextrativistas, bem como definir a região onde os mesmos vivem.

#### **3.1.1 O território de atuação dos agroextrativistas**

A presente pesquisa abrange reservas extrativistas de Nova Califórnia, que pertence à Microrregião Porto Velhos e à Mesorregião Madeira-Guaporé, indicadas na Figura 4.

A região de Nova Califórnia-RO, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no ano de 2010 era de 3.631 habitantes, sendo 1.876 homens e 1.755 mulheres, possuindo um total de 1.333 domicílios particulares foi criado pela resolução nº 121, de 21 de novembro de 1985. Região que apresenta um vasto território de florestas nativas no Estado em função do número de reservas extrativistas da região. Por esse motivo, trata-se da região escolhida como lócus de estudos, uma vez que é a região que contempla o maior número extrativistas de Rondônia, os sujeitos desta proposta de pesquisa.

**Figura 4:** Mapa do Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho - RO



**Fonte:** Mapa político do Estado de Rondônia com a localização do distrito de Nova Califórnia.

O distrito de Nova Califórnia situa-se na porção extremo-oeste do Estado de Rondônia, seu núcleo urbano está localizado a 353 km da cidade de Porto Velho. Para se ter acesso ao mesmo, partindo-se de Porto Velho, toma-se a BR364, sentido Rio Branco. A sede do distrito está localizada às margens da BR-364.

A cidade, também, não conta com um sistema de esgotamento sanitário adequado, são utilizadas fossas domésticas. Apesar de Nova Califórnia não possuir um sistema de abastecimento de água potável, toda população possui poço em suas residências, fazendo uso dela, desde a comida até o banho. Alguns estabelecimentos que necessitam de grandes volumes de água diariamente, tais como: hotéis, posto de saúde e restaurantes; são obrigados a utilizar o manancial subterrâneo (poços).

**Figura 5:** Distrito de Nova Califórnia- RO, em situação de seca



**Fonte:** Extrema24horas 2019.

O problema se agrava no "verão", período compreendido entre junho e setembro, quando o índice pluviométrico é bastante reduzido. Nesse período, as cacimbas têm o nível freático rebaixado, chegando, até mesmo, algumas a secar, fazendo com que algumas pessoas fiquem sem o essencial 'água'. Quando ocorre essa situação, os vizinhos se reúnem e tentam de forma improvisada, encher seus baldes com água do vizinho que disponibiliza em seu poço, onde todos se ajudam como podem.

Problemas como o período de seca, em outro momento é o período chuvoso, conhecido como o inverno amazônico, prejudicando o deslocamento. Este período de chuva já se tornou irrelevante para a população, pois já se acostumaram mesmo fazendo várias solicitações para os órgãos competentes, reivindicando tais problemas a fim de solucioná-los. A constante mudança de políticos, afirmando que resolverão o problema do Distrito, não é solucionada, permanecendo a situação da comunidade.

Foi observado que o distrito de Nova Califórnia ainda que tem poucos habitantes e tem muito a crescer ainda. A principal renda da população são os produtos florestais não madeiráveis e, atualmente, o agronegócio, não podendo deixar de dizer que com o aumento dos desmatamentos, nos últimos anos, tem se instalado várias madeireiras pela região, fazendo

também uma fonte de renda para as pessoas da região. Contudo, muitos dos entrevistados não apoiam o desmatamento, pois cada árvore derrubada diminui a quantidade de retirada de produtos da floresta.

Devido à pandemia COVID-19, houve uma dificuldade na realização da coleta de dados, até realização das entrevistas. Outro ponto que apresentou dificuldade foi o acesso até os agroextrativistas, pois todos moram em ramal, linha, zona rural, impossibilitando a chegar até eles, devido às estradas estarem em situações precárias.

Até chegar ao local, foi percorrida uma distância de 364 km, que durou em média 4h e 38 minutos, inúmeros buracos e péssima finalização. Ao chegar em Nova Califórnia, encontrou-se a cooperativa Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado- RECA, no qual possui mais de 200 famílias cadastradas auxiliando na compra dos produtos dos agroextrativistas, dividido em 10 grupos de cooperados na região e se teve grande capacidade de produção durante todo o ano.

Ao chegar à cooperativa, o pesquisador desta dissertação foi bem recepcionado pelo Dielison Furtunato, além de ser cooperado, também trabalha na cooperativa e é responsável pelas reuniões entre a cooperativa e os cooperados. O acolhimento e recepção foram de grande valia para a construção da empatia ao contexto da pesquisa. Logo em seguida, me mostrou toda a cooperativa, como é feito o processo de recebimento, embalagem, armazenamento e envio dos produtos dos agroextrativistas é realizado todo um processo bastante burocrático até porque tem produtos que vão para fora do Brasil. Na figura 6, mostra o processo de desidratação da castanha para a retirada do óleo.

**Figura 6:** Processo de desidratação da castanha para retirada do óleo



Fonte: dados da pesquisa.

O óleo da castanha faz parte dos produtos do RECA, além de vários outros produtos como dito anteriormente, que são exportados até para fora do Brasil. O RECA tem como fundamento manter sempre o diálogo entre os agroextrativistas, auxiliando sempre que precisa e ajudando em todas as dúvidas possíveis. Desde a fundação, em 1989, o projeto RECA busca uma organização de produtores de acordo com a área rural onde cada família vive.

Além dos cuidados com os agroextrativistas, o RECA também se preocupa com a floresta, a plantação e a educação dos filhos dos seus cooperados, não somente eles, mais todos os filhos das pessoas da região, tendo uma equipe visando à aprendizagem das crianças e adolescentes através de bolsas de estudo, cursos e treinamentos. Tudo isso se dá por conta da própria equipe de educação que tem pela cooperativa.

Por meio da ajuda dos cooperados e da sociedade, os cooperados conseguiram fundar a Escola Família Agrícola, a EFA – Escola Jean Pierre Mingam, em que aplicam a pedagogia da alternância. Esse modo de aprendizagem permite ao aluno (a) ir à escola durante 15 dias, durante o mês e o restante ficam ajudando a família em sua propriedade. Tal método é importante, pois assegura os alunos a estudar em casa sem ser preciso fazer um deslocamento grande até o centro urbano.

### **3.1.2 Produtores Agroextrativistas**

Segundo números disponibilizados pelo IBGE, o estado de Rondônia possui uma população com cerca de 1.749 milhão de habitantes. Apenas no município de Porto Velho, há estabelecidos 417.853 mil habitantes que residem na zona urbana, sendo 26,8% e, na zona rural, residem 422.166 habitantes. Tendo sua fonte de renda e suas principais atividades produtivas rurais, como o sistema agroflorestal, agropecuário e o extrativista (BGE, 2010).

De forma bem sucinta, Porto Velho foi desbravado por volta de 1907, com a intenção da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (-EFMM). O objetivo da criação da cidade era apenas para escoar a borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim, localidade escolhida para ser o porto escoando para Estados Unidos e Europa. Por volta de 1912, foram concluídas as obras da EFMM, tendo em cerca de mil habitantes. O contexto vivido por moradores da época era, praticamente, insalubres aglomerações das pessoas, associadas às construções da Madeira-Mamoré foram à origem da cidade de Porto Velho, criada em 02 de outubro de 1914 (CIM, 2003).

Muitos operários, migrantes e imigrantes moravam em bairros de casas de madeira e palha, construídas fora da área de concessão da ferrovia. Assim, Porto Velho nasceu das

instalações portuárias, ferroviárias e residenciais da Madeira-Mamoré Railway (OLIVEIRA, 2001). O Estado de Rondônia está localizado na região Norte do país, fazendo divisa ao norte com o Estado do Amazonas, noroeste com o Estado do Acre, Oeste com a Bolívia e sul com o Estado do Mato Grosso.

Muitos dos agroextrativistas vivem em ramal ou linha, como eles mesmos chamam. Muitos desses ramais, em época de inverno, ficam intransitável, época essa mais importante para os agroextrativistas, pois ocorre a coleta dos produtos. Porém, com o problema das ruas, muitos deles trabalham de formas análogas, tem hora para ir ao trabalho, mas não tem hora para voltar, já que se não fizer a retirada, perde toda a produção, que trabalhou o ano todo para produzir.

Com muita dificuldade para chegar ao local, em cima de motocicleta, foram encontradas algumas famílias dispostas a conversar e relatar suas histórias de vida. Em conversa com a agroextrativista Dona Maria, tem 55 anos natural do Paraná, está em Porto Velho há mais de 25 anos. Ela veio em busca de uma melhor qualidade de vida junto com seus filhos, todos maiores de idade e residindo em Santa Catarina atualmente. A entrevistada relata a dificuldade que enfrentou quando chegou. Dona Maria discorre que: “Tudo antigamente era mato, floresta nativa, tivemos que realizar o manejo da floresta, fazer ruas, sem energia elétrica, foi muito sofrido, mais hoje temos o nosso cantinho para morar”.

Ela narra às dificuldades que, antigamente, eram enormes. A agroextrativista diz que tem vontade de retornar a sua cidade natal, contudo, a colonização das terras, outras famílias foram chegando e tendo pequeno lote de terra. Todos se reuniram em prol da comunidade para tentar se ajudar e minimizar um pouco as dificuldades que estavam vivenciando.

Segundo o entrevistado Franciso “[...] eles mesmos se juntam, compram o cascalho e manda pôr na rua pra tentar diminuir a dificuldade na hora da retirada dos produtos”. O senhor Franciso tem 45 anos diz que todos são uma família, eles se ajudam quando precisam de algo, pois estão distantes da cidade e alguns não têm transporte disponível. Na tabela 2 há uma síntese relacionando os entrevistados.

**Tabela 2.** Perfil dos entrevistados

Características sociodemográficas	Variável	Número de entrevistado	Percentual
Entrevistados	Masculino	10	52,63%
	Feminino	09	47,36%
Entrevista por faixa etária	18-24 anos	0	0%
	25-34 anos	4	25,31%

	35-44anos	5	26,31%
	45 anos acima	10	48,36%
Entrevista por Escolaridade	Fundamental incompleto	12	63,15%
	Médio Completo	03	15,78%
	Médio incompleto	01	5,26%
	Ensino sup/tec.	03	15,78%

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Observa-se que, pela tabela 2, há uma distribuição uniforme entre homens e mulheres entrevistados, permitindo, assim, uma coleta de dados representativa de ambos os sexos (52,63% homens e 47,36% mulheres). Além disto, percebe-se uma faixa etária acima dos 24 anos, sinalizando entrevistados com idades mais avançadas. Nota-se que 47,36% possuem acima de 45 anos. Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, foram criados nomes fictícios para os participantes da pesquisa.

Por fim, uma análise da escolaridade indica que mais da metade dos entrevistados não possuem o ensino fundamental completo, 63,15%. Ao longo desta pesquisa foram feitas algumas análises observando essas caracterizações.

### 3.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção apresenta-se a forma como este estudo foi operacionalizado demonstrando e descrevendo os dados coletados. O capítulo divide-se nas seguintes subseções: 3.2.1 As entrevistas semidirigidas e a coleta de dados e 3.2.2 Análise dos resultados; 3.2.3 O percurso de codificação dos dados; e 3.2.4 A caracterização de políticas públicas agroextrativistas.

#### 3.2.1 As Entrevistas Semi Dirigidas e Coleta de Dados

Para iniciar a pesquisa, foram feitos levantamentos de dados primários, com aplicação de questionários específicos para a região, entrevistas individuais para todos os extrativistas, obter informações quantitativas e qualitativas na região de Nova Califórnia – RO.

Para a análise dos dados a ser levantados em campo, foi utilizada a metodologia do Bardin (2010) que visa realizar uma análise de forma significativa, a partir dos procedimentos sistemáticos do conteúdo e de descrever as mensagens, através do pesquisador, compreendendo todo material, tendo sempre uma visão atenta e ampla de cada significado da mensagem.



A coleta de dados foi realizada em setembro de 2021, no qual foi operacionalizada, seguindo todo o protocolo de distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel, seguindo os prazos estipulados, identificação das áreas e localidades representativas do estudo como estabelecido.

### **3.2.2 A Análise dos Resultados**

O método de análise do conteúdo tem como norte o trabalho de Bardin (2010). Essa análise é composta por determinadas fases para a sua realização: 1) organização da análise, 2) codificação, 3) categorização, 4) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

A primeira fase, organização da análise, é fragmentada em partes: pré-análise, exploração material, tratamento dos resultados em bruto e interpretação dos resultados. Para Bardin (2010), na primeira etapa, pré-análise, se organiza todo o material e conteúdo a ser investigado. É nessa etapa que o pesquisador realiza uma análise sucinta do material para conhecer mais o trabalho. Na segunda etapa da pré-análise, o pesquisador seleciona os documentos a serem utilizados para posterior estudo.

De acordo com Bardin (2010), ainda na pré-análise, o pesquisador deve apontar os índices e a elaboração dos indicadores, que são fatores essenciais para o entendimento da pesquisa. É a partir dessa fase que são feitas algumas alterações e exclusões da pesquisa que se transformam em categorizações para a análise do *corpus* e para a etapa de codificação para o registro de dados. Depois que o pesquisador extraiu informações suficientes do material, ele faz, como postulado por Bardin (2010), definições tais como de categorias, classificação dos elementos caracterizando sua diferenciação e realiza e/ou reagrupa as comparações através de fundamentos definidos para auxiliar na sua conclusão.

Bardin (2010) discorre que a última etapa da organização da análise é a interpretação dos resultados obtidos. Nessa etapa, os resultados são interpretados de modo significativo. O pesquisador pode realizar várias operações com sua base de dados, sendo-as a mais simples até as mais complexas. Depois de ter feito todos esses procedimentos, o pesquisador realiza a preparação do material a ser pesquisado com o intuito de codificar e categorizar o delineamento.

Com o material da pesquisa, o pesquisador executa a codificação e, após, a categorização. Na codificação do material, o investigador converte o material bruto em texto e parti de uma interpretação do material que foi pesquisado. Nesse momento, o recorte vai ser



essencial e até mesmo uma frase ou palavra é importante para a análise. Foi através desse recorte que as unidades de registro e unidades de contexto foram escolhidas.

Bardin (2010) ressalta que a última etapa do trajeto é a interpretação dos resultados realizada na análise de conteúdo mediante a inferência que a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. Nessa fase, o pesquisador já deve ter dominado o referencial teórico traçado e articular os achados com essas referências.

A definição das categorias é um procedimento fundamental para a análise de conteúdo, por permitir a conexão dos objetivos da pesquisa com os dados verificados no campo ou nos documentos interpretados. Esta definição de categorias necessita ser realizada a partir de inferências teóricas do autor. Por este motivo, são apresentadas na tabela 4, as categorias gerais e as subcategorias definidas, levando-se em consideração as teorias abordadas nesta pesquisa. Deste modo, os dados coletados, nas entrevistas semi-dirigidas e na pesquisa documental, serão interpretados a partir destas categorias.

Assim, por meio da interpretação, são criadas unidades de análise no *software - Iramuteq*. O sistema comporta métodos qualitativos de pesquisa apoiando a organização, análise e busca de informações em dados ainda não estruturados, como: entrevistas, legislações, respostas de pesquisas, textos etc. Portanto, o *Iramuteq* foi utilizado para preceder às análises dos dados. Para efeitos desta análise foi utilizada a seguinte categorização:

**Quadro 9:** Definição constitutiva e aplicada das variáveis

Termo	Variável	Definição Constitutiva	Definição Aplicada	Indicador
Dimensões de políticas públicas	Social	Refere-se a busca da homogeneidade social; acesso equitativo aos recursos e serviços sociais. Visando o pleno emprego e/ou autoemprego (SACHS, 1992).	Bem-estar da população, visando a diminuição da pobreza.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Econômica	Desenvolvimento econômico atendo o equilíbrio, utilizando materiais modernos. Busca da capacidade se inserção no aparato produtivo; da inserção na economia mundial e na pesquisa científica e tecnológica (SACHS, 1992).	Ações do governo visando atingir a boa situação econômica.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Ambiental	Relaciona-se ao ecológico, ao respeito dos ecossistemas naturais estimulando a capacidade autodepuração. É a preservação do capital natural, limitando o uso dos recursos não renováveis (HARDIN, 1968; OSTRON, 1970; SACHS, 2002).	Tem como intuito a conservação do meio ambiente.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Cultural	Respeito a tradição e a inovação. Presença de endogeneidade, contrapondo-se a simples replicação de estrangeiros.	onde cada cidadão tem sua origem e sua	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida

		Desenvolvimento da autoconfiança sem perder de vista a abertura para o mundo (SACHS, 2002).	cultura respeitando todos.	Artigos Pesquisa Bibliogr
Tipologias de políticas públicas	Distributiva	Apresenta uma abordagem clientelista, assistencialista e patrimonialista. Com uma atuação individual, centrada no sujeito, privilegia alguns grupos sociais ou regiões, em detrimento de outros (LOWI, 1972).	distribuir certos serviços, bens ou quantias apenas a uma parcela da população.	Entrevista semidirigida Artigos
	Regulatória	Estas políticas são mais perceptíveis à sociedade e estão atreladas à burocracia (LOWI, 1972).	São bastante conhecidas, pois tomam a forma de leis. Ex. Educação, LDB.	Entrevista semidirigida Artigos
	Constitutiva	Atrelada à procedimentos, relacionam-se às normas sobre a quais demais políticas públicas poderão ser formatadas (LOWI, 1972).	Que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas.	Entrevista semidirigida Artigos
	Redistributiva	Tem uma natureza de justiça social, retirando benefícios de um grupo para conceder a outros grupos. São políticas sociais universais, como por exemplo o sistema previdenciário (LOWI, 1972).	distribuir certos serviços, bens ou quantias apenas a uma parcela da população, retirando dinheiro do orçamento de todos.	Entrevista semidirigida Artigos
Sistema político	Federal	Tem como fundamento e foco grandes projetos visando toda a população, por exemplo: infraestrutura em rodovias federais. (BRASIL, 1988)	Relações comerciais, políticas fiscais, reforma agrária	Lei
	Estadual	Tem como foco o bem-estar da população do Estado (BRASIL, 1988)	Políticas Públicas para moradia popular	Lei
	Municipal	Sua natureza é a o bem estar e a qualidade de vida da população ( BRASIL, 1988)	Saneamento básico	Lei

Fonte: elaboração do autor.

Para Easton (1968), com os crescentes impactos que vem acontecendo, no meio ambiente, refletem o sistema político, de maneira que a economia tem uma queda, alterações de valores e até mesmo na cultura do cidadão. Com isso, foi considerado o problema do meio ambiente identificando interferências no sistema econômico por meio das esferas Federal, Estadual e Municipal. Tendo uma hierarquia no sistema político, devido à estrutura organizacional prevista na Constituição Federal.

### 3.2.3 O Percurso de Codificação dos Dados

Foram realizadas leituras e transcrições detalhadas do material obtido a campo, que possibilitou que o material texto fosse internalizado pelo pesquisador. As análises do material

tiveram, como procedimento, a ajuda do programa Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), software gratuito e desenvolvido sob a lógica de *open source*. O programa tem como foco análise textual, em que ele organiza a distribuição das palavras de forma compreensível e visualmente clara.

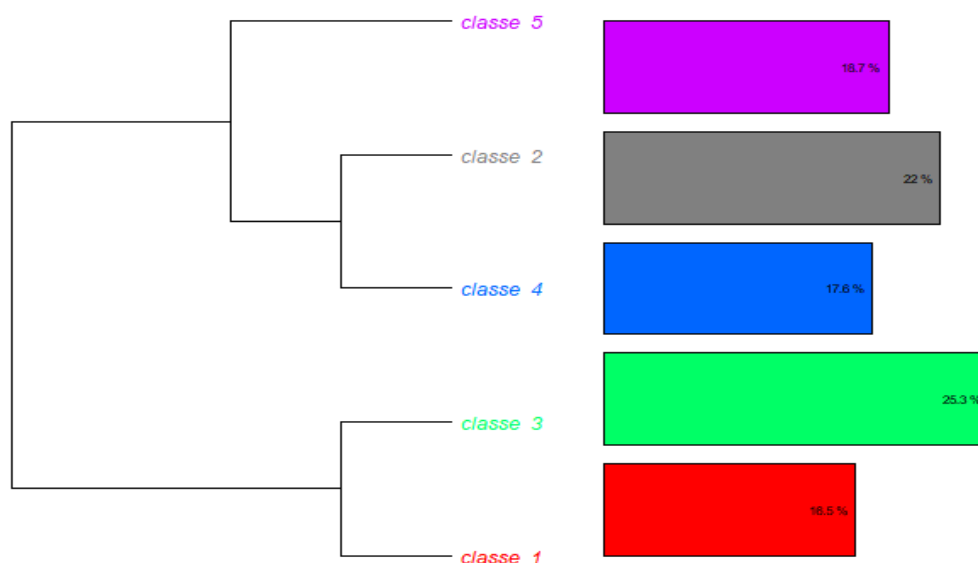
Participaram do estudo, 19 agroextrativistas que tem suas faixas etárias entre 25 a 79 anos. Quanto à sua escolaridade apenas 2 pessoas possuem o ensino superior, o restante possui ensino médio e fundamental. Quanto à ocupação, todos são agroextrativistas e a fonte de renda é de produtos retirados da floresta.

O *corpus* da presente pesquisa foi composto por 19 textos. Estes foram submetidos à análise para obtenção da - Classificação Hierárquica Descendente - CHD, sendo dividido em 115 segmentos de texto, relacionando-se 762 palavras que ocorreram 4042 vezes. A CHD reteve 91 segmentos de textos - ST (79,13%) do total, gerando 5 classes.

As palavras analisadas foram distribuídas da seguinte maneira: a classe 1 foi estruturada por 15 ST, correspondente a 16,48 % do total de ST; a classe 2 foi constituída por 20 ST, correspondente a 21,98% do total de ST; a classe 3 foi composta por 23 ST, correspondente a 25,27 % do total de ST; a classe 4 foi formada por 16 ST, correspondente a 17,58 % do total de ST; e a classe 5 obteve 17 ST, correspondente a 18,68 % do total de ST.

Das diversas palavras diferentes o software analisou a importância de cada palavra e forneceu a frequência mínima ou superior igual a 3, logo quantificando as palavras e elaborando o dendrograma com as classes em função de seus termos.

**Figura 7** – Dendrograma das classes obtidas a partir do *corpus*.



**Fonte:** dados da pesquisa

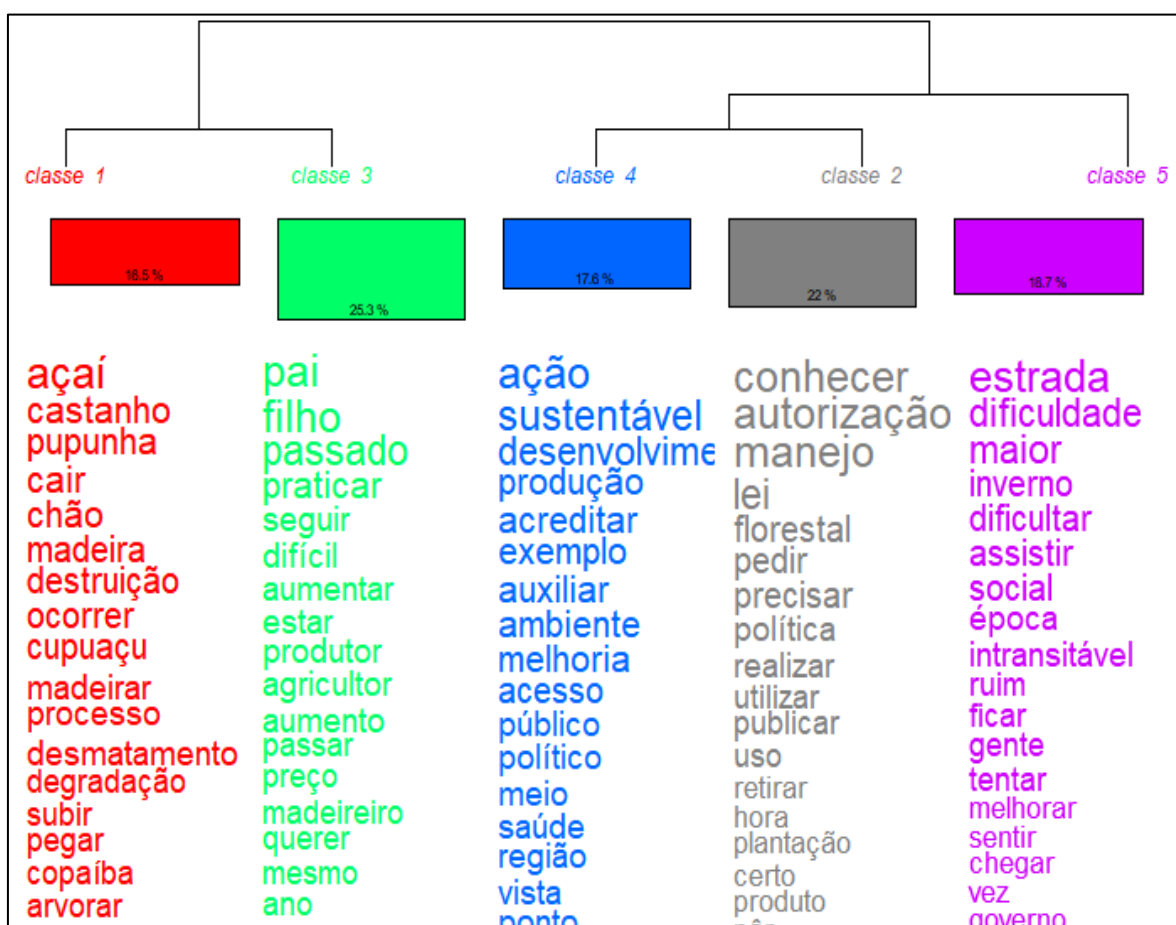
Na sequência, foram elencadas as palavras de onde derivaram esta análise inicial.

As classes foram obtidas a partir das partições do corpus, de acordo com que os entrevistados relataram como mostra a ilustração. Ao ser observado, da esquerda para a direita, como determina o software, é descrito a primeira divisão que resultou em dois grupos.

Na segunda divisão, um dos subgrupos da primeira divisão se originaram as classes 1 e 3. Na terceira originou a classe 5, que mostrou a quarta divisão no mesmo grupo, no qual resultou as classes 2 e 4. Nota-se na leitura do dendrograma que as classes 1 e 2 e 4 e 5 obtiveram a maior proximidade de conteúdo, as classes 2 e 4 mostrou estáveis em relação a classe 5, tais análises foram constituídas por segmentos de textos compostos por palavras semelhantes.

As palavras ocorreram de forma estabelecidas em função da frequência e de forma reduzida, no qual apresentou semelhanças entre elas. Como mostra a figura a seguir, as palavras foram organizadas conforme as suas semelhanças em cada classe.

**Figura 08:** Semelhança nas palavras e suas classes



**Fonte:** elaboração do autor

Depois da análise realizada, apresentaram-se, no dendrograma, as palavras que apareceram com base nas falas dos entrevistados e foram construídas demandas de dificuldade no conhecimento das políticas públicas, estradas intransitáveis, mas, tem ciência que precisa pedir autorização do órgão fiscalizador para a realização do manejo, além de estar ciente que é de suma importância retirar os produtos da floresta sem desmatar.

Notou-se que os agroextrativistas têm ciência que precisam trabalhar de forma sustentável e manter a floresta em pé, pois é por meio da floresta que eles retiram o seu sustento e de sua família. Além disso, eles tentam transmitir essa forma de trabalho e valores para os filhos, para dar continuidade de forma sustentável e garantir o sustento da família.

Os títulos das classes foram feitos depois de serem realizadas às análises qualitativas, conforme o conteúdo que expressa o dendrograma. Essas classes que foram apresentadas de acordo com o significado que surgiu com o maior domínio de demanda em cada classe que foi apresentada e a partir da análise crítica destas categorias, de identificar as políticas públicas, foram conduzidas a edificação de vários diagnósticos da administração. Observaram-se, no dendrograma as classes as quais foram separadas em dois grupos e dentro um desses grupos teve mais dois subgrupos de palavras e assuntos que tiveram suas semelhanças entre os agroextrativistas.

### **3.2.4 A Categorização de Políticas Públicas Agroextrativistas**

Neste item são discutidas as tipologias e as dimensões de políticas públicas. Primeiramente, com o auxílio do Software *Iramuteq* foi feito o agrupamento de palavras mais próximas, sendo feita a partir das falas dos agroextrativistas, como pode ser observado na figura a seguir.

Na figura 9, são demonstradas as palavras que aparecem com mais frequência relatadas pelos agroextrativistas, às palavras, como: política, retirar e produto tem um destaque maior. Notou-se que, embora muitos não saibam o significado de uma política pública ou para que de fato ela sirva, alguns agroextrativistas fazem uso das políticas, ajudando a manter seu trabalho e sustento da família. As palavras “retirar” e “produto” também estão bastante visados, pois muitos dos entrevistados relataram como é feita a retirada ou coleta dos seus produtos na floresta.

Apesar de mesmo com dificuldade em saber o real propósito das políticas públicas, muitos agroextrativistas fazem uso delas para melhorar a sua produção e tentar minimizar condições ruins na família e até mesmo na comunidade. Como já expresse anteriormente,

políticas públicas têm como seu foco principal minimizar problemas existentes na sociedade ou ao menos tentar fazer com que a população seja atendida.

Por meio de algumas políticas, muitos dos agroextrativistas saíram de condições precárias que estavam vivendo e tiveram melhoras na sua condição de produção e sustento da família, é claro que foram poucos, comparados aos avanços da tecnologia e a nova era moderna e ao processo de retirada dos produtos que é realizada de forma braçal.

As políticas públicas no Brasil tornaram-se grandes e principais instrumentos de garantia e bem-estar social para toda a sociedade, visando o sempre o Estado Democrático de Direito, garantindo também os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos. Contudo, o Estado tem como objetivo, garantir o bem-estar da sociedade, não apenas o que está escrito na Constituição Federal, mas também criar políticas públicas em prol da necessidade e melhoria plena da sociedade.

Foi com base nesses pontos que, na era Vargas no ano de 1930, deu início as políticas públicas no Brasil, onde ele cumpre a sua meta de organizar o Estado com base no modelo burocrático Weberiano, quando os trabalhadores começaram a ser contratado por concurso público, a criação da CLT, entre outros. Logo, as políticas públicas foram se tornando cada vez mais presentes, pois foi um meio para tentar minimizar a desigualdade e os problemas existentes.

Com o passar do tempo, tiveram-se várias tipologias e dimensões de políticas públicas. Dentre as dimensões das políticas públicas está: social, econômica e ambiental. Durante a fala de uma agroextrativista, a política social, mas com caráter distributivo, o saneamento básico não existe, assim como a precária falta de emprego, e no período chuvoso a situação fica ainda mais difícil por contas das enchentes e estradas intransitáveis. Conforme o relato do correspondente à saúde pública é visto como precária, muitas vezes, já que precisam se deslocar para outros lugares para receber o atendimento que precisam.

Nota-se que a política social que invés de ajudar a minimizar os problemas dos agroextrativistas não está chegando totalmente, fazendo com que mesmo que a política esteja presente à precariedade e à falta de apoio do governo estão prevalecendo à desigualdade social. Embora a política social busque a sua homogeneidade social, equidade na distribuição de rendas e riquezas, visando o pleno emprego.

Outro entrevistado informou que política de garantia de preços mínimos- PGPM, política que se enquadra na política econômica, tem ajudado os agroextrativistas, ajudando a diminuir as oscilações de renda dos produtores e assegurar a remuneração mínima atuando como balizadora da oferta dos alimentos e garantindo a regularidade do abastecimento. Logo,

ajudando os agroextrativistas a terem uma garantia do retorno dos preços dos seus produtos, mesmo com a desvalorização do seu trabalho.

Todas as políticas públicas, inclusive as ambientais são regidas por princípios e regras, no seu tocante de forma geral, partindo de ações, formuladas para tentar resolver ou minimizar os problemas que estão afetando os agroextrativistas. Vale frisar que o poder público representa níveis federal, estadual e municipal.

**Quadro 10:** Órgão da Gestão Ambiental

Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA	Órgão que estabelece padrões e normas federais.
Ministério do Meio Ambiente- MMA	formulador de Políticas Públicas Ambientais. Federal
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA	Responsável por executar e fazer executar as Políticas Ambientais. Federal.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental- SEDAM	função de executar a Política Ambiental, monitorar o meio ambiente e realizar educação ambiental. Estadual
Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMA	responsável pelo controle e fiscalização das atividades de proteção e melhoria da qualidade ambiental.

**Fonte:** elaboração do autor.

Logo, os órgãos têm, em suas principais atividades, que auxiliar não somente a sociedade, mas também os agroextrativistas que precisam das políticas públicas. Conforme a fala de um entrevistado, às vezes para ter acesso às políticas públicas, eles passam por um processo burocrático e até mesmo demorado, fazendo com que o produtor deixe de procurar programas para a melhoria na sua produção e propriedade.

Conforme dito anteriormente, para a realização da retirada e escoamento dos produtos dos agroextrativistas, é preciso de autorização dos órgãos competentes, assim também, para a realização do manejo. Alguns agroextrativistas expressaram a falta de valorização em seu trabalho, pois é um trabalho árduo, braçal, exausto e muito cansativo, todos se sentem desvalorizados com seu trabalho e sua mão de obra bastante barata, sem mencionar que, às vezes, o preço do produto produzido é retirado da floresta e não compensa todo o esforço feito. Vale frisar, também, que o deslocamento do produto até o destino é bastante precário por conta das rodovias péssimas.

Outro ponto a se observar é que essa política é considerada a política macroeconômica, sendo mais clara política monetária e que essa política aliviou muitos produtos a melhorarem a sua produção. É notório ressaltar que não era todos os estados que tinham acesso a essa política

pública, teve estado por exemplo que passou a cobrar pelos serviços dessa política para poder sobreviver institucionalmente. Logo, o PRONAF foi uma política que veio para agregar e ajudar muitos agroextrativistas.

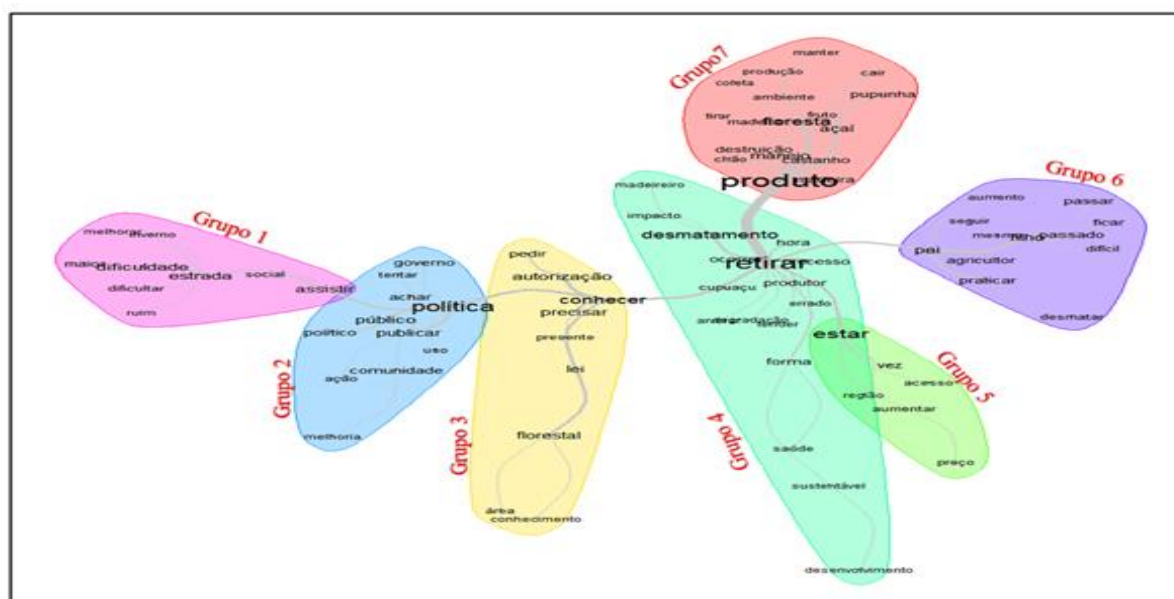
Outro projeto que os entrevistados relataram é o Projeto REDD Carbono Neutro, projeto em parceria com a empresa Natura, que não tem envolvimento com as entidades governamentais. Este projeto é mais uma maneira que a Natura encontrou para contribuir para a manutenção da floresta em pé.

Por meio dele, há a remuneração de pequenos agricultores pelo serviço de conservação ambiental. No momento, a iniciativa é realizada em parceria com a Cooperativa de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), localizada na divisa entre os estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

Para os agroextrativistas, as políticas públicas são importantes, pois é através delas que muitos conseguem desafogar um pouco dos problemas enfrentados. Nota-se que o problema maior está além da retirada dos produtos da floresta e também as estradas e seu deslocamento, embora o processo de retirada também seja bem desumano.

Além do auxílio que eles recebem das entidades governamentais, têm também as parcerias com empresas privadas incentivando a floresta em pé, logo, todos conhecem e sabem que precisam manter a floresta em pé, realizando de forma certa sem desmatamento e sem destruição. Na figura 10 apresenta os agrupamentos de palavras que tem proximidade uma das outras conforme as falas e discursos dos entrevistados.

**Figura 09** – Agrupamento de palavras por proximidade



Fonte: dados da pesquisa



Observa-se que no Grupo 2, fica evidente a referência feita com o próprio conceito de políticas públicas vastamente explorado no Referencial Teórico desta dissertação. A presença das palavras política, público, político remete aos termos utilizados em Lowi (1972) ao abordar o conceito de *policy arena*, isto é, o contexto que as políticas são aplicadas, pensadas e elaboradas, podendo inclusive haver reações entre os atores que vão ser impactados pela política. As palavras que estão nesse grupo são palavras que tiveram maior aproximação conforme as respostas dos entrevistados são elas: política pública, governo, ação governo.

Os dados da pesquisa de campo apresentados no Grupo 2, ainda permitem observar a presença dos termos ‘governo e comunidade’. A citação destes termos faz referência à definição de políticas apresentada em Dye (1984) ao defender o envolvimento de um conjunto de atores com condição para a existência de uma política pública, podendo inclusive haver o envolvimento da iniciativa privada como atores deste processo. A pesquisa de campo demonstrou inclusive a participação da Natura, empresa brasileira produtora de cosméticos, como um relevante ator nas políticas de fomento aos produtos florestais não madeiráveis da região norte brasileira. Easton (1957) também aponta a presença de atores como governo, estado, iniciativa privada e várias organizações civis.

O entendimento de Easton (1957) sobre o que é uma política pública sugere que estes atores presentes, em uma arena política, busquem por ações de melhoria. No Grupo 2 do agrupamento dos dados realizados na figura 10, as expressões ‘ações’ e ‘melhorias’ aparecem em uma proximidade lexical com todas as demais palavras voltadas às definições de política presentes na literatura, corroborando o conceito de política pública. Os dados da pesquisa de campo categorizados, neste agrupamento, confirmam que mesmo os entrevistados declarando não saber o significado de políticas públicas, as declarações de seus discursos sinalizam que há algum conhecimento sobre a definição deste termo.

Ainda bastante próximo do Grupo 2, há as palavras organizadas no Grupo 1. Estes termos, similarmente estruturados perto do Grupo 2 vão contribuir para o entendimento sobre o processo de operacionalização das políticas se levá-los em conta as definições da literatura. Uma consulta às pesquisas realizadas por Easton (1957) pode demonstrar a sua visão de sistemas no processo de análise de uma política, em que o autor afirma existir uma interação entre o desenvolvimento, os resultados pretendidos e o ambiente trabalhado. De acordo com Easton (1957), as políticas públicas processam *inputs* (entradas) de vários meios, tais como comunidades interessadas e da própria mídia, que induzem os efeitos e até mesmo os resultados.

Ao observar o Grupo 1, criado a partir dos dados da pesquisa de campo, é possível notar o seguinte arranjo: a palavra ‘dificuldade’ e ‘estradas’ conectadas à palavra ‘ruim’; e ‘assistir’

voltada ao termo ‘social’; e ‘inverno’ extremamente próximo ao vocábulo ‘melhorar’. As entrevistas de campo demonstram uma referência considerável ao ambiente, em que as políticas voltadas aos PFNMs estão operando, e se destacam os problemas voltados às condições das estradas onde vivem estas pessoas, potencialmente prejudiciais à logística da produção de PFNMs. Observando as definições de Easton (1957), estas situações-problemas apontadas nos dados caracterizam os *inputs* do sistema político que emergem da realidade da comunidade com vistas a gerar *outputs* em forma de uma política.

O entrevistado Oscar afirmou que ao longo do inverno, quando as chuvas tendem a serem mais frequentes, há uma reunião de extrativistas em torno de uma ação coletiva para angariar condições com vistas a recuperar as estradas com ‘cascalhos’, pois ao contrário elas ficam intransitáveis. Fica clara a demanda por políticas que visem às condições de transporte, por parte dos entrevistados. Observando a literatura diversos autores como Easton e Dye reconhecem que políticas precisam emergir de problemas reais, baseadas no materialismo histórico de Poulantzas. Contudo, conforme asseverou Lowi (1972), em dados momentos as políticas elaboradas são mais uma definição com base em demandas de uma elite ou dos políticos eleitos, sem quaisquer observações das demandas da comunidade.

Como consequência, demandas da comunidade não chegam a serem atendidas, seja por falta de apoio de atores políticos, sociais e institucionais, ou ainda por falta de recursos econômicos e informacionais. Soma-se a isto a racionalidade limitada dos fazedores de políticas apresentada em Dagnino *et al.* (2013), o que os impede de ter acesso a todas as informações que devem ser levadas em conta no momento de elaboração de uma política efetiva. Como se nota, a presença de informações as que apareceram categorizadas no Grupo 1 da figura 10 é fundamental nas etapas de identificação do problema, definição da agenda, formulação da política, legitimação da política. As políticas públicas, cujos principais beneficiários sequer sabem da existência, tendem a ter sérios problemas para serem legitimadas.

Os entrevistados declararam ter esperança de que os atores políticos se manifestem em prol de buscar soluções para resolver o problema das estradas a fim de dar melhores condições para o escoamento dos PFNMs. Estes Grupos 1 e 2, como é possível perceber, tiveram uma categorização dos dados mais voltados a visão prática da ideia de políticas públicas. Destaca-se por corroborar os conceitos teóricos sobre o tema amplamente discutidos na revisão da literatura realizada nesta pesquisa.

Ao passo que o agrupamento lexical do Grupo 3, ele está mais atrelado ao impacto e convívio dos extrativistas entrevistados com as políticas públicas que os afeta. Ficou evidente com as análises dos dados que os entrevistados desconhecem muitas das políticas que os

beneficiam ficando distantes e, em muitos casos, não acessando aos benefícios delas. Entretanto, algumas políticas emergiram dos dados a partir dos discursos dos entrevistados. Entre as quais, a mais evidente, no Grupo 3, aparece com a citação dos vocábulos ‘pedir’, ‘autorização’ e ‘lei’ que diz respeito à Política de Manejo Florestal, executada pelo IBAMA. A forte e frequente citação, por parte dos entrevistados desta política, indica ser ela a que mais afeta a vida prática dos entrevistados de modo consciente.

No Grupo 3, ainda emergiu o projeto Carbono Circular da empresa Natura que paga uma bonificação aos extrativistas parceiros para quem garantir a manutenção da floresta em pé em seus territórios. Ainda que, de modo direto, esta iniciativa da Natura não conte com a participação de entidades governamentais, indiretamente, a empresa foi estimulada pela política do Código Florestal Brasileiro de 2012, que estimula negócios a adotarem práticas vinculadas à manutenção das florestas.

O Grupo 4 é o mais expressivo, em termos de composição lexical, sendo o mais rico em quantitativo de palavras. Com destaque para o vocábulo ‘retirar’, no Grupo 4 aparecem palavras como ‘errado’, ‘madeireiro’, ‘impacto’ ‘degradação’. Esta alta composição deste Grupo mostra uma preocupação significativa por parte dos entrevistados, com os fenômenos representados por estes termos mais citados nas entrevistas, colocando o Grupo 4 na categorização em destaque e em posição central do agrupamento realizado na figura 10.

Uma análise do discurso, a partir destas palavras do Grupo 4, demonstra a preocupação dos entrevistados com uma mudança de comportamento em termos de preservação das florestas que vem ocorrendo na região. Os entrevistados relatam que, nos últimos anos, tem havido uma migração da atividade extrativa para a madeireira como principal atividade econômica da região. Somando-se a isto a instalação de grandes indústrias madeireiras na região. O entrevistado, João da Silva, relatou estar havendo uma pressão e estímulo para esta mudança.

Reunindo os termos do Grupo 4 com os termos que surgem no Grupo 5, fica evidente que entre as motivações para esta mudança de atividade econômica, conforme os dados, está a relação com os vocábulos ‘preço’, ‘aumentar’ e ‘acesso’, levando a inferir que o preço mais elevado das atividades madeireiras está no centro do estímulo ao novo momento de exploração econômica percebido como uma oportunidade por muitos moradores da região.

Os entrevistados afirmaram que o objetivo principal de suas vidas é a retirada de produtos florestais não madeireiros e que tem a consciência de que o desmatamento predatório é uma escolha errada. O extrativista Oscar citou que o RECA visa muito a preservação, pois recebem incentivo da Natura para manter a floresta em pé, por meio do denominado projeto Carbono Circular. Contudo, conforme os entrevistados, os PFNMs não estão dando tanto

dinheiro como a madeira, o boi e a soja. Como consequência, muitos agroextrativistas estão optando por retirar a floresta e investir na pecuária pensando nos preços mais competitivos destas atividades.

Apesar disto, a história intergeracional e a experiência dos extrativistas entrevistados indicam que os produtores visam a sustentabilidade e são cientes que precisam manter a floresta para poder retirar os produtos, pois é dali que tiram seu sustento. Como foi dito anteriormente, a dificuldade maior é na hora da escoação dos produtos, pois isto acontece no período de inverno e as estradas ficam em péssimas condições. Apesar destes problemas logísticos, em função das condições das estradas, os extrativistas precisam fazer a retirada dos PFNMs para não perder a safra.

A presença de termos ('pai', 'filho', 'passado') que remetem à sucessão geracional, emergidos no Grupo 6, contribui para compreender ao aumento no interesse em haver esta migração. O agrupamento 6 da figura 10 denuncia uma falta de interesse dos filhos em seguir com as atividades atuais das famílias, levando os pais a buscarem alternativas. Somando-se isto, ao estímulo cada vez mais intenso para a prática do desmatamento para atender à demanda da indústria madeireira, tem-se o desdobramento de indicado no Grupo 5, isto é, cada vez mais destruição da biodiversidade natural para atender às demandas do mercado madeireiro. Esta preocupação com a sucessão geracional corrobora com os resultados da literatura. Em uma pesquisa de revisão realizada por Bird *et al.* (2012), os autores apontaram que entre os temas mais comumente abordados estão: sucessão, estratégia, conflitos e desempenho.

Nesta mesma linha de pesquisa, Dyer e Hander (1994) apontaram duas temáticas principais em seus estudos: a dinâmica empreendedora com as características do empreendedor e a dinâmica familiar com a manutenção do negócio, a sobrevivência futura. Nota-se, portanto, com a leitura do vocábulo do Grupo 6, uma preocupação dos extrativistas entrevistados com a sequência de seus negócios. Conforme relatou o extrativista João da Silva "Muitos filhos não trabalham e nem ficam para ter o mesmo trabalho que o pai, não querendo permanecer aqui conosco, buscando estudar na cidade e acabam não retornando".

A última ramificação do agrupamento dos dados é o Grupo 7, que ao aparecer mais separado dos demais relação à composição da figura 10, traz um significado. Este sentido, é justamente o próprio conceito de Produtos Florestais Não Madeiráveis-PFNMs. Os entrevistados são unânimes em reconhecer a contribuição dos PFNMs para a preservação da floresta. O conjunto de palavras que forma o significado do Grupo 7 são: produto, floresta, manejo, destruição, coleta, manter, açaí, castanha e pupunha.

A presença dos termos ‘destruição’ e ‘manejo’ foram empregados no discurso dos entrevistados para indicar que a produção de PFNMs acontece com menos destruição da biodiversidade e com mais respeito ao meio ambiente, por serem atividades que, conforme os entrevistados, demandam a manutenção das florestas para continuarem existindo. Ainda pela leitura dos termos que surgiram no grupo 7, verifica-se que os entrevistados citaram alguns dos PFNMs para fins de exemplificação, o açaí, a castanha e a pupunha. Estes são os produtos de maior representatividade econômica em termos de PFNMs no contexto local.

Esta definição que emergiu dos dados tem guarida na literatura. As pesquisas realizadas por Silva (2015), Paes-de-Souza *et al.* (2011) e Pedrozo *et al.* (2011) e Barbosa *et al.* (2020) indicam que o conceito de PFNMs está atrelado a todo o trabalho realizado na floresta que extrai produtos dela, com exceção da madeira.

A organização do agrupamento aconteceu levando a uma leitura em que todos os demais grupos derivam da compreensão e interpretação do Grupo 7. Embora cada um deles tenham o seu papel na compreensão da figura 10, não há como existirem de forma isolada.

No próximo capítulo, Discussão, apresenta-se as reflexões derivadas destes dados apresentados neste capítulo 4.

## 4 A DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa são apresentados neste capítulo, mantendo a norma, tais como: objetivos específicos propostos, com foco na questão central da pesquisa, encaminhando as discussões para apresentar o alcance do objetivo geral.

### 4.1 AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Foram entrevistados 19 agroextrativistas no distrito de Nova Califórnia, Porto Velho, como mostra na coleta de dados, os produtores ao fazer a retirada dos produtos florestais não madeiráveis, não ocorre nenhum processo de destruição, desmatamento ou algo do tipo, eles adotam o maior cuidado para não desmatar a floresta, pois se ocorrer o desmatamento corre o risco de ficar sem sua produção e sem o sustento da família podendo então passar por necessidade.

Tais produtos, ao ser retirado, é passado para a Cooperativa RECA (Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado-RECA), cooperativa que faz a compra de todos os produtos recolhidos da floresta e repasse para seus parceiros nacionais e internacionais. Situa-se em Nova Califórnia, um distrito pertencente à Capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, situando-se às margens da BR-364, distante 350 km aproximadamente da capital rondoniense.

A Cooperativa RECA é um ator de relevância econômica, cultural, social e político para os indivíduos agroextrativistas do distrito de Nova Califórnia, estado de Rondônia. Existe um forte vínculo entre os agroextrativistas entrevistados e esta organização. Foi possível verificar nas entrevistas que esta conexão possui uma explicação histórica.

Para a agroextrativista Nelza, a história desta comunidade pode ser dividida entre os antes e o pós-surgimento da RECA, pois conforme os seus relatos, no período anterior à fundação da cooperativa, ter dinheiro era algo extremamente raro para eles, que ainda precisavam lidar com os desafios de uma região tipicamente amazônica, como a malária, entre outras doenças de difícil combate. A foto a seguir mostra algumas das mais de 300 famílias de agroextrativistas que atuam como cooperados no RECA em 2021.

**Figura 10** – Agroextrativistas e familiares cooperados ao RECA



**Fonte:** acervo RECA

A Cooperativa RECA surgiu como uma tentativa de driblar os diversos enfrentamentos que a comunidade local necessitava combater. Distantes dos grandes centros, o Estado de Rondônia (onde situa-se a Cooperativa RECA).

Mas afinal o que é o RECA? O Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado - RECA foi formado por várias famílias de agricultores de várias regiões do Brasil. Em 1984 a demarcação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA, não era nada comparada como os dias de hoje. Antigamente, o INCRA demarcava um pedaço de terra para as famílias com intuito das famílias já iniciarem as derrubadas das florestas, sem apoio técnico ou qualquer outra ajuda.

Diante disso, as famílias começaram a se reunir para tentar resolver os problemas existentes na região e tentar melhorar a vida de todos. Com ajuda e conhecimento de todas as famílias presentes, iniciou a elaboração de um projeto para a implantação de Sistema Agroflorestais, os SAFs, fazendo o uso de plantas nativas, da própria região que dão bons frutos. Com o início dessa união entre as famílias, deu-se o começo também do RECA, fundada em 1989.

Com o tempo, o RECA foi crescendo, várias famílias se juntaram à cooperativa e hoje conta com mais de 300 famílias de agricultores agroextrativistas. Atualmente, é dividido em 10 grupos de cooperados na região e tem grande capacidade de produção durante todo o ano. O respeito à Amazônia garante a produção o ano todo e a preservação da biodiversidade.

Ao longo de todo este período de formação do RECA, os agroextrativistas foram acumulando experiências em torno da produção de PFNMs. O quadro a seguir elenca a concepção dos entrevistados sobre o que são produtos florestais não madeiráveis.

**Quadro 11:** Conceito de PFNM na concepção dos entrevistados.

Pergunta	Respostas
Conceito de PFNM	“Tudo aquilo que tiramos da floresta que não é madeira como frutas, cascas, tudo isso pode tirar sem prejudicar o meio ambiente. Não tem nenhuma degradação, geralmente, temos o manejo e mapeamento sem degradação.” (Agroextrativista José Filho)
	“Produtos florestais não madeiráveis para mim são todos os produtos que não são madeira como andiroba castanha açaí na retirada dos produtos não ocorre nenhum processo de destruição a retirada do açaí e subindo nas arvores.” (Agroextrativista José Neto).
	“Produtos florestais não madeiráveis é tudo aquilo que tiramos da floresta que não é madeira como frutas e cascas tudo isso pode tirar sem prejudicar o meio ambiente. Quando faço a retirada dos produtos não tem nenhuma degradação geralmente temos o manejo e mapeamento sem degradação a extração de produtos de forma errada pode impactar sim o meio ambiente” (Agroextrativista Maria Antônia)
	“São todos produtos que não são madeiráveis como pupunha cupuaçu castanha açaí andiroba entre outros produtos não ocorre nenhum processo de destruição porque na retirada dos produtos faz um pequeno caminho para tirar as seringas e tem frutos que cai no chão então não desmata.” (Agroextrativista Antônia Filha).
	“Produtos que não são madeira açaí castanha andiroba palmito são esses não ocorre nenhuma destruição o cupuaçu cai no chão a castanha sobe na arvore para retirar.” (Agroextrativista José Pai).
	“Todos os produtos que não são derivados da madeira açaí castanha andiroba pupunha cupuaçu, etc. Não ocorre nenhum processo de destruição ou desmatamento para retirar os produtos.” (Agroextrativista João Pedro)
	“Produtos que nós produzimos aqui: açaí, pupunha, castanha não, pois é tudo plantada então não tem nenhuma destruição tem muito serralheiro destruindo, mas não é o nosso caso” (Agroextrativista João Antônio)
	“São produtos retirados da floresta que não faz a extração da madeira não ocorrer nenhum processo de destruição ou desmatamento pois não retiramos a madeira apenas os produtos.” (Agroextrativista João José).

**Fonte:** dados da pesquisa.

As citações apresentadas no quadro 11 foram verbalizadas pelos agroextrativistas entrevistados e representam algumas de suas falas ao serem questionados sobre o que são produtos florestais não madeiráveis. Nota-se uma compreensão uniforme sobre o que viria a ser um produto de origem não madeirável. Em todas as citações, a sequência semântica ‘retirar da florestal sem que seja considerada madeira’ predominou.

Todos os entrevistados citam alguns exemplos do que seriam PFNMs, quando aparecem os produtos andiroba, castanha-da-amazônia, açaí e produtos que não são madeiráveis. Há certa unanimidade ao citar a castanha-da-amazônia e o açaí como exemplos de PFNMs. Os dados indicam que isto ocorre porque são os produtos de maior representatividade econômica e social para estas comunidades.



Outra expressão que apareceu repetidas vezes foi a capacidade que a produção de PFNMs possui de não destruir a floresta, uma vez que a madeira não é retirada da floresta. Ao contrário disto, a madeira é crucial para que haja uma prosperidade das atividades agroextrativistas. Todas estas definições também foram encontradas na literatura, corroborando aos conceitos apresentados pelos autores estudados nesta pesquisa.

Neste sentido, Ferreira *et al.* (2016) definiu PFNMs como: recursos naturais provenientes dos sistemas agroflorestais, que não sejam madeira, podendo ser frutos, castanhas, óleos, resinas, látex, fibras, ceras, folhas, fungos, mel silvestre, sementes, cortiça, taninos, forragem, dentre outros exemplos. Para De Beer e McDemont (1989); Paes de Souza et al. (2012); Jean-Silva (2015) são recursos biológicos, tais como: cipó, raízes, frutos, folhas, entre outros extraídos das florestas nativas, exceto as madeiras.

Os dados desta pesquisa sugerem que existe um consenso tanto entre os entrevistados, quanto na literatura sobre o conceito de Produtos Florestais Não Madeiráveis. Esta sintonia sobre o significado de uma terminologia é relevante, pois demonstra clareza sobre a que todos estão se referindo diante de uma dada terminologia, evitando confusões conceituais, comuns com diversas definições nas ciências sociais.

Talvez um dos principais benefícios desta sintonia é que, ao menos em termos conceituais, não existe uma limitação de avaliação de aplicabilidade de políticas públicas. Nas falas dos entrevistados, os produtos florestais não madeiráveis são produtos que não são madeira e na sua retirada da floresta não ocorre nenhum processo de destruição ou desmatamento. Isto atribui um caráter de sustentabilidade ambiental para os PFNMs. Os entrevistados foram questionados sobre o processo aprendizagem da atividade extrativa. O quadro 12 contém algumas das respostas obtidas.

**Quadro 12:** Processo de aprendizagem da atividade extrativa.

Pergunta	Respostas
Processo de aprendizagem	“a retirada dos produtos é uma pratica ancestral meus pais eram produtores, mas meus filhos talvez não sejam, pois está muito difícil viver na agricultura.” (Agroextrativista José Filho)
	“a retirada dos produtos é um processo ancestral que é passado de pai para filho as estradas na hora da colheita temos um pouco de dificuldade falar sobre o tema política, acho que sou assistido pelas políticas públicas em termos sim.” (Agroextrativista José Neto).
	“creio que a prática de retirada dos produtos é passada de pai para filho, sim. Antigamente, meus pais tiravam, hoje, eu tiro, mas com o decorrer do tempo, as coisas estão se tornando mais difíceis e muitos dos filhos não querem mais seguir a profissão de agricultor” (Agroextrativista Maria Antônia)
	“com o aumento dos desmatamentos por causa das madeiras, está aumentando, sim. Meus pais também foram agricultores, hoje, sou agricultor meus filhos

	também mais estamos com dificuldade, pois está ficando difícil.” (Agroextrativista Antônia Filha).
	“desmatando de forma errada pode ocorrer sim o aumento dos preços dos produtos e até mesmo tendo dificuldade de encontrar os produtos a pratica de retirada dos produtos é sim passada de pai para filho meus pais foram agroextrativistas.” (Agroextrativista José Pai).
	“alguns produtores estão desmatando, mas temos a consciência que não pode a pratica de retirada é passada de pai para filho sim meus pais foram agricultores estou sendo agora e meus filhos também, mas está se tornando cada vez mais difícil.” (Agroextrativista João Pedro)
	“a prática da retirada dos produtos é passada de pai para filho meus pais foram agricultores eu sou agricultor e meus filhos também são a única dificuldade é a estrada e, às vezes, os insetos na floresta.” (Agroextrativista João Antônio)
	“caso ocorra o processo de desmatamento teremos aumento dos produtos e ficara mais difícil encontrar a prática de retirada são passados de pai para filhos, meus pais foram produtores, agora, eu pretendo passar para os meus filhos.” (Agroextrativista João José).

**Fonte:** dados da pesquisa.

Observa-se pelas respostas apresentadas, no quadro 12, que ocorre um processo ancestral passado de pai para filho. No passado, muitos pais deixaram seu legado para os filhos continuarem no processo de retirada dos produtos das florestas. Contudo, atualmente, os filhos não querem seguir os mesmos passos que o pai, acreditando ser difícil tal tarefa. A consequência é que o número de agroextrativistas esteja diminuindo.

Notou-se que muito dos filhos estão seguindo caminhos diferentes dos pais agroextrativistas, buscando uma melhor qualidade de vida, pois está cada vez mais difícil sobreviver somente dos produtos retirados das florestas, com o número considerado de desmatamento que cada vez mais aumenta, a falta de chuva e a desvalorização dos produtos junto com a mão de obra dos agroextrativistas.

#### 4.2 OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGROEXTRATIVISTAS

Na classe 4, notou-se que eles precisam de mais ação e ajuda do governo para manter a floresta, logo, os agroprodutores necessitam de um plano de desenvolvimento sustentável para que ambos possam ter melhoria na sua produção, precisam de melhorias e de auxílio na hora das ações de sustentabilidade. Abaixo a expressão do entrevistado José (nome fictício) sobre política:

*“Ações que visam a melhoria para toda a comunidade, de forma geral, feita através de autoridades, junto de uma necessidade popular. Ações que voltada sociedade, preservação da natureza.”*

Mesmo faltando ações sustentáveis e até mesmo de melhorias para a produção dos agroextrativistas por falta de iniciativa das autoridades governamentais, eles conseguem de forma árdua escoar seus produtos. Contudo, ainda buscam ser mais vistos pelas entidades não apenas a comunidade, mas a preservação da natureza que a cada de que passa está cada vez mais difícil de mantê-la em pé.

Notou-se que, na classe 2, os agroextrativistas pedem permissão das autoridades competentes para a realização do manejo e que muitos estão cientes de leis que obrigam a preservar a floresta, contudo, poucos agroextrativistas conhecem as políticas públicas de apoio a manter a floresta em pé e até mesmo muitos desconhecem o que é uma política pública de fato. Os agroextrativistas que conhecem relatam que não chega para todos, até mesmo pela falta de conhecimentos.

Boa parte dos entrevistados expressou que desconhecem o verdadeiro significado de uma política pública, porém teve alguns que fizeram e ainda fazem uso de umas políticas públicas como: PAA, Pronaf, PGPM. Vale frisar que tal conhecimento dessas políticas foi passado para os agroextrativistas com ajuda do RECA, cooperativa essa que tem ajudado na compra e repassa da mercadoria da comunidade.

Mesmo com pouco conhecimento, os agroextrativistas apresentam dificuldades para ter acesso a algumas políticas disponíveis para tentar minimizar um pouco do seu problema e ajudar na plantação e colheita do seu produto. Com ajuda dos órgãos como *Emater* e *Idaron*, dando auxílio aos produtores, que se torna melhor o resultado na hora da retirada e no manejo da floresta.

*“Na região, há algumas políticas públicas disponíveis como os projetos de PAA, PNAE, créditos rurais, etc. Também recebemos assistência de órgãos governamentais como Emater e Idaron, que estão sempre auxiliando e apoiando na melhoria das atividades e acesso aos créditos. ”*

Conforme a expressão do Carlos (nome fictício), mesmo sabendo a importância do pedido de autorização para a realização do manejo, muitos agroextrativistas acabam realizando sem o pedido de autorização, iniciando o desmatamento de forma errada, prejudicando toda a floresta.

Na classe 5, e o maior empecilho que dificulta ainda mais a vida dos agroextrativistas é a estrada. Nota-se que todos os entrevistados deram uma mesma resposta: a estrada no inverno dificulta muito o acesso aos ramais e a chegar até a safra dos produtores fazendo com que os

produtores passem por perrengues. Muitos produtores mesmo com a dificuldade de retirada de seus produtos da floresta o famoso inverno Amazônico retira, pois, caso contrário acaba perdendo.

*“As estradas, no inverno, ficam bastante ruins de serem transitadas. O governo não ajuda a melhorar as estradas, mas a gente que coloca o cascalho para tentar melhorar. Na hora da retirada dos produtos, principalmente na colheita, as estradas estão bem precárias.”*

As políticas públicas voltadas aos produtos florestais não madeiráveis estão em ações para melhorar ou tentar minimizar o problema das comunidades de forma geral. Contudo, sabe-se que as pessoas que vivem no campo, tem uma dificuldade maior na hora do repasse das políticas de ajuda. O governo precisa auxiliar de forma conjunta para facilitar a melhoria dos agroextrativistas, já que muitos dos produtores não conhecem se quer o que é uma política pública. Além dos níveis federal, estadual e municipal, também temos as políticas públicas: distributivas, regulatória e redistributiva e institucional.

**Quadro 12:** Análise de políticas

<b>Análise de Políticas</b>				
<b>Políticas Públicas</b>	<b>Dados de Campo</b>	<b>Dimensões da Política</b>	<b>Tipologia da Política</b>	<b>Sistema (Esfera) da Política</b>
PRONAF	“Conheço o Pronaf e PAA, mas não faço uso de nenhum deles pois é pequena minha plantação hoje” (Aldenia).	Social	Regulatória	Federal
PAA	“Conheço o PAA e o Pronaf faço uso dos programas”(Benta).  “Conheço a política do Pronaf e PAA, porém nossos produtos são repassados para o reca são eles que depois repassar para o governo” (Eclecir).	Social Econômica	Distributiva	Federal
PGPMBIO	“As políticas públicas que conheço: o Pronaf, PGMPBIO e PAA” (Benta).	Econômica	Distributiva	Federal
PNAE	“políticas públicas disponíveis como os projetos de PAA, PNAE, créditos rurais” (Edson)	Social	Redistributiva	Federal
PPCDAm	“Fazendo a retirada de forma errada pode faltar produto e com isso pode aumentar o preço dos produtos” (Nelza).	Ambiental	Regulatória	Federal

**Fonte:** adaptado de Lamounier (1994)

Dos 19 agroextrativistas entrevistados na pesquisa, mostrou-se que todos fazem uso das políticas públicas, mesmo que indiretamente, pois eles utilizam o repasse dos produtos para a Cooperativa RECA, que faz o uso diretamente das políticas Públicas. Na coleta de dados foram

identificadas as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas, são elas: Pronaf, PAA, PGMP-Bio, PNAE e PPCDAm como está exposta no quadro 12, onde todos os entrevistados fazem o uso. Referente as demais políticas públicas de acesso aos PFNMs, observou-se que demais políticas não apareceram nos dados coletados, não sendo possível, portanto, que demais análises pudessem emergir das entrevistas de campo realizadas nesta pesquisa.

As pessoas afetadas pelas políticas públicas têm reações e expectativas de melhora no seu dia a dia, pois é através desse auxílio das entidades governamentais que toda a população espera minimizar seus problemas do cotidiano. Contudo, há vários tipos de políticas, entre elas: de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como dito anteriormente, alguns dos entrevistados fizeram e ainda fazem uso dessa política, haja vista a sua importância para o desenvolvimento na sua produção.

Se tais parceiros, como Emater e IDARON, Incra e outros órgãos tivesse mais presentes e auxiliasse os agroextrativistas, através de palestras e fornecendo informações necessárias para um bom entendimento sobre políticas pública, era possível que boa parte das famílias que dependem da floresta e do governo, pudessem ter uma qualidade de vida menos precária, pois saberiam como ter e onde buscar as políticas públicas.

Por falta do auxílio do governo muito dos agroextrativistas estão deixando de continuar com a prática de manter a floresta em pé, a preservação da natureza e mudando para produtores agropecuários, pois não tem tanta dificuldade quanto ser um agroextrativista. Sendo o meio de trabalho mais tranquilo de se trabalhar.

Apesar das dificuldades dos agroextrativistas recorrentes, desde a plantação dos seus produtos até a hora da extração, eles conseguem fazer uso das políticas públicas disponibilizadas, mesmo sendo poucos os produtores que adotam as políticas públicas, o que já ajuda no desenvolvimento e na diminuição dos problemas presentes na vida da comunidade.

Notou-se que mesmo não conhecendo as leis e as políticas públicas, mostrou-se interesse em conhecer para poder participar ainda mais dos programas de ajuda. Vale frisar que mesmo sabendo pouco dos programas de ação do governo, uns ajudam os outros fazendo com que todos tenham uma boa qualidade de vida ou até mesmo tentando minimizar problemas existentes na comunidade.

### 4.3 OS AGROEXTRATIVISTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO

Na coleta de dados dos dezenove agroextrativistas entrevistados, apenas doze sabem o que de fato é uma política pública. A exemplo dos 12 entrevistados que declararam conhecer o que são políticas públicas. O restante, isto é, sete informaram não saber o que é uma política pública (ver declaração de Pedro), sendo que todos os entrevistados fazem uso das políticas públicas mesmo que indiretamente.

É o caso dos agroextrativistas Pedro e João (nomes fictícios) que afirmaram nunca ter solicitado recurso do governo federal através das políticas públicas; estes entrevistados expressaram que sua área de plantação não tem a necessidade de utilizar tais recursos para melhorias. Esta afirmação do entrevistado associa a compreensão de política aos programas de transferência de renda e de financiamento de infraestrutura por meio de políticas, como a do PRONAF. Isto apenas reforça a necessidade de um diálogo por parte dos dois entrevistados a respeito do conceito de políticas públicas.

Para os doze agroextrativistas que conhecem as políticas, expressam que já fizeram e fazem o uso e que é bastante importante na vida deles, pois ajudam a melhorar ou tentar minimizar os problemas que estão enfrentando. Eles se sentem incluídos e assistidos pelas políticas públicas, pois ajuda desde o seu plantio até a hora da venda dos produtos. Com ajuda do governo, os agroextrativistas tentam melhorar as suas terras fazendo um plantio adequado e uma colheita eficiente.

Na sequência, sintetizou-se estes resultados na figura 12. Os termos usados foram definições que emergiram dos dados da pesquisa.

Para a leitura da figura 12, é relevante entender o significado de duas dimensões: Conhecimento e Utilização. São termos diferentes e não podem ser confundidos entre si. O termo conhecimento é utilizado nesta pesquisa para definir a capacidade de o agroextrativista explicar, reconhecer, identificar, citar exemplos de políticas públicas; diz respeito ao que são políticas públicas em termos conceituais e práticos para o agroextrativista.

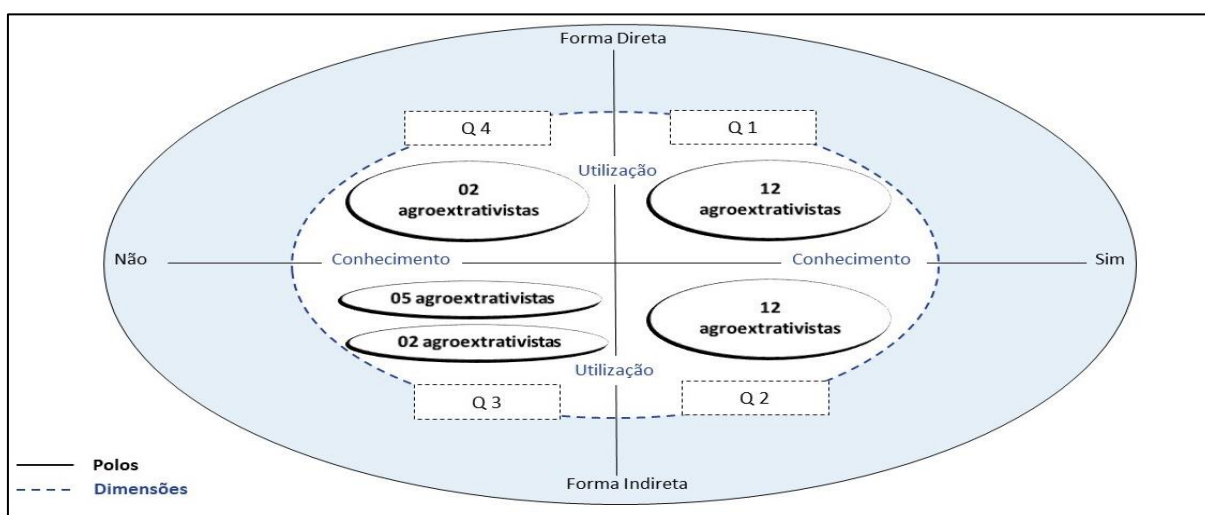
A dimensão ‘Conhecimento’ está dividida em dois polos ‘Sim’ e ‘Não’. Nesta pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre o seu conhecimento em relação ao termo políticas públicas. As respostas foram dispostas na figura 12, conforme estes dois polos da dimensão ‘Conhecimento’.

O termo “utilização” é empregado neste estudo para designar a relação e as formas de interação que os agroextrativistas desempenham com as políticas públicas. A dimensão ‘Utilização’ está definida em dois polos: ‘Forma direta’ e ‘Forma indireta’. Uma utilização na

forma direta ocorre quando o agroextrativista tem uma relação material com os atores políticos, por exemplo, com a assinatura de um contrato. Isto acontece quando o agroextrativista assina um contrato de financiamento por meio do PRONAF, por exemplo. A utilização em forma direta exige, quase sempre, uma contrapartida objetiva por parte do beneficiário, como necessidade de prestação de contas.

Já a utilização em forma indireta é caracterizada por meio das políticas que estão presentes na vida dos entrevistados, mas não houve uma interação ou uma provocação dos mesmos para ter acesso à política. Em outras palavras, a política está à disposição, o indivíduo a acessa, contudo, não é preciso agir para isto, como os serviços de saúde, educação, uso de estradas. Na figura 11, a seguir, esses conceitos foram aplicados, conforme os dados coletados nas entrevistas.

**Figura 11** – Conhecimentos e utilização dos agroextrativistas sobre políticas públicas



Fonte: elaboração do autor.

O quadrante 4 da figura 11 pode ser assim compreendido: i) quadrante 1 – Q1: posiciona os agroextrativistas que afirmaram conhecer políticas públicas e que fazem uso de alguma política de forma direta, como PRONAF e PAA; ii) quadrante 2 – Q2: definem os entrevistados que afirmaram que conhecem políticas públicas e as utilizam de modo indireto; iii) quadrante 3 – Q3: representam os indivíduos que afirmaram não conhecer políticas públicas, mas que as utilizam ainda de maneira indireta; e, por fim, iv) quadrante 4 – Q4: constituem os entrevistados que não conhecem políticas públicas, mas as utilizam de forma direta.

Na figura 12, percebe-se que a totalidade dos entrevistados, isto é, 19 indivíduos, se situam nos quadrantes 1, 2, 3 e 4. Isto advém, porque em um país como o Brasil, o contato com

políticas públicas acontece de modo geral por parte da população como um todo, o uso de uma rua ou estrada já caracteriza uma forma de utilização de políticas, pois há atuação de algum ator político para a construção e manutenção destas vias.

No quadrante 4 (não conhecer a definição de política e não fazer uso de forma direta da mesma), nota-se que há 2 agroextrativistas, portanto, o quadrante menos expressivo. Isso pode ser um indicativo de que o extrativista faz uso de uma política de modo direto, ele considera que conhece a definição de política (Q1, mais expressivo). Fica evidente que quando a política está próxima do agroextrativista, até mesmo a definição e o seu conceito ficam mais claros para o indivíduo.

Mesmo alguns agroextrativistas fazendo uso das políticas públicas, há indivíduos que desconhecem a aplicação delas (Q3 e Q4), expressando que não são assistidos, que o poder público está ausente, começando pelas ruas precárias e caóticas, tendo muitas dificuldades principalmente no inverno, época do ano mais importante para os agroextrativistas, pois é quando começa a colheita dos produtos. Expressaram que a saúde é um fator bem crítico também, pois nunca tem especialistas adequados no posto de saúde, isso faz com que muitos precisem ir até a capital da cidade, isto é, Porto Velho-RO percorrendo mais de 340 km.

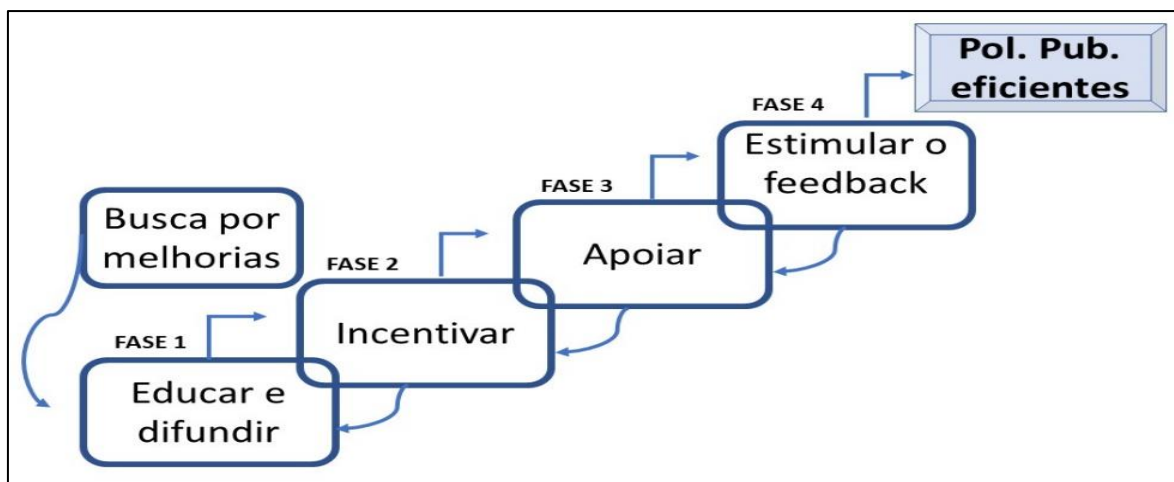
Para os agroextrativistas que compõem o Q1 e Q2, afirmaram conhecer políticas públicas, em que a atuação deve servir para resolver este tipo de problemas, isto é, questões ligadas à logística, estradas e à saúde. Por conta de todos esses problemas enfrentados pelos agroextrativistas do Q3, eles concluem que estão desassistidos por parte dos atores políticos.

Contudo, todos, como dito anteriormente, fazem uso das políticas mesmo indiretamente, conforme se constatou na dimensão 'Utilização' (Q1 e Q2), exposta na figura 11. Do mesmo que ao utiliza-se o serviço público, há certo benefício de políticas públicas de qualquer forma, por exemplo, ao fazer uso das ruas, parques públicos, praças, habitação cedida pelo governo e até mesmo o descarte de lixo.

Por esta razão, para a existência de políticas públicas de acesso aos PFNMs eficientes é fundamental que os agroextrativistas se aproximem do processo de elaboração de políticas públicas. Uma alternativa está exposta na figura 12.



**Figura 12** – Eficiência nas Políticas Públicas de acesso aos PFMNs



**Fonte:** elaboração do autor.

Uma compressão da figura 12 pode se basear na seguinte análise. A motivação primordial, das políticas públicas de acesso aos PFMNs, precisa ser a busca por melhores condições de produção. Esta motivação inicial e a eficiência destas políticas existe nas 4 fases. Na fase 1, busca-se educar os agroextrativistas, a fim de levá-los à compreensão do conceito de políticas públicas, ampliando os seus conhecimentos.

A melhoria destes conhecimentos se fundamenta tanto em ampliar a educação formal, quanto a educação informal de modo a capacitá-los a entender ao papel das políticas públicas na produção. Na fase 2, é preciso um incentivo a esses indivíduos para buscarem pelas políticas públicas já disponíveis. Na fase 3, é preciso um trabalho simultâneo de apoio. Isto ocorre porque os indivíduos foram motivados a se interessar pelo uso e pelo tema de políticas públicas de fato, o que se tornou fulcral a apoiá-los para continuarem se informando e tendo condições de operacionalização.

Na fase 4, busca-se o estímulo ao feedback da política, como uma fase de relevância no sentido de ser um momento em que os agroextrativistas exerceriam uma análise crítica sobre a política implementada ou em elaboração, opinando sobre aspectos ligados à política. Por fim, conforme indicou-se na figura 12, faz necessário um retorno à fase 1 repetindo todo o processo em um movimento circular.

Os resultados da pesquisa indicaram que as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas foram: o Pronaf, PAA, PGMP-Bio, PNAE e PPCDAm, como está exposta no quadro 12. Vale frisar que as demais políticas também são importantes, entretanto, as que tiveram base para tal destaque foram essas as mais relatadas e usadas pelos entrevistados. Políticas fundamentais para o sustento da família, pois é através delas que visam à melhoria no

plantio, produção e colheita dos produtos, às vezes, até no repasse dos preços dos produtos ao consumidor final.

Deste modo, fica evidente que os entrevistados mais utilizam políticas ligadas ao financiamento de sua produção, para venda por meio do PAA, e para garantir um preço mínimo mais competitivo.

A respeito dos órgãos que estão presentes na vida dos agroextrativistas, há um destaque para o IBAMA, auxiliando no manejo da floresta de forma consciente para que não ocorra nenhum desmatamento ou degradação da vegetação, embora alguns agroextrativistas têm uma visão de que o IBAMA é muito regulamentador, tendo um papel muito coercitivo. Apesar disto, os agroextrativistas precisam obedecer às regras ditas. Contudo, os entrevistados compartilham da mesma visão do IBAMA: a necessidade manter a floresta em pé. Ficando evidente a necessidade de o IBAMA assumir um papel que esteja além de atitudes coercitiva. De modo a assumir também uma postura mais educativa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de apoio a produção agroextrativista no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. A partir das evidências coletadas e demonstrados nos resultados, afirma-se que tal objetivo foi alcançado.

Nesse delinear, ao retratar as atividades agroextrativistas, constatou-se que exige muito empenho e dedicação dos trabalhadores, logo, nota-se que desde o plantio até a colheita dos produtos florestais não madeiráveis- PFMNs reque força física e movimentos reiterativos. Além de todo o esforço, os agroextrativistas também correm riscos naturais do ambiente, se agravando ainda mais no período chuvoso, prejudicando o deslocamento e a retirada dos produtos da floresta.

Depois de todo esse processo, com a retirada dos produtos da floresta, os agroextrativistas repassam toda sua mercadoria para a cooperativa RECA, onde todos os agroextrativistas entrevistados são cooperados. Ao repassar os produtos para o RECA, este se encarrega de enviar ao destino final, sendo-as: empresas privadas e órgãos do governo.

Na análise realizada, foi verificado que dos 19 agroextrativistas, apenas 12 sabem o que é uma política pública e utilizaram delas. 5 agroextrativistas não sabem o que política pública e relataram que não fazem uso. 2 agroextrativistas expressaram que não sabem o que seria uma política pública, mas já fizeram uso delas. Contudo, observou-se que mesmo os 5 agroextrativistas que relataram não conhecer sobre políticas pública e não utilizaram, fizeram uso indiretamente das políticas públicas mesmo não sabendo, pois estão rodeados delas, um exemplo é a saúde pública (vacina para o coronavírus), as ruas, praças, coleta de lixo entre outras.

As políticas públicas mais citadas entre os agroextrativistas foram o PRONAF política que está voltada ao custeio de obter crédito agrícola para as despesas da agricultura familiar. Essa política pública está na dimensão econômica e na esfera federal. Nota-se que esta é uma política de utilização direta, visto que o beneficiário necessita assinar um contrato com o banco. Nas entrevistas, percebeu-se que os agroextrativistas que têm acesso ao PRONAF, foram mais propensos a declararem que conhecem políticas públicas.

Os entrevistados também citaram com bastante frequência a política pública PAA, uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Essa política pública é bidimensional, pois engloba as dimensões social e econômica e, atual no âmbito, é federal. De forma semelhante ao PRONAF, o PAA é uma política de utilização na forma direta,

pois também exige uma provocação por parte do beneficiário que precisa buscar o acesso à política.

Os entrevistados também citaram que a política pública PGPM-Bio repassa para o agroextrativista uma subvenção quando é comprovada a venda de PFNMs por um valor inferior ao preço mínimo estipulado pelo governo federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. A PGPM-Bio é uma política de utilização direta que exige do agroextrativista algumas tarefas para ter acesso ao recurso, apontados como: a comprovação da venda e do preço cobrado pelo produto. Toda a subvenção é conduzida pela CONAB.

Por fim, a entrevista permitiu identificar a política pública PPCDAm, cujo intuito é estabelecer um plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, visando a redução de forma contínua o desmatamento e a criação das condições para a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Essa política está na dimensão ambiental e na esfera federal. Trata-se de uma política de utilização indireta, cujo acesso, por parte dos entrevistados, se dá forma coercitiva.

Estas políticas de utilização que se dão de forma direta, exige um nível de comprometimento e de instrução por parte dos beneficiários, pois em sua maioria demanda processos burocráticos, atender a determinados requisitos e preencher documentos. Porém, é perceptível que essa é uma característica complicada, já que partes dos entrevistados neste estudo apresentam a escolaridade deficitária.

Pensando nestas dificuldades para acesso às políticas públicas aos PFNMs, é que se sugere um trabalho com vistas a políticas mais eficientes. Em que seria preciso atuar de modo a educar os envolvidos, incentivá-los a acessar as políticas à disposição, apoiá-los ao longo dos processos burocráticos necessários e estimulá-los a dar o *feedback* sobre as políticas, apontando os erros e acertos delas.

É perceptível, na pesquisa de campo, que alguns agroextrativistas se querem conhecer o real intuito de uma política pública. Contudo, alguns agroextrativistas entendem que as políticas são como uma ajuda que o governo proporciona, para que eles possam melhorar e até mesmo suprir necessidades existentes no dia a dia.

Portanto, pode-se observar que foram identificadas as políticas públicas mais utilizadas pelos agroextrativistas, em que mais da metade utilizam e fazem uso delas, tentando minimizar os problemas existentes e melhorar a sua produção e qualidade de toda a família. Vale frisar, como exemplo, a política da PGPM-Bio, que o coletor consegue recuperar valores não recebidos pelo mercado.

A partir das análises de políticas públicas, verificou-se que a política PPCDAm foi criada com o objetivo de preservação da biodiversidade. Notou-se que, embora os agroextrativistas sintam pressão por parte do IBAMA na condução desta política, os produtores são gratos pelo governo e pela iniciativa, pois sem a floresta não teria os PFNMs. A única fonte de renda que os agroextrativistas possuem são os produtos retirado da floresta, tal colheita acontece de forma muito dificultosa. Esse trabalho está cada vez mais escasso, pois boas partes dos filhos dos agroextrativistas não pretendem seguir a mesma profissão do pai e acabam deixando seu lar em busca de novos desafios.

Em função disto, a atuação de políticas, tais como a PGPM-Bio, é fundamental por permitir a cobrança de valores das atividades dos agroextrativistas de forma justa, pois é um trabalho árduo, exausto e trabalham com muita dedicação, assim terão um retorno satisfatório com estímulo a uma maior dedicação.

Entre as limitações do estudo destaca-se a pandemia (Coronavírus-19), a distância das localidades pesquisadas e a falta de recursos financeiros para executar a pesquisa. Este conjunto de questões, isto é, a pandemia, distância e falta de recursos financeiros, o reduzido tempo para estudar, impossibilitou uma maior expansão da pesquisa, porém não impediu a realização de outras visitas para mais coleta de dados aos agroextrativistas de PFNMs do Estado de Rondônia.

Como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se um trabalho com outros agroextrativistas de diferentes localidades para confrontar as diferentes realidades e que esta pesquisa possa possibilitar novos caminhos de visão sobre os agroextrativistas no Estado de Rondônia.

## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, M. **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Política para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativas.** Compêndio MAB 18 – UNESCO, Paris, 1996.
- ALVES, L. L.; SILVA, A. C.; BUENO, M. P. Cooperativismo agropecuário: benefícios e desafios. **Revista Fafibe On-Line**, Bebedouro SP, 2020.
- ALVES DA SILVA, D. P.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; DA SILVA, A. H. O poderoso NVivo: Uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**. p. 119-134, dez. 2015.
- ANJOS, F. S. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: ADUFPEL, 2003.
- ANJOS, E. **Agricultura familiar e cooperativismo: notas introdutórias para o debate.** UFRB. 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília, p.18, 2005. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BALZON, D.. **Avaliação econômica dos produtos florestais não madeiráveis na área de proteção ambiental – Apa de Guaratuba – Paraná.** Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA, F. H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar.** In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada a agricultura familiar.* São Carlos: Edufscar. 2005.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* 4. ed. Lisboa. ed. 70., 2010.
- BARBOSA, C. S; SILVA, J. M; LUZ, J. P; LEANDRO, G; BOHN, D. P. Processo produtivo do PFNM pinhão das araucárias: o caso do extrativista JDZ no Rio Grande do Sul. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia.* 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. **Da administração pública à gerencial.** In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural.** Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições

Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.

BIRD, B., WELSCH, H., ASTRACHAN, J. H., PISTRUI, D. **Family business research: the evolution of an academic field.** *Family Business Review*, 15(4), 337-350. 2002.

BISPO, T. W.; DINIZ, J. D. A. S. Agroextrativismo no Vale do rio Urucuaia - MG: Uma análise sobre pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 5, n. 3, p. 37-55, 2014.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro : Campus. p. 21, 1992.

BORGES, A. F., LESCURA, C., & OLIVEIRA, J. L. (2012). **O campo de pesquisas sobre empresas familiares no Brasil:** análise da produção científica no período 1997-2009. *Organizações & Sociedade*, 19(61), 315-332. 2012.

BUCCI, M. P. D. **Políticas Públicas e direito administrativo,** Brasília, 1997.

**BRASIL,** Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br). 1996.

**BRASIL,** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

**BRASIL.** Constituição (1998). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.

BRITES, A. D.; MORSELL, C. Efeitos ecológicos da exploração de produtos florestais não madeireiros: uma revisão sistemática. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** 36(4), 55-72, 2016.

CARVALHO, I. S. H. **Desenvolvimento e Gestão Ambiental para Assentamentos Rurais no Cerrado.** III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF. 2006.

CAVALCANTI, F. C. S. **Environmental Policy in the Amazon:** A Study on the Extractive Reserves. Tese de Doutorado em Economia, IE/UNICAMP, Campinas, 240 p. 2002.

CARNEIRO-FILHO, A. **Os principais produtos extrativistas e suas áreas de produção.** In L. Emperaire (Ed.), *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central* (pp. 91-98). São Paulo: UNESP, 2000.

CIM, S. **O processo migratório de ocupação no Estado de Rondônia - visão histórica.** In: SANTOS, N. (Ed.). Primeira versão. Porto Velho: EDUFRO, p. 1-12., 2003.

COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo : **Illuminuras**, 1997.

COFFANI-NUNES e FORZZA. **Inventário da Floresta Atlântica – Bromélias.** Disponível em <http://www.unicamp.br>. 1998.

COLE, D. M. C. **Agricultores familiares e pluriatividade:** Um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do

Alto Taquari-RS. UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2003.

COMPARATO, F. K. Para viver a democracia. São Paulo : **Brasiliense**, p. 102., 1989.

COSTA, B. A. L.; JUNIOR, P. C. G. A; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultores e o mercado de compras governamentais em minas gerais. **Rev. Econ. Social. Rural**. Vol. 53 nº. 1. Brasília. 2015.

COUTO, A.T. **Artesanato: Uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar?** São Paulo: Unicamp, 1997.

CUNHA, P. D. **Viabilidade socioeconômica de atividades agroextrativistas**: estudo de caso com baru e pequi em dois assentamentos de formosa-GO. Dissertação ( Mestrado em Meio ambiente e Desenvolvimento Rural). Universidade de Brasília- UnB. 2019.

CHAMBERLAIN, J; BUSH, R; HAMMETT, A. L. Produtos florestais não madeireiros. **Forest Products**. J, v. 48, p. 10-19, 1998.

CHRISMAN, J. J., CHUA, J. H., & SHARMA, P. Trends and directions in the development of a strategic management theory of the family firm. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29(5), 555-575. 2005

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma Cooperativa**: uma alternativa para o Desemprego. Ed.2 Rio de Janeiro. FGV 156., 2001.

DAGNINO, R.; THOMAS, H.; COSTA, G.; GOMES, E. **Metodologia de análise de políticas públicas**. In. *Gestão estratégica em políticas públicas*. Greiner Costa, Renato Dagnino (Ogs.), Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

De BEER, J. H.; McDEMOTT, M. The economic value of non-timber forest products in South East Asia. Amsterdam: **The Netherlands Committee for IUCN**. 1989.

DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DUARTE, L. M. G. **Desenvolvimento Sustentavel**: Um olhar sobre os Cerrados Brasileiros In: DUARTE, L. M. G. E THEODORO, S. H. (orgs) *Dilemas do Brasileiro cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Brasília, Garamond, 2002.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v.6, jul, 1996.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

DYE. T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. (Traduzido de: **Models of politics; some help in thinking about public policy**. In: *Understanding public policy*. 11ª ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2005.



DYER, W. G., Jr. & SÁNCHEZ, M. **Current state of family business theory and practice as reflected in Family Business Review 1988-1997.** Family Business Review, 11(4), 287-295.1998.

EASTON, D. “**An approach to the analysis of political systems**”, World Politics, 9 (3), pp. 383-400. 1957.

EASTON, D. A Systems Analysis of Political Life. **Wiley On-line Library**, v. 13, n. 2, 1965.

EASTON, D. (Org.). **Modalidades de Análise Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EASTON, D. **The political system besieged by the state.** In. Political Theory, v. 9, n. 3, 1981.

ELIAS, G. A.; SANTOS, R. Produtos florestais não madeireiros e valor potencial de exploração sustentável da Floresta Atlântica no sul de Santa Catarina. **Ciência Florestal**, v. 26, n. 1, p. 249-262, 2016.

ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development.** California Management Review, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

ELKINGTON, J. **Governance for Sustainability.** In. Journal compilation, v. 14, n. 6, 2006.

FAO. Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry. Nonwood Forest Products 7, Food and Agricultural Organization of the United Nations, Rome. 1997.

FRANCO, A. Somente o desenvolvimento sustentável pode superar a pobreza no Brasil. In: **Revista da Promoção da Saúde. Brasília**, ano 1, n. 2, nov/dez, 1999. p 15-18.

FREITAS, D. **Pesquisa com produtos florestais não-madeireiros valoriza conhecimento tradicional.** Agência de Notícias – Embrapa, Brasília, 13 março 2013.

FERREIRA, E. E. C.; VIEIRA, T. A.; GAMA, J. V.; SOUSA, L. K. V. S. Uso de Produtos Florestais Não Madeireiros em Projeto de Assentamento Agroextrativista na Amazônia. **Revista Espacios**, v. 37, n. 38, 2016.

FILGUEIRAS, A. P. **Aspectos socioeconômicos do artesanato em –comunidades rurais no Ceará – O bordado de Itapajé.** CE. Dissertação. Curso de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

FIEDLER, N. C.; SOARES, T. S.; SILVA, G. F. Extração de produtos florestais não madeireiros: Importância e manejo sustentável da floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, Vol.10, nº. 2, Jul/Dez 2008.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLADORI, G. **Avances y límites de la sustentabilidad social. In: Economía, Sociedad y Territorio.** vol. III, num. 12, 2002, p. 621-637.

FONSECA, V.; FILHO, E. B. Políticas públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, vol. 8, p. 5 -8, 2019.

FREITAS, T. L. P. **A exploração da Castanha-do-Brasil na Resex do Rio Cajari** (Dissertação) Universidade Federal de Macapá, 2013.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

FREY, K. **Democracia e sustentabilidade das cidades na era digital**. In: Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002.

GARCIA Jr, A. R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAMA, M. M. B. **Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia**. 2005.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Autores : Mariano de Matos Macedo... [et al.] -- Curitiba: IBQP, 2019.

GIATTI, O. F., MARIOSA, P. H., ALFAIA, S. S., SILVA, S. C. P., & PEREIRA, H. S. Potencial socioeconômico de produtos florestais não madeireiros na reserva de desenvolvimento sustentável do Uatumã, Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, V.A. **Levantamento de Mercado de Produtos Florestais NãoMadeireiros**. Santarém: ProManejo, IBAMA, 2001

GRANGEIRO, R. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Perfil dos Artesãos do Padre Cícero no século XXI**. Juazeiro do Norte/CE. LIEGS, 2013.

GRISA, C. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate** . Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e desenvolvimento**. João Pessoa. 2018.

GUERRA, A. C.; TOLEDO, D. A. C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. Fortaleza. 2007.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, p. 1243- 1248., 1968.

HOY, F., & VERSER, T. G; **Emerging business, emerging field: entrepreneurship and the family firm**. Entrepreneurship Theory and Practice, 19(1), 9-23. 1994.

**IBGE**. Estimativas de população para 1º de julho de 2015.

**IBGE** Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. 2010.

**IBGE**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, mar. p. 189-205. 2003.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: 2. do mito à realidade**, Campinas, Unicamp, 1998.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936

LAMOUNIER, B. (coord.) Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Estudos de Política Agrícola, 9, Brasília: IPEA, 1994

LEFF, E. **Saber ambiental**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÉLÉ, S. M. Sustainable development: A critical review. *World Development*, v. 19, 1991.

LESCURE, J. P. **Algumas questões a respeito do extrativismo**. In L. Emperaire (Ed.), *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP. (pp. 191-204). 2000.

LESCURE, J. P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia: o enfoque multidisciplinar do extrativismo, In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. **Metamorfose**. Porto Alegre. Metamorfose. 2018.

LIMA GOMES, E.; CEZAR, L. C. O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas. **Revista de Extensão e Estudos rurais**. p. 166-186, 2018.

LIMA, N. K.; FILHO, R. P. P. Agricultura familiar no contexto sociambiental amazônico. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE). 2020.

LINDBOM, C. E. **The Science of Muddling Through**. **Public Administration Review**, Spring, v. 19, n.2, p. 79-88, 1959.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, 16 jul. 1964.

LÖWI, T. J. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review** (impressa), v. 32, n. 4, p. 298 -310 1972.

MARRUL FILHO, S. **Do desenvolvimento para além do desenvolvimento**. In: QUINTAS, J. S. (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: IBAMA, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINOT, J. F., PEREIRA, H. D. S. SILVA, S. C. P. D. **Coletar ou Cultivar: As escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas**. **Revista de Economia e Sociologia rural**, 55 (4), 751-766. 2017.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1982b.

MARX, K. **Œuvres. Économie**. Edition établie, et al., par Maximilien Rubel. Paris: Gallimard. 1965.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes. p. 1-97. 1998.

MARQUESAN, F. F. Sc.; FIGUEIREDO, M. D. De artesão a empreendedor: a resignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 6, p. 76-97, 2014.

MASTRODI, J.; IFANGIR, F. C. A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direitos Brasileiro**. Florianópolis, SC. v. 24 . n. 9 . p.05-18 .Set./Dez. 2019.

MATTOS, E. S. Desenvolvimento sustentável: uma análise histórica. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.1, n.9, dezembro 2008.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**. Vol. 33. n.1. Brasília. 2018.

MELO, S.W.C. **Extrativismo Vegetal como Estratégia de Desenvolvimento Rural no Cerrado**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAES, J. L.A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, M. C. S. M., & MELO, M. C. O. L. Produção científica brasileira sobre empresa familiar: um metaestudo de artigos publicados em anais de eventos da Anpad no período de 1997-2007. **Revista de Administração Mackenzie**, 9(6), 148-173. 2008.

OLIVEIRA, O. A; **História: Desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. Ed.1, Dinâmica e distribuidora LTDA: Porto Velho, 2001.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The evolution of institutions for a Collective Action** (4 Edition), Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1990.

PAES-DE-SOUZA, M.; SILVA, T. N.; PEDROZO, E.; SOUZA FILHO, T. A. **Los Stakeholders de la Cadena-Productiva de la Nuez de Brasil em el Estado de Amazonas-Brasil**. In. Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración, 49, 2014, Barcelona: Esade Business School, 2014. Disponível em: [https://cladea2014.files.wordpress.com/2014/10/paper\\_253.pdf](https://cladea2014.files.wordpress.com/2014/10/paper_253.pdf) . Acesso em: 20 set. 2020.

PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N.; SATO, S. A. da S.; OLIVEIRA, N. D. A. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, 2011.

PEREIRA PLESE, N. G. S. **Avaliação da efetividade local de políticas públicas de fomento ao extrativismo de PFNM no Acre: O caso da RESEX do Cazumbá Iracema**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia), Programa de Pós-Graduação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA: Manaus - AM, 2017.

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al.(Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREZ, B. L. **Los Derechos de la sustentabilidad: desarrollo, consumo y ambiente**. Buenos Aires: Colihue, 2007.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PORTO, S. G. (org.). Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro. Dimensões e olhares. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, 1997.

POULANTZAS, N. Political power and social classes. London: New Left Books, 1968.

POULANTZAS, N. Pouvoir politique et classes sociales. **François Maspero / Lá Decouverte**, Paris, France. 1972.

RATTNER, H.. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. In: Ambiente e Sociedade, jul/dec. 1999, n. 5, p. 233-240.

RIBEIRO, B. Artesanato indígena: para quê e para quem? In: O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. Para aprender políticas públicas. Brasília: **IGEPP**, 2013.

RUEDA, R. P. **Evolução Histórica do Extrativismo**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/historia.htm>. 2006.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2002.

SACHS, J. D. "**Social Conflict and Populist Policies in Latin America**". In: Brunette, R. e Delaringa, C. (eds.) Labor Relations and Economic Performance. Londres: MacMillan Press, 1989.

SANCHO, D. **Regulación y agencias reguladoras independientes: elementos clave para la consolidación de su diseño institucional.** VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 oct. 2003.

SANTOS, R. N. F. **Desafios a serem superados pelo Programa Mais Gestão nas cooperativas de agricultores familiares no Brasil.** Universidade Federal de Brasília, 2014.

SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C. H. P.; PIRES, P. T. L.; ROCHADELLI, R. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **Floresta**, v. 33, n. 2, 2003.

\_\_\_\_\_. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAULE Jr., N.; CARDOSO, P. M. **O direito humano à moradia em Porto Velho e os desafios para o desenvolvimento sustentável de uma cidade da Amazônia.** São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 56p

SHACKLETON, C. M., & PANDEY, A. K. Positioning non-timber forest products on the development agenda. **Forest Policy and Economics**, 38, 1-7., 2014.

SHARMA, P. **An overview of the field of family business studies: current status and directions for the future.** *Family Business Review*, 17(1), 1-36. 2004.

SHARMA, P., CHRISMAN, J. J., & CHUA, J. H. **Strategic management of the family business: past research and future possibilities.** *Family Business Review*, 10(1), 1-36. 1997.

SHARMA, P., CHRISMAN, J. J., & GERSICK, K. E. *25 years of family business review: reflections on the past and perspectives for the future.* *Family Business Review*, 25(1), 5-15. 2012.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista de Direito.** Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. UFRGS, 1999.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2000.

SILLAMY, N. Dicionário de psicologia. Porto Alegre: **Artmed**, 1998

SILVA-JEAN, M. **Políticas públicas para composição de custos e formação de preços da Castanha-da-amazônia,** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia - UNIR, 2015.

SILVA-JEAN, M.; PAES-DE-SOUZA, M.; T. A.; SILVA, T. N. Nueva mirada al trabajo recolector considerando el esfuerzo humano en la preservación de los bosques en Amazonía. **Revista Espacios**, v. 37, n. 13, 2016.

SILVA, J.A. **Análise Quali-Quantitativa da Extração e do Manejo dos Recursos Florestais da Amazônia Brasileira**: uma abordagem geral e localizada – Floresta Estadual do Antimari – Tese de Doutorado, 1996.

SIMON, H. A. **Models of Man**. Nova York, John Wiley.,1957.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-130., 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez.2006.

SOUZA, F. M. **Caracterização socioeconômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros de famílias agroextrativistas, em quatro municípios de Goiás**. 2012.

SOUZA FILHO, T. A.; PEDROSO, E. A; PAES-DE-SOUZA, M. Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, 2011.

TEIXEIRA, O. T. S; **Sustentabilidade econômica da produção extrativa não madeirável (pfnm) na reserva do lago de cuniã**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia - UNIR, 2010.

TEDESCO, J. C. **Contratualização e racionalidade familiar**. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

THOMAS, M. G.; SCHUMANN, D. R. Income opportunities in special forest products: self-help suggestions for rural entrepreneurs. **DIANE Publishing**, 1993.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: ed. Hucitec, 1991.

VEIGAS, S. M.; CARBONAR, J. C. Como montar cooperativas populares-passo-a-passo para a legalização de cooperativas. In: Mance, E. A (org). **Como organizar redes solidárias**. FASE, Rio de Janeiro, 387 p., 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Le Brésil: exploitation familiale ou latifundium. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale: mythe à réalité**. Paris: L'Harmattan, 20-27., 1994.

VEIGAS, E. R. D.; SATANA, C. F. P. A.; NODA, C. M. C. O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43415 – 43425, julho. 2020.

WANDERLEY, M. N. B.; LOURENÇO, F. A. L'agriculteur dans sa localité. IN: LAMARCHE, Hugues. (coord.) **L'agriculture familiale**. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, p. 177-199., 1994.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, Cap. 1, p. 21-55. 1999.

WANDERLEY, M. N. B. O camponato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, p. 25-44, 2014.

ZANCO, A. M.; CORBARI, F.; ALVES, A. F. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. **Revista Orbis Latina**. v. 9, n. 1, p. 43-56, 2019.



## APÊNDICE

### Questionário da Entrevista

Identificação do Produtor		
Aceita em participar da pesquisa: Sim ( ) Não ( )		
Nome do produtor:		
Telefone de contato:		
Idade:		Escolaridade:
Produtos Florestais Não Madeiráveis		
Tema	Teoria	Autor
1. Para você o que é Produto Florestal Não Madeiráveis?	São recursos naturais provenientes dos sistemas agroflorestais, que não sejam madeira, podendo ser frutos, castanhas, óleos, resinas, látex, fibras, ceras, folhas, fungos etc.	FERREIRA <i>et al.</i> 2016.  FERREIRA, E. E. C.; VIEIRA, T. A.; GAMA, J. V.; SOUSA, L. K. V. S. Uso de Produtos Florestais Não Madeireiros em Projeto de Assentamento Agroextrativista na Amazônia. Revista Espacios, v. 37, n. 38, 2016.
2. Para você ao retirar os produtos da floresta ocorre algum processo de destruição ou desmatamento / degradação?	Sendo remanejados corretamente, a extração dos PFNMs não envolveria a destruição de recursos naturais.	SOUZA, 2012.  SOUZA, F. M. Caracterização socioeconômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros de famílias agroextrativistas, em quatro municípios de Goiás. 2012.
3. Você acha que com o aumento do desmatamento tem provocando impactos significativos na extração e até mesmo nos preços dos produtos?	o grande número de desmatamentos tem provocado impactos na produção e nos preços dos produtos, levando a maiores dificuldades de extração.	FERREIRA <i>et al.</i> 2016; SANTOS <i>et al.</i> 2003.  SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C. H. P.; PIRES, P. T. L.; ROCHADELLI, R. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. Floresta, v. 33, n. 2, 2003.
4. Você acha que a remoção dos PFNMs é uma prática ancestral (passada de pai para filho, como aspecto cultural)?	fazem parte de uma prática ancestral, não somente de geração de renda, mas de aspectos culturais da própria comunidade.	Elias e Santos (2016)  ELIAS, G. A.; SANTOS, R. Produtos florestais não madeireiros e valor potencial de exploração sustentável da Floresta Atlântica no

		sul de Santa Catarina. <i>Ciência Florestal</i> , v. 26, n. 1, p. 249-262, 2016.
5. Depois de fazer a retirada dos produtos existe alguma dificuldade de escoamento ou até mesmo de venda?	As dificuldades nas estradas precárias, em determinada estação do ano se torna empecilho e causadoras de transtornos.	Gama (2005).  GAMA, M. M. B. Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia. 2005.

### Empreendedorismo e Agricultura Familiar

Tema	Teoria	Autor
6. Para você o que é Produto Florestal Não Madeiráveis?	São recursos naturais provenientes dos sistemas agroflorestais, que não sejam madeira, podendo ser frutos, castanhas, óleos, resinas, látex, fibras, cerejas, folhas, fungos etc.	FERREIRA <i>et al.</i> 2016.  FERREIRA, E. E. C.; VIEIRA, T. A.; GAMA, J. V.; SOUSA, L. K. V. S. Uso de Produtos Florestais Não Madeireiros em Projeto de Assentamento Agroextrativista na Amazônia. <i>Revista Espacios</i> , v. 37, n. 38, 2016.
7. A retirada dos PFNMs tem uma geração de renda significativa na família ou para a comunidade?	Faz parte de uma prática ancestral, não somente de geração de renda, mas de aspectos culturais da própria comunidade.	Elias e Santos (2016)  ELIAS, G. A.; SANTOS, R. Produtos florestais não madeireiros e valor potencial de exploração sustentável da Floresta Atlântica no sul de Santa Catarina. <i>Ciência Florestal</i> , v. 26, n. 1, p. 249-262, 2016.
8. Você acha que existe alguma dificuldade ao acesso nas regiões para a retirada dos PFNMs?	as dificuldades de acesso nas regiões dos PFNMS são inúmeras e se tornam empecilho e causadoras de transtornos na hora da retirada de grandes quantidades dos produtos	Gama (2005)  GAMA, M. M. B. Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia. 2005.

### Políticas Públicas

Tema	Teoria	Autor
9. Para você o que é uma Política Pública?	Políticas públicas se efetiva quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem estar da sociedade, levando, de fato, ações para serem resolvidas, de forma eficiente e eficaz	Fonseca e Filho (2019).  FONSECA, V.; FILHO, E. B. Políticas públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema

		penitenciário brasileiro. Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, vol. 8, p. 5 -8, 2019.
10.Você sabe o que é uma política social?	E a política social é destinada ao bem-estar da população redistribuindo benefícios sociais para as pessoas da pobreza (PIS-PASEP, FGTS, FUNRURAL, BPC, PETI).	Marshall (1967).  MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
11.Você sabe como é formada uma política pública?	A política é formada por quatro componentes principais: dependem da envoltura do governo, da identificação do problema, da definição do objetivo do problema e do aspecto do processo de ação (DYE, 1984).	DYE, 1984.  DYE, T. D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.
12. O que você entende sobre desenvolvimento sustentável ?	Desenvolvimento sustentável está muito além da proteção ambiental e do crescimento econômico, e envolve o bem-estar e o equilíbrio social. Quando se fala em desenvolvimento sustentável se fala em desenvolvimento social, assim, com a diminuição da pobreza é possível o crescimento econômico. Com o desenvolvimento social, a coação sobre a natureza tendem a diminuir, pois os recursos ambientais sustentáveis ajudam no equilíbrio da sociedade.	Perez (2007) Mattos (2008),  MATTOS, E. S. Desenvolvimento sustentável: uma análise histórica. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.1, n.9, dezembro 2008.  PEREZ, B. L. Los Derechos de la sustentabilidad: desarrollo, consumo y ambiente. Buenos Aires: Colihue, 2007.
13.Você acha que a sociedade está presente nas estratégias de políticas públicas?	a falta da presença da população nas estratégias de políticas administrativas corresponde a dificuldades relativas de limitação dos indivíduos e à interação dos indivíduos no governo.	Frey 2002.  FREY, K. Democracia e sustentabilidade das cidades na era digital. In: Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002

<p>14.Você sabia que os PFNMs está presente na Lei da Floresta Brasileira?</p>	<p>Os PFNMs estão presentes nas mesmas leis que regem a floresta brasileira. O IBAMA, órgão responsável pelas políticas nacionais do meio ambiente, foi criado com base na Lei 7.715 de 22 de fevereiro de 1989, sendo suas atribuições, de forma federal, o licenciamento ambiental, o controle do meio ambiente, a averiguação e o uso dos recursos.</p>	<p>Souza, 2012.  SOUZA, F. M. Caracterização socioeconômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros de famílias agroextrativistas, em quatro municípios de Goiás. 2012.</p>
<p>15.Você sabia que para a realização da coleta, ao comércio e ao manejo da vegetação precisar de autorização do IBAMA?</p>	<p>No que tange à coleta, ao comércio e ao manejo da vegetação, sujeita-se de autorização do IBAMA conforme o artº 11, 14 e 26 do código florestal.</p>	<p>Souza, 2012 SOUZA, F. M. Caracterização socioeconômica e ambiental de produtos florestais não madeireiros de famílias agroextrativistas, em quatro municípios de Goiás. 2012.</p>
<p>16.Você conhece alguma política pública voltada a agricultara familiar, assentamento rurais ou para os agroextrativistas, que ajudou no desenvolvimento rural e até mesmo para outras áreas: Como emprego, renda, infraestrutura?</p>	<p>políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, também voltadas aos assentamentos rurais, o que possibilitou um ponto de vista amplo de como estas conjecturas alcançaram nas políticas de progresso rural ou desenvolvimento rural que envolve várias outras áreas de atuação tais como: cidadania, educação, renda, trabalho, infraestrutura, mercado institucional, assistência técnica e o crédito para os trabalhadores produtores.</p>	<p>MELO; SCOPINHO, 2018.  MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. Sociedade e Estado. Vol. 33. n.1. Brasília. 2018.</p>